

DM

**Experiências e dinâmicas da vida insular
em *O Último Cais*, de Helena Marques**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Daniela Rubina Félix Nunes

MESTRADO EM LITERATURA, CULTURA E DIVERSIDADE



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

setembro | 2021

**Experiências e dinâmicas da vida insular
em *O Último Cais*, de Helena Marques**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Daniela Rubina Félix Nunes

MESTRADO EM LITERATURA, CULTURA E DIVERSIDADE

ORIENTAÇÃO

Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz

À ilha da Madeira, à Ponta do Sol, o meu berço

“Das ilhas, as mais belas e livres”¹

¹Lema da Região Autónoma da Madeira que se encontra no brasão de armas representativo do arquipélago.

Agradecimentos

Não seria possível concluir este trabalho de investigação sem destacar a importância do apoio de todos aqueles que estiveram ao meu lado durante a realização do mesmo. Cumpre-me agradecer a todos e, em primeiro lugar, uma palavra de profundo agradecimento à minha orientadora, a Professora Doutora Ana Isabel Moniz, com quem me identifiquei desde o primeiro momento em que me deu aulas, pelo seu modo de ser. Quero ainda destacar o profissionalismo e carinho que sempre me dedicou desde o primeiro instante em que foi minha professora e a escolhi para orientar esta dissertação, sobretudo, nos períodos de maior ansiedade.

Agradeço também à minha família: aos meus Pais, por me incentivarem a continuar a minha jornada académica, depositando em mim a confiança e orgulho necessários para aceitar mais este desafio. Estendo este agradecimento ao meu companheiro, Carlos, que esteve sempre presente e me acompanhou em todo este meu percurso, mostrando-se solidário e compreensivo, mesmo quando atravessei momentos mais difíceis ao longo desta investigação.

O meu muito obrigada aos amigos e colegas que estiveram também sempre presentes, e aos que conheci neste percurso académico, em particular à Beatriz Freitas, pelo apoio incondicional, pelo auxílio e pelas conversas acerca dos temas a desenvolver ao longo da investigação e, ainda, ao Francisco Chá-Chá, amigo de infância, pela partilha de saberes, sobretudo na área da História de Portugal e História da Ilha da Madeira, que tanto me foram úteis.

Por fim, gostaria de endereçar a minha gratidão a todos aqueles que direta ou indiretamente me suportaram ao longo da Licenciatura, do Mestrado e, sobretudo, deste último ano.

A todos, o meu eterno reconhecimento e profundo agradecimento.

Resumo

Esta dissertação incide sobre a temática da Insularidade ou o estudo das Ilhas e eventuais marcas que as distingam de outras porções de terra ou placas continentais. Para tal, problematiza conceitos como “Nissologia”; “Lugar e Espaço”, “Identidade”, “Ilhéu”, entre outros, que serão desenvolvidos ao longo desta investigação. Para analisar essa problemática, incide-se a sua atenção na obra literária, *O Último Cais*, de Helena Marques, com o objetivo de investigar eventuais marcas que possam confirmar a existência de uma identidade insular, neste caso particular, madeirense, na última metade do século XIX e inícios do século XX, estabelecendo elos com o século XXI, a fim de enfatizar as diferenças e o desenvolvimento da ilha.

Partindo da geografia, ciência que nos permite identificar as ilhas e diferenciá-las dos continentes, são ainda convocados para esta investigação aspetos históricos, económicos e sociais, bem como diversos temas que permitem refletir sobre a questão da insularidade na Ilha da Madeira, com particular incidência na presença do mar, elemento primordial que acompanha de forma permanente as Ilhas e que lhes confere significados vários.

Palavras-chave: Insularidade; Ilhas; Identidade; Memória; *O Último Cais*; Ilha da Madeira

Abstract

This dissertation focuses on the theme of Insularity or the study of the Islands and any marks that distinguish them from other parts of land or from continental plates. To this end, it problematizes concepts such as "Nissology"; "Place and Space", "Identity", "Islander", among others, which will be developed during this investigation. In order to analyse those problems, we start from a literary work, *O Último Cais*, by Helena Marques, with the objective of investigating eventual marks that can confirm the existence of an insular identity, in this particular case, Madeira, in the last half of the 19th century and the beginnings of the 20th century, establishing links with the 21st century, in order to emphasize the differences and development of the island.

Starting from geography, science that allows us to identify the islands and differentiate them from the continents, other aspects are also called for this research such as historic, economic, social ones, as well as various topics that allow us to reflect on the issue of insularity in Madeira Island, with particular focus on the presence of the sea, a primordial element that permanently accompanies the Islands and gives them various meanings.

Key-words: Insularity; Islands; Identity; *O Último Cais*; Madeira Island

Índice

Introdução	7
I- Nissologia: O Estudo das Ilhas	9
1- Representações da Ilha	24
II- <i>O Último Cais</i>, de Helena Marques	33
1- A Sociedade Oitocentista.....	41
2- A Fronteira-Mar e a Emigração Forçada	58
3- Marcas da Insularidade	70
Conclusão	108
Bibliografia.....	110

Introdução

As ilhas, todas as ilhas – e a Madeira não é exceção – possuem um duplo e poderoso fascínio: aquele que é sentido a partir de fora e oferece uma face mágica [...]; e aquele que é sentido a partir de dentro e quotidianamente confirmado.

- Helena Marques²

O estudo das Ilhas, “platform for looking at island issues” (Baldacchino, 2008:49), teve um desenvolvimento particular a partir dos séculos XX e XXI. Conceitos como Nissologia e Insularidade, apesar de serem mencionados em séculos anteriores, verão problematizados e sedimentados os seus significados na época contemporânea. A Nissologia, definida como a ciência das ilhas, agrega inúmeras temáticas de áreas díspares que uma vez conjugadas nos auxiliam a melhor entender a dinâmica dos espaços insulares. É sobre estes assuntos que a nossa investigação se irá debruçar. Quando abordamos o conceito de “Ilha” não nos devemos cingir apenas aos detalhes geográficos e ao seu significado intrínseco e primordial, ou ao facto de ser uma porção de terra rodeada por água, já que existem várias outras marcas que identificam este tipo de lugares. Neste sentido, partindo da geografia, procuraremos estender a nossa investigação para outros tópicos tais como política, economia, sociedade, cultura, religião, espaços e paisagens, a importância e presença inevitável do mar, entre outros aspetos, que poderão ajudar a conferir um sentido de identidade insular.

Desta forma, o espaço insular que constitui objeto de estudo desta dissertação é a Ilha da Madeira, que apesar de pertencer e se encontrar ligada a nível histórico e político a Portugal Continental, assinala claras diferenças em relação à massa continental. Desta forma, julgamos necessário recorrer a uma obra literária, *O Último Cais*, de Helena Marques, para procurarmos justificar de que forma é assimilada a Ilha para um Ilhéu, de acordo com a sua experiência insular e as características identitárias daí decorrentes.

²Citação extraída da obra de Ana Isabel Moniz *et al.* *e depois? Sobre a cultura na Madeira*. (Marques, 2005:172, 173).

É comum pensar-se que, por exemplo, o Ilhéu é apenas um habitante das ilhas, quando na realidade um Ilhéu, como qualquer indivíduo, vive o seu espaço geográfico: no seu caso, vive numa ilha e dela experiencia e absorve tudo aquilo que o rodeia. Como consequência dessa experiência, acaba por adquirir um sentimento de pertença do lugar, tendo sempre presente que a Ilha é um espaço de dualidades constantes, que se divide entre a beleza e o fascínio do mar, tal como se pode observar na epígrafe da nossa introdução, que não nos deixa esquecer que estamos num lugar, por vezes, sinónimo de isolamento, que incita a partir, a descobrir novas realidades, novas culturas, mas sem nunca deixar em descrédito o ponto de partida.

Tentaremos ainda constatar ao longo da nossa investigação, que *O Último Cais* é uma obra que revela particularidades da Ilha da Madeira, numa época que se considerou impactante para a sociedade madeirense. Referimo-nos ao século XIX, que para além de ser um século sobre o qual Helena Marques confessou uma preferência particular, poderemos comprovar que também se afigurou como uma época importante para o desenvolvimento mundial e, em especial, da Madeira. É neste século que a Madeira começa a ganhar gradualmente uma maior visibilidade através dos produtos que produzia e comercializava, tal como o açúcar, o vinho, o bordado, entre outros. Este século ficaria também marcado pelo facto de surgir uma consciência política que permitiu dar os primeiros passos no caminho da autonomia da Região, fator considerado importante para o povo ilhéu. Estas e outras presenças que enformam a narrativa auxiliam-nos a perceber de que modo se perceciona a Ilha da Madeira, permitindo-nos constatar se realmente haverá a presença de uma identidade insular.

I - Nissologia: O Estudo das Ilhas

O mundo está repleto de espaços insulares, cada um com as suas singularidades que tornam o planeta num lugar povoado pela diversidade, ao alcance de todos nós. Existem várias Ilhas situadas no oceano atlântico, uma das quais sobressai, constituindo objeto do nosso estudo nesta investigação. Trata-se da Ilha da Madeira, que é a maior ilha do Arquipélago da Madeira, constituído por outra, a de Porto Santo, igualmente habitada e, por outras ilhas não habitadas, as Desertas e as Selvagens. Este grupo de ilhas faz parte da Macaronésia³, uma designação utilizada para denominar vários arquipélagos situados no oceano atlântico: os Açores, a Madeira, as Canárias e Cabo Verde.

“O Arquipélago da Madeira situa-se no Atlântico médio oriental” (Branco, 2014:95) e tem aproximadamente 740km², onde habitam na atualidade, de acordo com os CENSOS 2021, 250.769 indivíduos⁴. Apesar dos solos férteis, é na sua maioria de configuração montanhosa, sendo que o seu ponto mais elevado, o Pico Ruivo, alcança os 1862 metros de altitude. Tem como capital uma das cidades da zona sul, o Funchal, local onde se concentra cerca de metade da população madeirense, dado que é também nesse local que se situa grande parte dos serviços administrativos da Região.

Este espaço insular beneficia de temperaturas amenas, o que é propício para os habitantes praticarem atividades como a agricultura, “a principal actividade económica dos madeirenses no final do século XIX e durante grande parte do século XX” (Oliveira, 2012:114). É igualmente benéfico para o setor do turismo, que é outro dos pilares da economia regional: “A Madeira é um destino turístico com tradição ancestral. Graças à sua posição geográfica” (Rodrigues, 2016:70).

³Trata-se de um vocábulo considerado recente. Macaronésia não se encontra em dicionários como por exemplo, o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado, ou no *Dicionário da Língua Portuguesa*, edição da Academia de Ciências de Lisboa com a Fundação Calouste Gulbenkian.

⁴ Informação extraída da plataforma online de Estatísticas do Governo Regional da Madeira, disponível em: <https://estatistica.madeira.gov.pt/32-uncategorised/90-censos-ram.html>. Consultado a 6 de setembro de 2021.

Em 1418, durante os Descobrimentos, os portugueses chegaram ao Arquipélago da Madeira, ancorando primeiro no Porto Santo e, de seguida, na Madeira, tendo encontrado ambas as ilhas desabitadas, como nos indica Jorge Freitas Branco:

Os séculos de ocupação caracterizam-se pela transposição de população portuguesa para o território insular virgem. Batizada “Madeira” talvez pela imponência da cobertura vegetal, que obriga ao seu desbaste pelo fogo [...] pondo termo à virgindade encontrada (Branco, 2014:95, 96).

Segundo Chevalier e Gheerbrant, a Ilha⁵ “à qual apenas se chega depois de uma navegação ou de um voo, é o símbolo por excelência dum centro espiritual, e mais concretamente do centro espiritual primordial” (Chevalier & Gheerbrant, 1982:374). Desta forma, a Ilha pode ser percecionada de diversas formas consoante as experiências de quem contacta com este lugar. Tal é o caso de Helena Marques, a autora de *O Último Cais*, obra publicada em 1993 e objeto de análise nesta investigação. Aos espaços circundados por água é comum atribuir-lhes inúmeros significados positivos, de que pode ser exemplo um espaço utópico, mítico, paradisíaco. Também lhe podem ser atribuídos sentidos negativos, tais como local de aprisionamento e isolamento, formas de percecionar o espaço que o coloca sob constantes dualidades. Por este motivo, as Ilhas têm sido alvo de inúmeras representações artísticas ou literárias, ao longo da história da humanidade. Deste modo,

Cada ilha é um *topos* que, pelo seu carácter condensado e delimitado, se configura como projecção micro-cósmica do universo. Um micro-universo autónomo, centrado sobre si mesmo e dotado de mecanismos próprios de funcionamento, mas que, simultaneamente, apenas se perceciona como Ilha quando colocado em relação com os outros – sejam eles espaços (o mar, o continente ou outras ilhas) ou seres (Rodrigues, 2015:58).

Num primeiro momento, a Ilha pode representar um elemento de rutura com o continente uma vez que não se encontra próxima das placas continentais, sublinhando o

⁵A nível etimológico, “Esta palavra tem preocupado os estudiosos, pois não é fácil explicar foneticamente a evolução do lat. insula para o port. ilha, se se pretender não sair do campo fonético [...] Não pode haver dúvidas quando à filiação de ilha no lat. insula” para designar: ilha, casa isolada, grupo de casas, templo, entre outros (Machado, 1959:1209).

seu afastamento e tendo o mar como obstáculo. No entanto, este fator pode ser entendido como um convite à visita, dando importância à temática da viagem que apesar de não ser uma ação circunscrita ao espaço Ilha, é nele que se presume ganhar um maior significado: “sem navios as ilhas não seriam mundo, ninguém saberia delas” (Marques, 2009:107). Decorrente das inúmeras representações que se fizeram ao longo dos séculos acerca das Ilhas, surgiu a necessidade de aprofundar os estudos ligados a essa área. É neste sentido que surge a Nissologia, ou a ciência das ilhas, e uma possível identidade insular a elas associada.

[...] nissologia, uma nova geração de estudos, dominada por um novo paradigma, que tem estado a questionar fortemente as teorias mais comuns sobre as ilhas e os povos insulanos, geradas pelas *mainlands*, e que a essas narrativas hegemônicas procura contrapor uma outra leitura da condição insular, engendrada nas próprias ilhas, produzida portanto a partir de «baixo» e de «dentro», na tentativa de com isso construir uma teoria alternativa da insularidade (Henriques, 2009:16,17).

O estudo das ilhas e de uma eventual identidade insular advém do termo Nissologia⁶ (do grego ilha/ nisso - nicho), que procura definir os estudos das ilhas produzidos por insulares, numa visão de dentro para fora, ou por estudiosos que demonstram interesse em investigar esse espaço, numa visão de fora para dentro, embora se possa destacar a visão de dentro para fora, como refere Godfrey Baldacchino: “Island studies/Nissology has been conceived as a platform for looking at island issue [...] privileging commentary from the inside out (rather than from the outside in)” (Baldacchino, 2008:49), o que nos leva posteriormente a uma possível demarcação de presenças culturais que se possam apelidar de “identidade insular”. Esta área científica parte de uma visão geográfica, expandindo o seu sentido para outras áreas como é o caso da sociologia, antropologia ou filosofia.

Por sua vez, Abraham Moles veio introduzir a discussão sobre esta temática, através de um estudo publicado em 1982, na revista *L'Espace Géographique*, intitulado “Nissonologie ou science des îles”, onde surge o termo *nissonologie* para designar a “ciência das ilhas”. Moles utiliza este termo para se referir a qualquer espaço que tenha

⁶Tratando-se de um vocábulo considerado recente, Nissologia não se encontra em dicionários como por exemplo, o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado, ou no *Dicionário da Língua Portuguesa*, edição da Academia de Ciências de Lisboa com a Fundação Calouste Gulbenkian.

como fronteira a água, como o próprio autor menciona, do qual resulte uma situação de isolamento, sentido intrínseco ao conceito Ilha, “Une île est un espace entouré d'eau de tous côtés: telle est la définition du dictionnaire” (Moles, 1982:281), sublinhando a importância das formas de aceder a estes espaços, colocando em evidência o interesse da viagem, das travessias e dos portos. Segundo Alberto Vieira, advindo desta problematização, “Passados dez anos, outros investigadores [...] abriram caminho para a vulgarização desta nova ciência” (Vieira, 2015:42).

Vários estudos defendem que a referência ao termo Nissologia em Portugal é recente. De acordo com Fernanda Cravidão, foi utilizado pela primeira vez em francês com a designação “Nissologie” e, com o passar dos anos foi-se difundindo, apesar de não ser consensual a opinião acerca da terminologia correta: se Nissologia ou Nesologia. Esta dúvida advém do modo como se pronunciaria a vogal em “ni” ou “ne”, tendo em conta o grego clássico ou o moderno, como podemos observar no seguinte excerto: “existe uma possível confusão entre a forma de escrita (grafia) e a fonética das palavras com origem no grego antigo, alegando que a palavra ilha referente ao grego clássico é “nesos”, mas que os modernos dizem “nissos” (Espínola & Cravidão, 2014:436).

Alberto Vieira considera que “São múltiplas as formas como tem sido substantivada esta nova ciência das ilhas” (Vieira, 2015:42) e, apesar de alguma contestação à volta desta ideia, o importante será reter que através destes debates, e com o avançar dos anos, no século XX, surgiu a necessidade de aprofundar o significado deste conceito, disseminando-o por mais línguas, como foi o caso da língua inglesa, “Não levaria muito mais tempo para que a designação desta nova ciência surgisse também na língua inglesa” (Espínola & Cravidão, 2014:436), com o termo “Nissology”, proposto por Grant McCall, em 1994, “para designar a ciência das ilhas, atribuindo-lhe uma breve definição: “o estudo científico das ilhas, segundo os próprios termos” (Espínola & Cravidão, 2014:436).

Em Portugal, e dando continuidade à divulgação dos estudos referentes à ciência das ilhas, importa referir Alberto Vieira, um estudioso das ilhas atlânticas, cuja investigação em muito tem contribuído para que o nome Madeira seja levado além fronteiras. Como refere Fernanda Cravidão:

[...] a evolução sobre a terminologia desta ciência não acaba aqui. Em 2010, um português, Alberto Vieira, reabre o debate sobre a sua designação, que tinha sido originalmente traduzida para português como Nissologia (Espínola & Cravidão, 2014:436)”.

Esta ciência granjeou importância tendo em conta que veio dar a conhecer ao mundo as possibilidades dos territórios rodeados por água, que são frequentes vezes, subvalorizados por apresentarem características que limitam, segundo o olhar de alguns dos que percebem a ilha de fora para dentro, o potencial desses espaços.

Segundo Baldacchino, cerca de 10% da população mundial, o equivalente a aproximadamente 600 milhões de indivíduos, habita em ilhas, ocupando cerca de 7% da superfície terrestre (Baldacchino, 2007:1). Isto traduz-se na ideia de que um quarto dos “Estados independentes do mundo são ilhas ou arquipélagos” (Espínola & Cravidão, 2014:437). Como consequência, os pequenos espaços insulares tendem a ser associados a vários constrangimentos estruturais, dado que podem ser limitados pelo seu tamanho, o que conduz também à escassez de recursos ou a limitação económica e populacional. Todavia, nos séculos XX e XXI, os investigadores que se debruçaram sobre estes temas começaram a dar mais importância e destaque a estes espaços dado que se começou a perceber que deles se poderiam retirar informações úteis para auxiliar a conduzir à evolução do mundo em diferentes áreas, tais como a política ou a economia, contribuindo deste modo para a construção de um passado histórico e de um presente em desenvolvimento.

Pode dizer-se que a Ilha se apresenta como um espaço que assume inúmeros formatos e simbologias de acordo com o imaginário do ser humano, incidindo nas suas experiências pessoais ou coletivas. Pensar a Ilha conduz-nos a outros conceitos para além da Nissologia, de que pode ser o caso da Insularidade⁷, que também tem sido objeto de estudo aprofundado no século XXI, e que integra a nossa investigação.

O termo Insularidade, à semelhança da designação Nissologia é, também, uma denominação recente que se traduz num termo abrangente, pois engloba em si temáticas tais como geografia, história, linguística, cultura, demografia, política, relações sociais, entre outros. Esses aspetos são passíveis de serem observados ao longo da narrativa *O*

⁷“1. Qualidade do que pertence a uma ilha; característica do que é insular. 2. Qualidade do que está isolado numa ilha; isolamento. 3. Situação de uma região ou país constituído por uma ou mais ilhas” (Academia de Ciências de Lisboa, 2001:2126).

Último Cais, de Helena Marques. Através desta obra, o leitor é confrontado com algumas características que permitem identificar um povo e ao mesmo tempo distingui-lo dos demais, tal como se pode ler no portal da Direção Regional da Cultura dos Açores: “insularidade é tão variável quantas as circunstâncias que possam defini-la. Essas circunstâncias estão relacionadas sobretudo com a dimensão física e social das ilhas e a sua distância dos continentes.”⁸.

Este conceito define um povo, atribuindo-lhe uma identidade própria, dando a conhecer os seus limites terrestres e marítimos. Esses limites transmitem ao ilhéu, mais do que a um habitante continental, a sensação de pertença e de afeto:

O oceano constitui um elemento definidor da insularidade [...] não só como realidade concreta que envolve diferentes ilhas, mas também como um factor condicionante da existência. Sendo um importante testemunho dos aspectos que moldam o processo mental, vivencial e espiritual de um povo, a literatura não poderia deixar de abordar a ligação entre o homem ilhéu e o oceano que o rodeia (Cabral, 2010: 216).

No entanto, Godfrey Baldacchino alerta para que não se considere a Insularidade como um termo utilizado para atribuir características pejorativas às ilhas, como até então por vezes, parecia acontecer, isto porque a visão que se tem sobre as ilhas depende das experiências de quem vivencia o espaço insular. Acresce o facto do modo como o imaginário do Homem interfere com a relação do espaço com o indivíduo, daí que se afirme que a Nissologia surge como uma ferramenta de estudo para salientar a necessidade “de superar a visão tradicional da insularidade, que sistematicamente tende a ressaltar os pontos fracos das ilhas, as suas lacunas e fragilidades, e a omitir os recursos e as potencialidades” (Henriques, 2009:17).

Ancorados à temática da Nissologia, surgiram com o tempo outros subtemas que vêm completar estas definições. Para além da Insularidade, outros estudos têm sido desenvolvidos acerca da semântica para aprofundar a teoria, através da consideração da

⁸Informação extraída da página online da Direção Regional da Cultura dos Açores. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=7728> – consultado a 13 de maio de 2021.

“maritimidade”⁹ e da “ilheidade”¹⁰. Em relação ao primeiro conceito, sabemos que se trata de práticas económicas, sociais e simbólicas, “a partir de espaços e recursos limitados, a partir da existência do espaço marítimo, do contato com outras sociedades” (Diegues, 1998:39), do qual se destaca a presença do mar como veículo de mediação para negociações ou relações com outras sociedades sejam elas insulares ou continentais. O que se considera o elemento básico de uma sociedade não é a presença do mar, mas sim as práticas desenvolvidas em relação ao mar, que são representadas pelos ilhéus. Nesse sentido, “A maritimidade não é um conceito referente diretamente ao mundo oceânico como entidade física, é uma produção social e simbólica que nem sempre existe em todas as sociedades insulares” (Diegues, 1998:40).

Em relação ao conceito de “ilheidade”, poderemos afirmar que se trata de um neologismo francês (*îleité*) utilizado para designar qualquer representação simbólica ou imagem resultante da insularidade e que se poderá expressar através de “mitos fundadores das sociedades insulares e lendas que explicam formas de conduta, comportamentos”, entre outros (Diegues, 1998:46). Esta ideia é passível de ser encontrada ao longo da obra de Helena Marques, visto que *O Último Cais* aborda não só o quotidiano dos madeirenses do século XIX bem como a sua relação com os conterrâneos, nas mais variadas situações e atividades, a ligação com os que visitam a ilha e ainda a conexão entre o ilhéu e o espaço envolvente. Com base nestas ideias, pode dizer-se que a ilheidade se centra nas experiências vividas pelos ilhéus, reforçando o impacto que o lugar exerce nas experiências destes indivíduos, conferindo-lhes sentimentos de centralidade em relação ao espaço insular. A ilha, espaço limitado por mar, passa a ser, algumas das vezes, conotado como “o centro do mundo. O mundo, situado além de seus limites definidos é o resto e por isso mesmo, marginal, acessório” (Diegues, 1998:112).

Todas estas temáticas resultam de um processo de evolução e preocupação em problematizar questões relacionadas com as experiências e dinâmicas da vida insular e, decorrem também da necessidade de evidenciar os traços culturais dos espaços insulares e dos povos ilhéus. É nesse sentido que é fulcral colocar em destaque o papel da cultura, elemento primordial que define ambos, o espaço e o indivíduo. Esta temática transporta-

⁹Tratando-se de um vocábulo considerado recente, maritimidade não se encontra em dicionários como por exemplo, o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado, ou no *Dicionário da Língua Portuguesa*, edição da Academia de Ciências de Lisboa com a Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁰ *Idem*.

nos para o campo das ciências sociais, reforçando a ideia de que os estudos relativos às ilhas e às suas gentes fazem parte de uma área multidisciplinar que passou a englobar, com o passar dos anos, inúmeras outras áreas científicas distintas que conjugadas vêm completar as noções de Nissologia e de Insularidade. A cultura será o ponto de partida para esses estudos dado que tudo aquilo que nos rodeia é considerado parte integrante do conceito de cultura. Ao vocábulo em questão são atribuídos diversos significados, tratando-se de um termo com uma semântica abrangente: “Desde o seu aparecimento no século XVIII, a ideia moderna de cultura suscitou constantemente debates acirrados” (Cuche, 1999:11).

O conceito em questão vem definir um longo processo de desenvolvimento, em que se privilegia a formação de conhecimentos que, num primeiro momento, resultam da tradição oral, que se baseia numa transmissão de conhecimentos por meio da oralidade, a forma de comunicação mais antiga e primordial, de geração em geração, em que as gerações futuras ficam com o legado de perpetuar o conhecimento adquirido, de modo a não permitir que se esqueçam os ensinamentos dos antepassados. Com o passar dos séculos, foi dada mais importância à transmissão de saberes, e do registo oral passámos para o registo escrito, que superou diversas experiências, (como foram as tentativas de escrever em pedra, pele de animais, papiro e, posteriormente em papel), e que demorou a chegar até nós, no formato que conhecemos nos nossos dias.

Dos vários significados que são atribuídos à cultura é possível destacarmos alguns dos que nos parecem mais pertinentes para a nossa investigação. Para tal, num primeiro momento, evidenciamos o contributo de Denys Cuche, sociólogo e antropólogo francês, através da obra *A noção de Cultura nas Ciências Sociais*, que refere que a cultura é necessária para “pensar a unidade da humanidade na diversidade além dos termos biológicos” (Cuche, 1999:9). Quer com isto o autor realçar que esta temática está inerente em tudo no ambiente envolvente dos indivíduos e que por isso conduz e orienta a vida humana, tal é o caso da sua determinação sexual ou a divisão de tarefas atribuída a cada um nas suas casas. Serve este exemplo para nos indicar que “Nada é puramente natural no homem” (Cuche, 1999:11) dado que funções tais como necessidades fisiológicas, sono, fome, entre outras, são funções das quais se obtém informação através da cultura.

Também Vasco Graça Moura, em *A Identidade Cultural Europeia*, desenvolve uma noção de cultura que cruza ideias com o conceito apresentando anteriormente. É possível observar-se no seguinte excerto que:

A herança cultural passa por muitos e variados elementos, desde logo pela língua materna e pela família a que esta pertença, e depois pelo património material e imaterial, pelos costumes e tradições, pelos condicionamentos, adaptações e morfologias impostos pela História, pela geografia, pelo clima... A herança cultural resulta de um longo processo de existência das sociedades (Moura, 2013:38).

Tendo em conta esta perspetiva, poderemos afirmar que ambas as teorias acerca da cultura nos fornecem informações que permitem sedimentar a ideia de que os estudos das ilhas partem e se complementam, em simultâneo, através da noção de cultura já que esta temática é uma componente intrínseca ao processo de identidade, seja ele coletivo ou individual. Com base nestes elementos, parece-nos que a obra *O Último Cais*, de Helena Marques, é um objeto de estudo que nos poderá ajudar a entender como a teoria se processa na prática, colocando em evidência características da cultura, neste caso madeirense, que se julgam dissemelhantes de outras culturas espalhadas pelo mundo e que tentaremos comprovar como sendo características únicas definidoras do povo insular em questão.

Relacionado com este tópico da cultura podemos mencionar um termo que tem sido utilizado, recentemente, para designar a cultura madeirense: a Madeirensidade. Este conceito emerge através do contributo de Paulo Miguel Rodrigues que nos indica que “A Madeirensidade é um conceito que emerge, antes de mais, de uma correlação de contributos de diversas áreas disciplinares que se ocuparam da realidade madeirense [...] da filosofia à economia, passando pela política, etnografia, [...]” (Rodrigues, 2012:3). Quer isto dizer que o conceito é formado pelo contributo de outros que uma vez conjugados, ajudam a identificar a cultura neste caso, a madeirense. É o mesmo que acontece quando nos referimos aos termos Nissologia e Insularidade. Embora, e com base

em pesquisas, só tenhamos conseguido encontrar até à data, dois documentos¹¹ de Paulo Miguel Rodrigues, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutoramento que abordem esta temática, colocando em destaque a importância da Madeirensidade, consideramos que com o passar do tempo deva evoluir a investigação em torno deste assunto, porque tal como refere Paulo Miguel Rodrigues:

quando se fala de Madeirensidade o preconceito é o que mais prevalece. E este, para além de promover opiniões infundadas, reflete também [...] graus de ignorância (da História) ou [...] níveis de intolerância perante aquilo que manifestamente se desconhece e que, por isso mesmo, acriticamente se diz não existir (Rodrigues, 2015:166).

A afirmação da identidade cultural de um povo gera, por vezes, a necessidade de que um lugar ou as suas gentes sigam o caminho da autonomia como forma de reivindicar a sua independência face à metrópole, que na maioria das vezes, é representada por um continente. O arquipélago da Madeira não foi exceção, uma vez que, no século XIX, a elite letrada madeirense começou a refletir sobre esses assuntos e a manifestar o seu desagrado face ao esquecimento, segundo eles, de el Rei perante as dificuldades políticas, económicas e sociais que se originavam e aumentavam na ilha. Tal como nos indica Paulo Miguel Rodrigues, reforçando a ideia da Autonomia e Madeirensidade:

A insularidade (a montante) e a ideia de Autonomia (a jusante) sempre se revelaram fulcrais na consciência e na verbalização da Madeirensidade [...] A este respeito, portanto, assumimos desde logo o pressuposto de que em períodos de crise internacional e nacional profunda e de vincada instabilidade interna [...] terá existido, devido a factores conjunturais, uma maior propensão para a emergência, reflexão, expressão e concretização da ideia/conceito de Madeirensidade, mesmo que isto não tenha sido assim designado e, inclusive, se tenha associado a outras ideias e conceitos, como os de regionalismo e autonomia madeirenses [...] (Rodrigues, 2015:67).

¹¹Referimo-nos aos textos: “Da Madeirensidade: Contributo para uma reflexão necessária”, e “Madeirensidade: Breves reflexões em torno de um Conceito Identitário a repensar”, ambos da autoria de Paulo Miguel Rodrigues; a dissertação de mestrado intitulada “A Madeirensidade da Marca Madeira – Sinergias na gestão estratégica da marca”, da autoria de Sofia Raquel Costa Araújo e ainda, uma tese de doutoramento referente ao presente ano, apresentada na Universidade da Madeira, por Paulo Figueira com o título “João dos Reis Gomes: Contributo Literário para a divulgação da História da Madeira”.

Sobre esta questão, *O Último Cais* aborda a política, nomeadamente, a tomada de consciência da população em relação ao regime político que parecia não contribuir para o evoluir do espaço insular. Isto é visível numa conversa entre o cónego Nicolau quando afirma que “Os jornais continuam a falar sobre a crise gravíssima [...] Parece que há milhares de operários desempregados. É verdadeiramente preocupante” (Marques, 2009:137), e também Marcos Vaz de Lacerda, no momento que o protagonista expressa a sua preocupação face à conjuntura política que enfrentam: “Tanto mais preocupante [...] quanto aumentam o número e a violência das manifestações que acabam sempre por assumir um carácter político. A agitação social alastra” (Marques, 2009:137). Através da visão de algumas das personagens principais, poderemos perceber que era urgente agir em prol de uma mudança que levasse a economia, o principal motor da sociedade, a retornar ao seu eixo, como se pode observar pela voz de Nicolau: “A república acabará inevitavelmente por chegar. O centenário de Camões [...] acendeu o rastilho e nem os Braganças nem a nobreza serão capazes de apagá-lo” (Marques, 2009:138).

Reconhecendo, então, a ligação que existe num povo, tendo por base a sua identidade cultural, por vezes assistimos a tentativas de independência administrativa ou financeira por parte de territórios insulares face ao poder central continental sem, no entanto, se desvincularem da sua pátria. O Arquipélago da Madeira pode ser um desses exemplos, quando começou a reivindicar, aos poucos, a sua autonomia em meados do século XIX. No que concerne à ideologia da autonomia, podemos referir, pela ótica de Fernando Tavares Pimenta, que o caso madeirense não se tratou de um caso imediato ou de simples resolução. O primeiro pensamento sobre a questão autonómica só viria a emergir nas primeiras décadas do século XIX (Pimenta, 2019:661) e decorreu de vários acontecimentos históricos, entre os quais se destacaram os de ordem política e militar, com a ocupação britânica da Madeira, que ocorreu nos primeiros anos desse século.

Com a Revolução Liberal de 1820 foi possível exprimir reivindicações de índole autonomista face a estes acontecimentos, tendo como veículo de informação, a imprensa, mais concretamente, o caso do jornal *O Patriota*¹² que, segundo Fernando Tavares Pimenta, “assumiu uma posição de afrontamento ao centralismo de Lisboa. Porém, o retorno transitório do regime absolutista levou ao silenciamento do jornal, que foi

¹²“Destacam-se os primeiros jornais a serem editados na Madeira, nascidos no contexto da Revolução Liberal dos anos vinte: *O Patriota Funchalense*, publicado em 1821 [...]” – Informação extraída do Catálogo da Coleção de Jornais do Arquivo Regional da Madeira. Disponível em: https://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2016/05/IDD_51.pdf - consultado a 28 de maio de 2021.

encerrado em 1823” (Pimenta, 2019:661). A primeira tentativa de exprimir um pensamento a favor da autonomia mostrou-se como uma experiência malograda para a sociedade madeirense oitocentista o que, no entanto, não acanhou os ilhéus de prosseguir com as suas convicções.

Um dos marcos que assinalaram as tentativas de reivindicar o título de espaço autonómico, em relação ao Arquipélago da Madeira, sucede-se com a criação de uma Junta Geral do Distrito do Funchal, em meados do século XIX. Este órgão resultou do pensamento liberal, em julho de 1835, e tinha como principal objetivo, descentralizar o poder administrativo do Reino português, com vista ao progresso autonómico de cada província portuguesa:

As Juntas vão revelar-se exemplares quanto ao modo de agira do poder central, num contexto de reorganização imperiosa e de relativa cedência, com o objetivo de racionalizar as relações e não deixar escapar (senão mesmo reforçar) o controlo geral exercido pela Coroa e pelo conjunto dos seus representantes (Rodrigues, 2015:51).

No caso madeirense, a Junta Geral representava o povo, considerando-se como um “primeiro governo regional” que se reunia em sessão ordinária em abril e em novembro. Teve como primeiro presidente o conselheiro José Leite Monteiro que surgia acompanhado de uma Comissão Executiva, composta por três membros responsáveis por apresentar os relatórios com as deliberações das sessões. Segundo Alberto Vieira, a Junta Geral do Distrito do Funchal tinha como funções iniciais:

fazer a repartição das contribuições diretas, e do recrutamento entre as comarcas da província; decidir sobre os requerimentos para a redução feitas pelas Juntas da Comarca e as Câmaras Municipais; [...] contrair empréstimos, necessários para objetos de utilidade geral da província, mas desde que tivessem autorização das Cortes (Vieira, 2014:13).

Além disso, celebrava contratos para que se pudessem realizar obras que beneficiassem a comunidade, examinava e aprovava os saldos anuais tendo por base todos os rendimentos da província, que eram apresentados nas sessões pelo Prefeito e, promovia ainda, discussões sobre as necessidades gerais da população. Todas estas medidas eram entregues, em forma de um parecer, ao Prefeito que reencaminhava todas estas informações para o Rei.

Com o passar do tempo, este órgão foi oscilando em termos de poder, tendo em conta que foi dissolvido: “Em 1892, extinguem-se as Juntas Gerais – pelo decreto de 6 de agosto de 1892, extinção que se mantém no Código Administrativo de 1895, aprovado pela Carta de lei de 4 de maio de 1896” (Vieira, 2014:21). Enquanto existiu, conseguiu ter “maiores e mais amplas funções ao nível da administração distrital, sobretudo em termos de coordenação financeira, económica, obras públicas, ensino, saúde e assistência” (Pimenta, 2019:665). No entanto, observou-se que na prática, nunca dispôs de um poder legislativo próprio e, assim sendo, a autonomia política e financeira não era um marco alcançado com sucesso como se esperava.

Em inícios do século XX, com o decreto de 8 de agosto de 1901, recuperou-se a Autonomia Administrativa do Distrito do Funchal, por meio do restabelecimento da Junta Geral que continuava com os seus propósitos de autonomia, “Foi nesse dia que o conselheiro Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro [...] referendou um decreto concedendo à Madeira a autonomia administrativa nas mesmas bases em que já anteriormente fôra concedida aos distritos açoreanos” (Silva & Meneses, 1978:206). Durante o primeiro quartel do século XX, assistimos a uma política melhorada da Junta Geral, o que deu um impulso à luta madeirense pela autonomia. Manuel Pestana Reis, jurista e publicista na imprensa madeirense, publicou no *Diário de Notícias* uma lista com novos e melhorados princípios basilares da Junta Geral, medida que veio sedimentar o propósito da autonomia madeirense no século XX. Dessas medidas salientam-se, a título exemplificativo:

1. – Função representativa: desempenhada por um governador civil que não seja exclusivamente um alter-ego do Ministro do Interior, mas apenas um representante do Estado [...]. 3. – Função administrativa: Câmaras Municipais. 4. – Função educativa: Liberdade de ensino. Instrução primária a cargo dos municípios [...]. 5. – Função judicial: alteração do número de comarcas e da sua jurisdição territorial [...]. Uma possível criação dum tribunal de 2.^a instância no Funchal [...]. (Pimenta, 2019:668).

Através dos vários melhoramentos na ideologia da Junta Geral, e graças ao esforço e persistência da população madeirense, foi possível o Arquipélago aceder ao tão desejado título de Região Autónoma da Madeira, que aconteceu em 1976, no seguimento da Revolução de 25 de abril de 1974, que veio por termo ao regime do Estado Novo que se encontrava sob alçada de António de Oliveira Salazar, vigorando entre 1933 e 1974. Desta mudança resultou para a Madeira o título de Região Autónoma da República Portuguesa

e passou a deter um estatuto político e administrativo, assim como um governo próprio. Ainda, no *Diário da República* n.º 214/1980, Série I de 1980-09-16 foram aprovados os símbolos representativos do Governo Regional. Pode ler-se: “O Decreto Regional n.º 30/78/M, publicado no *Diário da República*, de 12 de Setembro de 1978, constitui um marco histórico no processo autonómico do arquipélago da Madeira ao estabelecer as insígnias da Região Autónoma”¹³.

Como marcas identitárias culturais, os símbolos representativos da Região Autónoma da Madeira são o hino, composto por Victor Costa e com letra de Ornelas Teixeira, a bandeira, o escudo, o selo branco e o brasão de armas. A bandeira da Madeira é composta por três retângulos da mesma dimensão, sendo dois de cor azul, que representam o meio ambiente e a insularidade e um de cor amarela que simboliza o clima ameno, a riqueza, a pureza e a fé do seu povo. No centro é possível observar-se uma cruz a vermelho e branco que identifica a Ordem de Cristo e que se relaciona com a época em que foi descoberto o Arquipélago. O escudo assume a forma designada de “escudo português” onde figura uma imagem idêntica à da bandeira. Relativamente ao selo branco, é de forma circular e no centro insere-se a cruz da Ordem de Cristo, com a expressão “Região Autónoma da Madeira” e a palavra “Portugal”, ambas a rodeá-la. O brasão de armas é composto por ornamentação em azul e dourado, tendo como imagem central a bandeira da Madeira, acompanhada por dois lobos marinhos, que representam a vida animal encontrada aquando da chegada dos primeiros povoadores. Os lobos marinhos assinalam também o louvor e esforço dedicados à preservação ecológica. Por cima dos animais encontramos uma esfera armilar de ouro que se relaciona com os Descobrimentos e com o rei D. Manuel I e, por baixo destes animais inscreve-se num listel, o lema da Região: “Das ilhas, as mais belas e livres”. Por fim, a autonomia madeirense celebra-se no dia 1 de julho, assinalado como o dia da descoberta da Ilha da Madeira, instituído feriado regional.¹⁴

Tendo em conta a abordagem teórica sobre os conceitos chave como Nissologia, Insularidade, maritimidade, ilheidade, cultura e, neste caso concreto, autonomia, poderemos dar seguimento à nossa investigação, prosseguindo para o próximo ponto de

¹³Informação extraída da página online do *Diário da República* Eletrónico. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/search/460829/details/normal?q=decreto+regional+hino+regi%C3%A3o+aut%C3%B3noma+madeira> – consultado a 28 de maio de 2021.

¹⁴As informações relativas aos símbolos representativos da Região Autónoma da Madeira foram extraídos da página *online* da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. Disponível em: <https://www.alram.pt/pt/artigos/assembleia/simbolos-da-autonomia/> - Consultado a 31 de maio de 2021.

trabalho que se debruçara sobre o modo como as ilhas são representadas, tendo por base a relação do Homem com o espaço, dando primazia aos conceitos de memória e experiências, espelhando os pensamentos e vivências dos ilhéus, aqueles que habitam nas ilhas e, que por essa razão talvez sejam aqueles talvez que melhor nos conseguem dar uma visão de dentro para fora acerca do espaço insular.

1- Representações da Ilha

É quase impossível perceber o número exato de ilhas que existe no mundo visto que algumas se extinguem com o tempo, devido à erosão e, outras se formam, tendo em conta os diversos processos possíveis. “The world is full of islands” (Baldacchino, 2006:4), como afirma Godfrey Baldacchino. Decorrente dessa diversidade de espaços insulares surge também a multiplicidade de configurações desses mesmos espaços. É através do contributo de Beate Ratter que ficamos a saber que as primeiras tentativas de categorizar as ilhas foram feitas por Charles Darwin, através da obra *A Origem das Espécies* (1859). Desta investigação foi-nos possível perceber, num primeiro momento, que as ilhas necessitavam de ser distinguidas de acordo com a sua estrutura geológica. Daí que se diferenciasse, em primeiro lugar, as ilhas continentais das ilhas oceânicas. Ratter explica a diferença destas ilhas, sublinhando que as ilhas continentais são secções que vemos destacadas de continentes e que as ilhas oceânicas nunca fizeram parte de nenhuma grande massa de terra (Ratter, 2018:26).¹⁵

As ilhas são, assim, o produto final de diversos processos de formação geográfica, das quais salientaremos três processos como forma de melhor percebermos a diversidade existente. Em primeiro lugar, existem as ilhas de origem sedimentar, que se identificam como resultados da acumulação de sedimentos, principalmente de areias, só sendo possível formar-se em mares pouco profundos. Exemplo disso é o caso de Padre Island, localizada no golfo do México, ancorada ao estado norte americano do Texas, considerada a maior e mais larga ilha sedimentar.

Em segundo lugar, temos também as ilhas coralinas, que são espaços que surgem quando os recifes de coral se fixam sob rochas submersas. Um recife de coral pode levar milhares de anos a se formar e a se desenvolver e este processo depende de vários fatores tais como a flutuação e nível do mar ou as mudanças de temperatura: “A coralline reef takes thousands of years to grow, a process which is influenced by many geological and physical factors. Fluctuating sea levels, continental drift, subsidence and changes of temperature” (Ratter, 2018:43). As Maldivas são exemplo deste tipo de ilhas, localizadas

¹⁵O texto original encontra-se publicado em inglês: “continental islands (‘detached sections of continents’) and oceanic islands (‘never formed part of a continent or any large mass of land’)” (Ratter, 2018:26).

no oceano Índico. Existe ainda o atol, processo de formação de ilhas com base nos recifes de coral com a particularidade de ter um formato circular ou anelar (com lagoa), sendo que em ambos os casos são espaços que não se ligam à crosta continental. O atol Bikini, localizado no arquipélago das ilhas Marshall, no oceano Pacífico é disso exemplo.

Em terceiro lugar surgem as ilhas de origem vulcânica, ou seja, as que resultam do processo de vulcanismo. Este acontecimento consiste na atividade de vulcões que se baseia numa erupção, processo iniciado no interior do vulcão, que expelle para a superfície terrestre lava ou cinza que, quando em grandes quantidades, poderá originar a formação de ilhas de várias dimensões, ao longo dos séculos. Este processo foi o que terá dado origem às ilhas do Arquipélago da Madeira assim como às restantes ilhas que compõem a Macaronésia:

Todas as Ilhas Atlântidas são, como já referi, de origem vulcânica. É certo que nalgumas, mormente nas mais antigas casos de Porto Santo [...] se encontram intercalações de materiais sedimentares, como calcários, [...] Tais ocorrências geológicas são contudo raras [...] O que prevalece por toda a parte são os materiais vulcânicos (Henriques, 2009: 31,32).

Apesar da sua origem vulcânica, estas ilhas apresentam características ímpares umas das outras, nomeadamente, no seu perímetro e altitude, no clima, na fauna e flora, na área cultivável, na densidade demográfica, entre outras. Um dos objetivos da nossa investigação é também mostrar de que modo é possível destacar a Ilha da Madeira das demais, colocando em evidência as características previamente mencionadas e, ainda, outras temáticas que à geografia se poderão associar outras características singulares destes espaços insulares.

Poderemos começar por apresentar uma noção do que é ser ilhéu e de que forma este contribui para a criação de um imaginário ou de um pensamento real sobre as ilhas. O Ilhéu, indivíduo relativo ou pertencente aos arquipélagos¹⁶, é uma denominação resultante da Insularidade que serve para identificar os habitantes das Ilhas. Este vocábulo

¹⁶“(De *ilha* + suf. *-éu*) [...] 2. Natural ou habitante de um dos arquipélagos portugueses, Açores ou Madeira” (Academia das Ciências de Lisboa, 2001:2025).

abrange, em si, características de uma identidade ímpar que agrega noções díspares de liberdade e/ou confinamento relacionadas com as experiências no espaço ilhéu. Yi-Fu Tuan, geógrafo cujos estudos nos permitiram refletir sobre a relação do ser humano com o espaço, oferece uma análise acerca dos conceitos de “espaço”, extensão mensurável, e “lugar”, um espaço que deixa de o ser, assim que o indivíduo lhe atribui, por meio da sua relação com o mesmo, importância e valores: “O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados a um e desejamos o outro” (Tuan, 1983:3). Estes dois conceitos tornam-se relevantes na medida em que nos permitem desenhar uma localização espacial. Será aqui que se posicionará o Ilhéu ou um estudioso das ilhas. Presume-se ser difícil encontrar e conceber um espaço dado que, para Tuan, um espaço ao qual lhe atribuímos valores, esbate a sua diferença em relação ao lugar.

Espaço e lugar acabam por se fundir, tornando-se inseparáveis ou indivisíveis e, nesse sentido, mostram-se como componentes teóricas fulcrais para entender as experiências de lugar e de ilhéu, que mais tarde, conduzem a questões de identidade insular. Na obra que constitui objeto da nossa investigação, *O Último Cais*, de Helena Marques, poderemos apreender a fusão destes conceitos, tendo em conta que obedece às experiências da autora quando viveu na Ilha da Madeira. Acresce o facto de apresentar no texto ficcional factos verídicos relacionados com a sua família que remontam ao passado.

Nesta medida, parece-nos importante referir que “Sendo um importante testemunho dos aspectos que moldam o processo mental, vivencial e espiritual de um povo, a literatura não poderia deixar de abordar a ligação entre o homem ilhéu e o oceano que o rodeia” (Cabral, 2010:216, 217). Para o geógrafo Yi-Fu Tuan, é importante o contacto do habitante com o meio envolvente, sendo isso possível a partir das sensações. Com base em sinestésias, em particular a audição e a visão, o indivíduo tende a explorar, de forma ativa, o mundo para além de si. A visão é depois da experiência empírica, uma formulação que chega ao pensamento, adquirindo novos moldes e conotações, no sentido de que é uma atividade que cria padrões de realidade adaptados aos propósitos humanos. É assim que as experiências do Ilhéu vão influenciar o modo como este percebe a Ilha, daí que seja fulcral perceber como funciona a dinâmica destes espaços para tentarmos compreender se realmente existe uma identidade insular, ou seja, uma ideia de pertença dos Ilhéus em relação ao espaço geográfico da Ilha.

Esta perspectiva poderá relacionar-se com o conceito de “place-identity” apresentado por Harold Proshansky, um psicólogo ambiental dos Estados Unidos da América, que nos indica que a relação estabelecida entre o ser humano e as imagens, mais concretamente as paisagens, influenciam a identidade pessoal do sujeito:

[...] those dimensions of self that define the individual’s personal identity in relation to the physical environment by means of a complex pattern of conscious and unconscious ideas, feelings, values, goals, preferences, skills, and behavioral tendencies relevant to a specific environment (Proshansky, 1978:155).

Decorrente desta perspectiva, podemos afirmar que o modo como se percebe o ambiente envolvente se desencadeia consoante as experiências nele vividas por parte dos ilhéus ou de quem visitar os espaços insulares. As experiências surgem inúmeras vezes ligadas ao conceito de memória, que se considera igualmente importante para construir a identidade pessoal ou coletiva de uma comunidade. O conceito de memória é descrito frequentes vezes como a capacidade de memorizar e lembrar o passado. Porém, esta denominação vai além desse primeiro sentido, alargando a sua semântica para outras áreas, de que pode ser exemplo a perspectiva cultural. A memória é o que nos permite construir uma identidade ao longo tempo bem como edificar também uma história, seja dos nossos antepassados mais próximos, seja de uma comunidade ou nação. No entanto, “longe do almejado consenso nas ciências sociais, os conceitos de memória continuam a se contrapor uns aos outros, uma vez que a relação entre “indivíduo”, “sociedade” e “tempo” continua a ser compreendida de diferentes formas” (Santos, 2002:127), porque com a constante evolução a que assistimos é previsível que estejamos perante mudanças persistentes a nível dos espaços e dos pensamentos coletivos ou individuais.

A este propósito, Helena Marques refere que o processo de escrita do romance *O Último Cais* tem uma relação íntima com suas memórias e com as memórias dos que lhe contavam histórias durante a sua infância:

[...] A partir da minha leitura pessoal dessas memórias diretas (e parece ser consensual considerar que as memórias diretas abrangem três gerações: as que as viveram e as que as ouviram de quem as viveu) que parte da minha obra de ficcionista tem sido construída (Marques, 2005:172).

Destacada a presença da ilha e das memórias na sua produção literária, poderemos inferir que estamos perante um registo escrito que é produto das experiências de ilhéu, dado que “Recuperando experiências vividas, numa fusão entre o real e o imaginário plasmada nos textos, Helena Marques procura reconstituir o sabor de outros tempos, tempos idos que foram os seus” (Moniz, 2015:226).

Considera-se que “A noção de ilhéu está carregada de grande mobilidade” (Oliveira, 2016:13) uma vez que não podemos entender a Região da Madeira sem lhe juntar os milhares de testemunhos dos madeirenses que se espalharam por todo o mundo, no passado, e que ainda se espalham na atualidade. Isto acontece porque os ilhéus que emigram carregam consigo o pedaço de terra que deixaram para trás e, embora aceitem a diversidade e a beleza que os outros lugares lhes apresentam, é sempre à ilha que procuram retornar, seja fisicamente ou através das viagens memorialísticas, como se poderá ler em *O Último Cais*:

A memória de que Helena Marques nos dá conta pressupõe uma busca de identidade enquanto viagem de um sujeito que, nos percursos da sua experiência, procura a plena realização - o amor, a felicidade, a sabedoria de viver, a harmonia entre o mundo interior e o mundo exterior (Moniz, 2009:115)

Julgamos pertinente demonstrar diferentes tipos de cenários associados às ilhas como forma de corroborar a ideia sobre como percecionamos os espaços insulares. Lowental, afirma que “[n]either the world nor our pictures of it are identical with geography” (Lowental, 1961:241). O que parece sublinhar que o espaço se apresenta com diversos formatos, tendo em conta a forma como é percecionado por cada indivíduo. Tomando o mar como elemento primordial e presença constante que edifica o conceito intrínseco de ilha, parece-nos lícito afirmar que esta presença é considerada por algumas das sociedades insulares como um obstáculo que veda o contacto com o exterior. Porém, pode igualmente ser visto como um veículo de comunicação dado que as ilhas têm sido ao longo dos tempos consideradas importantes pontos estratégicos, como é o caso dos Açores, onde se fixou a base das Lages, uma base militar dos Estados Unidos, que constituiu um marco fundamental para o desenvolvimento daquele espaço, já que passou a contactar e adquirir conhecimentos de uma cultura distinta da sua, assimilando-os com o passar do tempo.

É possível encontrar-se nesta ideia um dos binómios referentes às ilhas: a dualidade do mar como espaço barreira *versus* um infinito de possibilidades ao alcance de qualquer indivíduo. Ancoradas a este pensamento surgem muitas outras dicotomias relacionadas com os espaços marítimos, como pode ser o caso de isolamento *versus* evasão; prisão *versus* paraíso; perigo *versus* serenidade; entre vários outros. Ao mar são atribuídas várias simbologias, das quais se destaca o facto de representar a vida e a morte, sendo um espaço de transformações contínuas, dado que é um “Símbolo da dinâmica da vida. Tudo sai do mar e a ele regressa: lugar de nascimentos, transformações e renascimentos [...]” (Chevalier & Gheerbrant, 1982:439). Na mesma medida, o ilhéu também pode ser um produto de transformações constantes resultantes da passagem do tempo. Ao mar é ainda conferida a característica da fecundidade, dado que terá sido neste espaço que surgiram as primeiras formas de vida. É, pois, um ambiente considerado abonado, onde é possível encontrar riquezas minerais e diversidade de espécies marinhas.

Podemos constatar que se atribuem vários significados às Ilha, sendo que um deles é o facto de ser produto de uma construção mental humana, tornando-se esta ideia passível de se observar, por exemplo, através das diversas representações da Ilha que nos surgem ao longo da história da humanidade, relatados através da literatura: “Reais ou lendárias, quase todas as ilhas incitam à imaginação, surgindo como um lugar de aventuras sem fim” (Cabral, 2010:37). Na ótica do Ilhéu, a Ilha pode ser assumida a partir de uma visão eufórica, como um local utópico, e como um espaço que respeita e protege os cenários naturais. A utopia é, regra geral, o espelho idealizado, harmonioso, sem conflito, como sublinha Thomas More na sua *Utopia* (1516). No início do livro, é referido o significado da palavra utopia, palavra criada por More, para designar um lugar onde todos possam coexistir sem pobreza, sem corrupção, com tudo o que necessitam para viverem e serem felizes:

Utopia passou, assim, a designar, numa acepção positiva, todas as aspirações do Homem, do seu ideal de vida, e todas as visões fantásticas do futuro de abundância e reconciliação das tensões humanas (More, 2019:11).

Outros exemplos de representações das ilhas também podem ser encontrados em obras como *Robinson Crosoe* (1719), de Daniel Defoe, obra na qual nos é apresentado

um espaço de reconhecimento do protagonista após um naufrágio e a tentativa de sobrevivência e recriação de um ambiente próximo ao da civilização que deixou para trás, processado através dos desafios que foram constantemente lançados pela ilha. Outros olhares sobre a ilha também poderão ser encontrados em *A Ilha do Tesouro* (1882), de Robert Louis Stevenson, como lugar que dá destaque à fantasia de um espaço insular carregado de mistérios e tesouros. Outra visão da ilha é também observável em obras como *Odisseia* (provavelmente publicado em VIII a.c) e *Os Lusíadas* (1572), em passagens como a Ilha de Ogígia e a Ilha dos Amores, respetivamente espaços que consagram no primeiro lugar, uma ilha de beleza habitada por uma deusa e ninfas que apelam ao amor, e no segundo lugar, o contexto da ilha como recompensa dada aos heróis pelos seus esforços e façanhas, aquando dos Descobrimentos. É numa ilha, a Ilha dos Amores, que os portugueses, por fim, encontram um espaço que os presenteou com ninfas como forma de compensação pelos sacrifícios (Cabral, 2010:37).

Apesar de se considerar que algumas das obras literárias referentes às ilhas abordam, de uma forma positiva, estes espaços, existem situações em que, na perceção do Ilhéu, a Ilha também pode ser vista como uma prisão que limita o conhecimento e a vida dos habitantes, não lhes permitindo aceder a outras realidades ou a outras e melhores condições de vida. Como refere José Saramago, “É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não saímos de nós” (Saramago, 2013:8). Destas perspetivas nasce a necessidade de evasão, um dos tópicos que surge como referência na escrita de Helena Marques, e em particular, no enredo de *O Último Cais*, tornando-se mais visível se a Ilha mostrar que, por exemplo, os recursos são escassos para os habitantes ou se os meios de sustento estão estagnados, ou simplesmente porque nasce no ilhéu a vontade de desbravar o mundo, esbatendo deste modo a clausura provocada pela ilha.

É possível encontrar-se uma visão disfórica sobre as ilhas atlânticas (Açores e Madeira) em *As Ilhas Desconhecidas* (1926), da autoria de Raul Brandão. A viagem que realizou a estas ilhas, no século XX, fê-lo perceber que em nada se poderia comparar estes espaços aos lugares do continente. Da sua interpretação salienta-se a angústia do isolamento e da clausura, do tempo e da geografia, o que causou uma reação de choque ao autor, aquando da sua visita à ilha do Corvo, nos Açores: “Olho para isto tão pequeno [...] e sinto-me como nunca me senti, isolado no mundo. Que vim eu aqui fazer?” (Brandão, 2002:11).

No caso da Madeira, a título exemplificativo, no conto de Carlos Cristóvão, intitulado “As Ondas e o Vale”, o autor sublinha que “quando começa a tempestade, um pressentimento de desgraça está em cada coração de mulher que tem o pai, o marido, o filho sobre as ondas” (Cristóvão, 1962:133). O mar, presença constante numa ilha, pode ser visto como uma barreira isoladora, já que a sua força torna arriscada a coexistência do ser humano com as águas. Apesar de todo o risco que a ele se associa, o mar é, neste caso concreto, uma das maiores fontes de rendimento para as famílias da zona costeira, exemplificado pelo casal Maria e João do Pico, família que protagoniza o referido conto. Ainda assim, este texto apresenta uma visão disfórica da ilha pois culmina com a informação de que provavelmente João do Pico falecera, após as inúmeras vezes em que escapou da fúria do mar enquanto pescava. Uma ilha que poucas alternativas de sustento tinha para oferecer, obrigando o ilhéu a enfrentar perigos, em nome da sua sobrevivência e a da sua família.

Tendo em conta as perspetivas teóricas apresentadas neste capítulo, poderemos concluir que a ilha é um espaço que suscita significações várias no imaginário humano e, que decorrem de diversos fatores, dos quais se destacam as experiências e memórias dos ilhéus nesse lugar particular. Nesse sentido, sobressai a perspetiva de que

As ilhas continuarão a ser um campo privilegiado de inspiração, estudo e debate. E, sem dúvida que o conhecimento que tivermos delas será fundamental para a compreensão do passado e do presente dos espaços oceânicos e continentais (Vieira, 2015:42).

II – *O Último Cais*, de Helena Marques

Para melhor tentarmos compreender a problemática da Insularidade, partimos da obra de Helena Marques, *O Último Cais*, publicada em 1992. Trata-se da primeira obra de ficção da autora, escrita aos cinquenta e sete anos, após uma carreira de jornalista, tendo a autora sido “galardoada com os mais relevantes de entre os prémios literários atribuídos nesse ano em Portugal” (Moniz, 2015:218). Referimo-nos ao Prémio Máxima–Revelação, Prémio Bordallo de Literatura da Casa da Imprensa, Prémio Ler/Círculo dos Leitores, entre outros. De acordo com inúmeras entrevistas concedidas por Helena Marques, a experiência de vida da autora contribuiu para a sua escrita, razão pela qual, podemos entender este romance como um testemunho de experiências de um ilhéu na ilha e fora dela, através da voz da ficção. Apesar de não ter nascido na Ilha da Madeira, a sua família era madeirense, tendo Helena Marques aí vivido cerca de 38 anos da sua vida.

Meses após o seu nascimento, em Carcavelos, por contingências profissionais de seu pai, a família retornou à Madeira. Foi aí que mais tarde fez os seus estudos com exceção do ensino superior pois, nessa época, a Madeira não contava ainda com uma instituição universitária. Cresceu no centro do Funchal, junto ao porto e ao mar, o que poderá ter contribuído para que ganhasse uma conexão especial com o elemento marítimo. Em 1957, torna-se jornalista ao serviço do *Diário de Notícias*, um dos matutinos com mais tiragem na ilha, começando, assim a sua viagem pela escrita.

Como muitos ilhéus, Helena Marques também tinha o desejo de independência e de liberdade que, por vezes, a ilha parecia vedar aos seus habitantes. Talvez esse terá sido esse um dos fatores que a tenha levado a mudar-se para a capital do país, onde prosseguiu a sua carreira, trabalhando nos jornais *A Capital*, *Jornal do Comércio*, *República* e *A Luta*. Em 1978, “integra os quadros do *Diário de Notícias*, onde entre 1986 e 1992 foi diretora adjunta, uma das primeiras mulheres a alcançar esse cargo. Em 1986, recebeu o Prémio Jornalista do Ano da revista *Mulheres*” (Henriques, 2020:1).

A partir destas informações é possível percebermos que se trata de uma personalidade feminina com impacto e intervenção na sociedade portuguesa, como

ressalva Pedro Sobral, um dos responsáveis por editar os seus livros: “teve uma carreira brilhante, numa altura em que era raro haver uma mulher a ascender aos cargos a que ascendeu nos vários cargos nos meios de comunicação social em que esteve” (Lusa, 2020:1). No início da última década do século XX, aposentou-se das suas funções laborais de jornalista que até então desempenhara, passando então a dedicar o seu tempo à escrita. É nessa época que escreve o seu primeiro e mais premiado romance: *O Último Cais*.

Ao longo da sua vida, Helena Marques mostrar-se-ia sensível em relação a tópicos como os direitos humanos e, em particular, os direitos das mulheres, tendo também tomado parte ativa em causas sociais. Talvez por essa razão e o *O Último Cais* a autora desenvolva na sua escrita os temas relacionados com a “mulher” e “ilha da Madeira”, enaltecendo a importância do espaço insular para a construção da obra autora. Neste sentido, a nossa investigação incide sobre a Ilha da Madeira e as marcas que representam este espaço, distinguindo-o dos demais. A partir de um diário de bordo, um objeto real e factual que pertenceu ao seu bisavô, médico e viajante, Helena Marques quis, através do recurso à memória, recuperar histórias de vida: “O passado sempre me interessou e sempre considerei fundamental saber de onde venho e de quem venho, na convicção de que esse conhecimento me explica e me permite entender-me melhor” (Marques, 2005:171). Uma estratégia que lhe permite perpetuar, na sua escrita, traços de uma cultura, de uma ilha e dos seus habitantes, num século que foi alvo de inúmeras mudanças, tanto na sociedade como nas gentes, como procuraremos demonstrar ao longo desta investigação.

O romance desenrola-se na sua quase totalidade na capital da Ilha da Madeira durante parte do século XIX até ao século XX. É-nos possível refletir sobre a sociedade e costumes da época, através da história de vida dos protagonistas, membros de uma família abastada funchalense, de que faz parte por Raquel Passos Villa e Marcos Vaz Lacerda. A obra inicia-se com o recurso à analepse à semelhança de outras obras da autora que também centram a sua ação na Ilha da Madeira. Este traço vem marcar a importância que concede à memória e aos vínculos com o seu passado, trazendo-os para o presente e, assim, imortalizando-os:

Cresci, pois, rodeada de muitos Velhos, Velhos maravilhosos e surpreendentes, que me contaram muitas histórias e me legaram uma

memória longuíssima – tão longa, na verdade, que sempre me deu a ilusão de recordar, eu própria, factos passados muito antes do meu nascimento, de tal maneira tinha sido forte, viva e colorida a narração desses episódios (Marques, 2005:172).

Um testemunho da autora que revela uma das características da sua escrita que merece ser destacada, já que enfatiza a importância que deposita nas suas memórias da Ilha da Madeira, que nos ajuda a justificar também, o cerne desta investigação. Trata-se do modo como Helena Marques representa, através da escrita, os lugares e as gentes, a partir de experiências contadas pelos velhos da sua infância, revelando, assim também, traços da identidade insular. O detalhe usado para descrever, por exemplo, um dos regressos de Marcos à ilha e o seu percurso desde o porto até casa, permite ao leitor experimentar o papel de alguém que deambula ao lado das personagens do romance, percorrendo com elas os mesmos trilhos e lugares com elas vivendo as mesmas experiências:

Respira fundo o vento que sopra da terra e o cheiro salgado da maresia, começa a absorver, numa alegria esquecida, os sinais da ilha [...] Salta na praia, agradece aos marinheiros que logo se afastam [...] No seu passo largo, corta a Rua da Praia e a Praça da Constituição, ladeia a Sé, sobe a Rua de João Tavira, contorna o Colégio dos Jesuítas, atravessa a pequena ponte sobre a Ribeira de Santa Luzia e começa a íngreme subida para casa. Pára uns segundos a controlar a respiração antes de entrar na Rua do Vale Formoso (Marques, 2009:49,50).

É de ressaltar que Helena Marques parece fundir o real com o imaginário ao aliar as suas lembranças e relatos de outros testemunhos à ficção “que se constrói a partir de memórias, [...] trazendo à tona do discurso aspetos recônditos do autor que, discretamente, se revela” (Moniz, 2015:217). Embora não pareça tratar-se de um romance autobiográfico, é possível notar algumas impressões no relato de vida de uma mulher que, não tendo nascido na Ilha da Madeira, nela viveu e por ela se afeiçoou, tornando-a numa personagem dos seus livros e assim imortalizando-a nas linhas da sua escrita.

Ancorada a esta última ideia, surge a temática da viagem, um tema recorrente na escrita da autora e marcante na obra em análise. Seja através dos protagonistas seja através das viagens dos visitantes, que por motivos vários, aportavam na Ilha da Madeira no século XIX, a autora procura sublinhar a importância de ligar a Ilha ao mundo e o mundo

à Ilha. A via marítima era a ligação mais presente na época, confirmada pela voz da narradora: “Os navios ocupavam, seguramente, o primeiro lugar da escala” (Marques, 2009:22) e a que mais emoções suscitava nos habitantes, uma vez que cada navio trazia e levava centenas de pessoas, de fora para a ilha no meio do atlântico e desta para o mundo: “E de novo aguardam um navio, a vida é assim numa ilha, os barcos levam e trazem, ligam e desligam, ninguém saberia delas [ilhas] nem das suas gentes, seria como se não existissem” (Marques, 2009:107, 108).

O Último Cais tende a destacar a simplicidade dos seus habitantes que por se encontrarem isolados do mundo viam nos acontecimentos banais um motivo de festa: “ir ao porto mesmo sem pretexto de partida ou chegada, significava muito mais do que um gesto mundano [...]. Esta felicidade traduzia-se pelo facto de as pessoas verem esbatidas as fronteiras do mar aquando da chegada dos navios” (Marques, 2009:22). Outra via de comunicação da época, muito diferente das do século XXI, era o telégrafo que pelo mesmo motivo dos barcos atenuava as distâncias entre ilhéus e continentais:

Os Madeirenses amavam o telégrafo com o mesmo sentido de sobrevivência com que amavam os navios. Encerrados pelo mar, sentindo-lhes o limite e a fronteira, o isolamento e a prisão, [...] a vida insular dependia inteiramente da sua actividade e da sua eficácia como instrumentos de ligação (Marques, 2009:22).

Além da azáfama gerada pelas chegadas e partidas de inúmeras pessoas, a obra retrata outras atividades do quotidiano dos madeirenses. Ao longo do romance as descrições detalhadas da autora permitem ao leitor quase visualizar como seria, na época, as pessoas, as roupas, os lugares, as paisagens ou os navios. Isto é visível quando se descreve, por exemplo, uma das festividades com maior impacto na ilha: o Natal. O mote era dado com as missas do parto, uma das tradições mais vividas no Arquipélago da Madeira e acontecimento único no mundo, que se perpetua ainda nos nossos dias

O atual Bispo do Funchal, Dom Nuno Brás, acentua a importância e a força que esta tradição tem: “A Missa do Parto não acaba de certeza, porque os jovens vêm às Missas do Parto. É transversal a toda a sociedade madeirense, ricos e pobres, jovens e velhos, do norte ou do sul, de meio agrícola ou urbano” (Ecclesia, 2019:1). Na época retratada em *O Último Cais* intensificavam-se ainda mais as relações entre as pessoas,

sobressaindo valores como a compaixão e entreajuda. Ainda, os habitantes agradeciam a Deus por mais um ano vivido. Neste sentido, era necessário preparar a Festa, desde a arrumação da casa, a colocação de enfeites e a confeção de iguarias típicas do Natal. Uma tradição e um modo de sentir insular corroborado por Helena Marques, quando afirma:

O Natal era a mais bela e sentida das festas da ilha e porque Dezembro se mantinha, por norma, ameno e soalheiro, empreendiam-se então as grandes limpezas anuais. Caiavam-se de branco as paredes exteriores das casas e retocavam-se, a tinta verde-escura, as venezianas das janelas das janelas e os portões de ferro dos jardins (Marques, 2009:23).

Ao longo do romance, é possível observar como funcionavam as relações familiares e a vida madeirenses, desde as funções laborais aos dias de descanso e de festa, desde as dificuldades às vitórias, às alegrias e tristezas. No século XIX, as atividades domésticas e as atividades profissionais eram distintas das do século XXI. No presente da narrativa, poucas eram as famílias que conseguiam ter acesso à saúde ou à educação por conta das dificuldades económicas sentidas na época:

Em 1821, ao serem proclamados os princípios liberais na Madeira, existiam no Funchal 4 escolas públicas de primeiras letras e 2 escolas particulares de ensino mútuo, sendo uma para o sexo masculino e outra para o feminino. Nas restantes localidades do arquipélago não tinha aumentado o número de estabelecimentos públicos de instrução primária (Silva & Meneses, 1978:776).

Estas informações revelam que estávamos perante uma sociedade estagnada e, em grande parte, ruralizada. As crianças eram vistas como fonte de ajuda doméstica e laboral, o que as impedia de estudar devido ao pensamento da época e aos meios económicos, um modo de pensar que veio a mudar aos poucos, como tentaremos comprovar através da análise da obra: “A instrução primária só começou a progredir na Madeira depois da restauração do governo constitucional, em 1834. De então até 1848 foram criadas 33 escolas publicas na Madeira” (Silva & Meneses, 1978:777).

O principal meio de subsistência de uma ilha baseia-se na agricultura, e a Ilha da Madeira não era nem é disso exceção. Apesar de se observarem tempos áureos em algumas produções agrícolas, nesse século em particular, algumas foram as pragas que

assolaram os terrenos que, por sua vez, eram de difícil acesso, dada a orografia do solo que originava socalcos, muitos deles de travessia perigosa entre os mesmos. Outra praga desse século que fez adoecer e morrer inúmeros habitantes foi a cólera, uma situação retratada pela autora: “A epidemia de cólera, que havia devastado todo o Funchal, levava também Maria Ana e a pequena Ana Maria” (Marques, 2009:41). Procuraremos desenvolver estes aspetos nos capítulos seguintes para melhor ajudar a perceber de que modo sobrevivia a população isolada do grande continente.

Acresce a estas caracterizações do *modus vivendi* na Ilha da Madeira e assim de hábitos culturais das suas gentes as descrições de algumas das paisagens deste espaço insular com especial destaque para o alvorecer ou o anoitecer, com o sol como protagonista, ao conferir especial brilho e misticismo à ilha: “Num entardecer magnífico, todo púrpura e ouro, a Madeira apareceu, por fim, no horizonte, bloco maciço e sombrio elevando-se para o céu que escurecia devagar” (Marques, 2009:19).

O mar, o cais e os navios também são alvo de descrição por carregarem semânticas relevantes que nos remetem para o título da obra: *O Último Cais*. Este título abre-se à possibilidade de leitura de duas ideias que acompanham o romance. Sabendo que esta narrativa teve como ponto de partida um diário de bordo, objeto real, do bisavô de Helena Marques, a primeira ideia refere-se ao objetivo primordial de um cais que se relaciona com o tópico da viagem, as partidas e chegadas à ilha, levando para fora os autóctones do espaço insular e, trazendo em troca, inúmeros estrangeiros, criando desta forma uma abertura ao mundo. Através da viagem dissipa-se a ideia de isolamento, fortemente associada a uma ilha. É na personagem de Marcos Vaz de Lacerda que melhor se poderá observar essa necessidade de esbater o isolamento, através das suas viagens:

fuga do tédio, do consultório, do hospital, dos doentes, das visitas obrigatórias [...] Feliz Marcos que pode quebrar a monotonia e fugir, ser médico da Armada por um ano, sempre que a claustrofobia da ilha atinge o ponto de sufocação (Marques, 2009:26).

Lembremo-nos de que Marcos é um médico que constituiu família na Madeira, mas que devido à sua profissão se ausentava por longos períodos, a fim de ajudar quem mais necessitava, acompanhando as missões da Armada e por isso também correndo riscos perante o desconhecido.

A segunda ideia assenta numa possível leitura metafórica da obra. A memória surge, frequentes vezes, associada a simbologias e, neste caso, remete-nos para o primeiro

capítulo “Diário de Bordo” e para o capítulo final “O Último Cais”, misturando desse modo a recordação com a metáfora. Como já foi referido, este romance inicia-se através de uma analepse que se liga ao final da narrativa e à ideia do fim da vida, esse tal “Último Cais”. Mais uma vez, através dessa personagem masculina ficamos a perceber do que se trata este ponto:

Marcos vivia [...] numa casa sobranceira ao porto, instalara cadeiras de deck na varanda, estendia-se ao sol olhando os barcos através dos seus potentes binóculos, velho marinheiro na ponte de um navio ancorado, à espera de chegar ao seu último cais (Marques, 2009:11).

O final da narrativa parece concluir e corroborar o que se destaca logo no primeiro capítulo:

[Marcos] passava as tardes na varanda, estendido numa cadeira de *deck*, a manta de viagem sobre as pernas, os binóculos sem préstimo de alcance da mão, faltava-lhe o ânimo para assestá-los sobre os vasos de guerra, os paquetes e os navios costeiros que enxameavam a baía [...]; tudo continuará imutável, na ordenada sequência dos milénios. Deixou de ser participante para tornar-se espectador, só perdura uma terna mas já desencarnada piedade pelos ficam (Marques, 2009:179, 189).

Este excerto ajuda a clarificar a ideia metafórica atribuída à relação com a morte para demonstrar o encontro final da personagem Marcos com a sua amada Raquel Passos Villa, que havia falecido há muito e pela qual o médico nutria uma grande paixão: “abre a porta do quarto e sorri à luz que Raquel mantém sempre acesa [...] Aumenta a chama do candeeiro e contempla a mulher [...] Dá-se de conta de que está a apertar-lhe demasiado a mão, vai acordá-la, não quer fazê-lo ainda” (Marques, 2009:31).

Através do enredo do romance, é possível fazer-se uma abordagem da sociedade oitocentista da Madeira bem como a consideração de marcas de insularidade que a obra em análise oferece. Podemos talvez assim afirmar a autora se tenha empenhado na divulgação de aspetos identitários e culturais da Madeira, ilha onde viveu parte da sua vida. Tendo por base a história da ilha, os costumes e tradições do seu povo, bem como o ambiente envolvente, numa época que se mostrou determinante para o desenvolvimento

do espaço insular, o século XIX, afigurou-se para Helena Marques, um período fascinante tal como confirma:

O século XIX fascina-me muito [...] Foi uma época em que se deram passos gigantescos para a humanidade [...] e foi quando as mulheres trabalharam pelas lutas escravagistas que se deram conta da sua própria escravidão e deram os primeiros passos para a sua emancipação como cidadãs (Marques, 1993:5).

A referência que Helena Marques faz à mulher parece-nos igualmente fulcral para ser destacada na investigação, uma vez que o papel desta na família e na sociedade mudou ao longo do tempo, sendo possível já no século XIX observarem-se algumas dessas mudanças, representadas através de algumas das personagens femininas de *O Último Cais*. Além disso, a representação feminina na Madeira apresenta-se em modo contrastivo com a mesma figura do feminino no continente, que nessa época parece ser ainda mais díspar da aceção das mulheres, observada no século XXI.

1- A Madeira e a Sociedade Oitocentista

A ação de *O Último Cais* decorre nos anos 1800 e parece-nos fulcral contextualizar a realidade da Ilha da Madeira na sociedade oitocentista nas relações que estabelece com a realidade portuguesa da época mencionada, a fim de se poder compreender as representações do espaço insular a partir da ficção. Quando se abordam temáticas relacionadas com o século XIX é comum que o conceito “modernidade” surja, como é o caso. A definição de modernidade, mencionada já desde o século XVII, poderá ser mais ampla uma vez que implica no seu núcleo outros conceitos abrangentes tais como política, economia, sociedade, cultura, entre outros.

Deste modo, recorreremos a Anthony Giddens para clarificar o significado modernidade. Na sua perspetiva, “Como uma primeira aproximação, digamos simplesmente o seguinte: “modernidade” refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (Giddens, 1995:8). Esta aceção conduz-nos ao conceito de mudança na sociedade que, de facto, se viria a verificar tanto a nível europeu como à escala mundial. Estas transformações incidiram sobretudo em duas das forças motrizes da sociedade: economia e política:

Dentro deste quadro de mudança, entende-se a emergência de novas formas de socialização que amparem estas transformações, massificando os saberes e as atitudes necessárias ao desenvolvimento e manutenção, quer dos novos tipos de economia, que, assentes numa tecnologia inovadora, se tornam dominantes, quer das novas configurações políticas que vão tomando lugar entre os séculos XVII e XX, quer sobretudo do ritmo com que tudo se move (Candeias, 2005:478).

No que concerne à política, em Portugal vivia-se, no século XIX, um clima hostil e de visível instabilidade. Começaram, na primeira década desse século, as invasões Francesas ao reino Português, e D. João VI, o rei em vigência nessa época, acabaria por

escolher o Brasil como destino de exílio, juntamente com a família e a corte. A decisão não parece ter sido bem aceite pela metrópole:

O sentimento era, cada vez mais, o de que Portugal trocara de posição com o Brasil, tendo este passado a ser o centro do Império e aquele decaído à condição de colónia [...]. Os britânicos tinham vindo para Portugal para combater os franceses, porém, acabaram por permanecer muito para lá do fim da guerra, exercendo uma tutela política e militar sobre o País, dirigida pelo odiado general William Beresford.¹⁷

O facto de a corte real se fixar no Brasil desencadeou problemas a nível económico, uma vez que vários dos acordos celebrados entre Portugal e Inglaterra passavam agora a ser entre o Brasil e Inglaterra. Esta situação colocou os comerciantes portugueses em dificuldades e, por conseguinte, a população era, igualmente afetada. Além disso, o lucro proveniente destes comerciantes fazia-se acompanhar dos impostos que pagavam. Uma vez impossibilitados de comercializar como o faziam antes das invasões, os negociantes não conseguiam pagar os impostos, colocando a economia portuguesa em risco de declínio: “o equilíbrio das próprias finanças públicas dependia em grande parte dos impostos cobrados sobre este comércio”¹⁸.

Após a morte do rei D. João VI, todos estes fatores criaram um ambiente propício à mudança de ideais políticos, tendo conduzido à revolução liberal de 1820. Este acontecimento veio opor dois irmãos, descendentes do rei, D. Pedro, defensor do sistema liberal e, D. Miguel, defensor de um regime absolutista. D. Pedro, na altura Imperador do Brasil, não podia assumir a coroa portuguesa, transmitindo o trono à sua filha mais nova, D. Maria II, na altura com apenas sete anos de idade. Numa tentativa de reconciliar as partes envolvidas no conflito político, D. Pedro indica o seu irmão para se casar com a sua filha a fim de ambos governarem da forma que se considerasse ser a mais benéfica para todos. Sucedeu que D. Miguel descartou o acordo que até então estava em vigor e começou a difundir pelo reino as suas ideias absolutistas. Decorrente destas decisões, os liberais acabaram por invadir Portugal através da zona norte: o Porto. Este período

¹⁷Informação extraída da página *web* da Assembleia da República. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/A-Revolucao-Liberal-1820.aspx>. Consultado em 17 de fevereiro de 2021.

¹⁸*Idem*.

revelou-se devastador pois dizimou milhares de vidas humanas durante alguns anos até que os liberais conseguiram tomar o controlo e devolver a normalidade da época aos portugueses. Como resultado deste período, D. Maria II continuou a governar o reino e o seu tio teve de se exilar, perdendo ainda o título real e quaisquer direitos na sucessão ao trono.

O século XIX em Portugal ficaria assim marcado por uma instabilidade política com repercussões em diversas áreas da sociedade, situação que se arrastou até à queda da monarquia e Implantação da República, a 5 de outubro de 1910. A conjuntura política e económica enfrentou inúmeras crises que colocaram o país em dificuldades. As ilhas, que habitualmente já sofrem pelos seus constrangimentos geográficos, acabam por ser ainda mais prejudicadas com toda a situação ocorrida na metrópole. Devido a estes problemas, o século XIX foi para o espaço insular uma era de desafios que abrangeu toda a sociedade oitocentista madeirense.

Esta era de desafios começou pelos meios de subsistência, dos quais se salienta a agricultura, que é uma das grandes forças motrizes da economia da ilha, desde sempre e, consequentemente, uma das marcas da insularidade madeirense. Da agricultura madeirense destacam-se as plantações de vinha e da cana-de-açúcar, desde o início do povoamento e que se tornaram os líderes de produção relativamente ao resto dos alimentos cultivados para o sustento da população, particularmente no século XIX. O sucesso decorrente da vinha e do açúcar provinha de um importante fator: a exportação, que não só fazia gerar receitas para a economia como também a nível social e cultural promovia a ilha no estrangeiro, atraindo muitas pessoas, incluindo comerciantes, de fora.

A Madeira dispunha de pouca área para o cultivo das várias culturas, dado o seu relevo acidentado, sobretudo na parte norte,

embora a costa sul apresente um relevo menos escarpado, [que] obrigou a uma complexa obra de engenharia, construindo-se socalcos, nivelando terrenos e canalizando água para os mesmos. Acresce que, somente cerca de um quarto da ilha é suscetível de aproveitamento agrícola (Carita, 2019:198).

As restantes partes da ilha localizavam-se a elevadas altitudes o que dificultava o acesso. A zona sul destacou-se para o aproveitamento agrícola dado que dispunha de

melhores temperaturas ao longo do ano, beneficiando da sua proximidade ao mar: “Foi aí que se fixaram os primeiros povoadores e teve início a cultura açucareira que depois seria exportada para ambas as costas do Atlântico” (Carita, 2019:198).

As culturas mais rentáveis para estas áreas costeiras foram a vinícola, que se tornou a longo prazo vantajosa para a exportação internacional, e a cultura da banana que também adquiriu destaque dentro e fora da ilha, ao longo dos tempos. À medida que avançamos em altitude, verificou-se que “A faixa intermédia, entre os 250m e os 800, [...] utilizada para o cultivo de cereais, legumes, milho e tubérculos vários, assim como árvores de fruto” (Carita, 2019:198), traduzindo-se assim o cultivo madeirenses em monoculturas, na sua generalidade. Num patamar mais alto, as temperaturas eram mais baixas ainda que variando de zona para zona e, por isso, os solos destinavam-se sobretudo a pasto para o gado ou cultivo de árvores mais resistentes ao frio, como por exemplo eucaliptos ou pinheiros.

A produção vinícola teve particular destaque na história da Madeira pois sempre acompanhou as gerações madeirenses, sobretudo desde o século XVI até ao século XXI. Segundo o historiador Alberto Vieira, o vinho Madeira “usava-se apenas em ocasiões especiais, como o nascimento de uma criança, o casamento ou um funeral” (Vieira, 2015:3), sendo este um dos motivos pelo qual este produto se difundiu além fronteiras chegando a países como os Estados Unidos ou o Japão. Outro dos motivos que levou este vinho ao sucesso foi o facto de “ser o único que não se deteriorava com as constantes mudanças de temperatura, antes pelo contrário, adquiria propriedades. O calor tórrido a que estava sujeito nos porões [...] propiciavam propriedades gustativas especiais” (Vieira, 2015:3). Assim sendo,

O Vinho Madeira adquiriu desde o princípio fama no mundo colonial, tornando-se na bebida preferida do militar e aventureiro na América ou Ásia. Escolhido pela aristocracia manteve-se com lugar cativo no mercado londrino, europeu e colonial. Perante isto, o ilhéu, desde o último quartel do século XVI, fez mudar os canaviais por vinhedos ao mesmo tempo que conquistou novas terras à floresta a Sul e a Norte (Vieira, 2003:9).

O cultivo da vinha foi desenvolvido por estrangeiros, sobretudo britânicos, que viram nesta cultura, conjugada com as temperaturas tropicais do espaço insular, uma boa oportunidade de negócio. Com o passar do tempo, o vinho ganhou mérito além-fronteiras, “A história da vinha e do vinho resumiu-se [...] a uma luta pela sobrevivência [...] o mero facto de ter conseguido manter-se no comércio internacional merece uma profunda reflexão” (Carita, 2019:204). Apesar de famoso, o vinho Madeira enfrentou, por diversas vezes, dificuldades para se manter no mercado. A produção no século XIX apresentava-se como rudimentar, pois dada a época em causa, os desenvolvimentos na europa iam-se verificando aos poucos, decorrentes da revolução industrial e da ideia de modernidade, mas nas ilhas a inovação era tardia.

As castas eram variadas o que conferia uma margem maior de possibilidades de vinhos diferentes, que se veio a verificar, serem todos vinhos de sucesso. Em *O Último Cais* é sublinhada a importância, a variedade e o reconhecimento destes vinhos:

[Frederico de Magalhães] aproveitou o pretexto que lhe proporcionara o vinho madeira [...] para informar-se sobre o famoso néctar que ele, pessoalmente, afirmava-o sem hesitação, considerava superior ao porto [...] «Mas que castas existem quais são as melhores?» [...] o malvasia, o boal, o verdeiro, o sercial. «E o terrantês», acudiu Constança. «não esqueça o terrantês. Até existe um ditado que recomenda Se tens uvas terrantês, não as comas nem as dês, para vinho Deus as fez [...] (Marques, 2009:43).

No entanto, a época áurea das vinhas no século XIX tornou-se efémera por conta das pragas. Como o desenvolvimento e conhecimentos sobre esta cultura eram poucos, os produtores viram-se obrigados a suspender o cultivo porque as vinhas acabavam por ser dizimadas. A praga do oídio foi identificada como uma das principais responsáveis pela quase destruição das vinhas na ilha. Após uma primeira crise, os produtores tentaram arranjar mecanismos que protegessem melhor as videiras de novas pragas, o que não se verificou com sucesso. Por volta dos anos 1850, as vinhas foram contagiadas pela mangra, um dos nomes atribuídos ao oídio. Verificou-se que grande parte das vinhas tinham ficado danificadas ao ponto de já nada se poder aproveitar destas. Estes episódios denominados como epidemias aumentavam a sua duração e, num curto espaço de tempo a vinha perdia

terreno e notoriedade perante o internacional. Alberto Vieira elucidou-nos sobre este tema, referindo que o oídio:

vulgarmente conhecido como *mangra* da vinha, surgiu em Inglaterra em 1845, alastrando depois à França e mais regiões vinícolas da Europa [...] A origem na Madeira deve estar relacionada com o facto de um francês ter vendido em Fevereiro de 1851 castas colhidas em zonas infetadas na França [...] a doença fez-se sentir desde 1852 alastrando do Funchal ao resto da área de cultura [...] (Vieira, 2003:127).

Uma das formas encontradas para tentar colmatar as doenças que surgiam nas culturas foi a enxertia que, no caso concreto, consiste no processo de cruzamento de castas que, posteriormente, eram plantadas, criando desta forma, plantas híbridas que se revelavam mais resistentes às epidemias. As primeiras experiências de enxertia realizadas contaram com cepas, outras variedades vitícolas, provenientes de outros pontos da Europa e dos Estados Unidos da América, das quais se salientou a cepa *Isabella*. Porém, após vários estudos e tentativas, considerou-se que o vinho que resultava desses cruzamentos com cepas estrangeiras não tinha a mesma qualidade do vinho genuinamente madeirense:

Eduardo Dias Grande, face às críticas correntes sobre a má qualidade do vinho [...] defendia junto dos agricultores que se devia “multiplicar as castas antigas dos seus vinhedos, sujeitando a uma rigorosa enxertia todas as outras cepas qualificadas para conservar o antigo cunho dos seus vinhos (Carita, 2019:205).

Os produtores tiveram de repensar estratégias para fortificar e manter as castas madeirenses. Uma delas passou por plantar estas cepas que se afiguravam sensíveis às oscilações de temperatura, nas zonas a sul, onde as temperaturas eram mais elevadas, deixando a zona norte de produzir vinha, dedicando-se ao cultivo de outras plantas mais rentáveis para temperaturas mais baixas, como o caso dos tubérculos e algumas árvores de fruto.

“A produção vinícola madeirense era, geralmente, bipartida. A primeira fase competia ao produtor, que efetuava a vindima e realizava a obtenção do *mosto*, quase sempre através da pisa e repisa” (Carita, 2019:208). O *mosto*, produto final da uva pisada

nos “lagares”, espaços próprios para esse fim, era transportado em pipas, grandes construções cilíndricas em madeira e ferro para as adegas do viticultor com a finalidade de a partir de lá, o mosto ser tratado e apurar sabores que, mais tarde, resultariam no afamado Vinho Madeira. Os britânicos e os americanos eram apreciadores do vinho madeirense e isso é visível, por exemplo, na sua utilização para comemorações:

A celebração da independência dos Estados Unidos, no dia 4 de julho de 1776, foi comemorada com um brinde de vinho Madeira. Muitas foram as personalidades, estadistas e personagens míticas, que se deixaram deslumbrar por este vinho, de que são emblemáticos exemplos George Washington, Thomas Jefferson e Winston Churchill, sem esquecer as referências ao vinho Madeira em obras literárias, tais como as de Shakespeare, Tolstoi e Dostoiévski, assim como a paragem de Napoleão a caminho do exílio para levar um tonel para a ilha de Santa Helena.¹⁹

Paralela à cultura vinícola, surge a retoma na produção da cana e posteriormente do açúcar, que também se destacou no século em análise e que colocou a Ilha da Madeira numa posição de relevo: “As primeiras décadas do século XIX foram de plena afirmação da ilha, que se transformou em modelo para a indústria açucareira.” (Vieira, 2015:9)²⁰. Falamos em retoma da produção, uma vez que antes do vinho atingir o seu auge, também a cana-de-açúcar somava títulos para a Madeira. Tal como o vinho acabou por entrar em declínio devido às pragas, a cultura da cana também viria a sofrer uma baixa na sua produção, vindo a ser recuperada também no século XIX. O que se observou ao longo da história tende a ser uma substituição de culturas: no século XVI, a vinha veio retirar espaço à cana-de-açúcar e, no século XIX, o processo tornou-se o inverso. A população ia se revezando entre culturas consoante as dificuldades que assolavam os terrenos e as produções, “A cultura da cana-sacarina não tinha desaparecido por completo, como se pode pensar, mas era perfeitamente irrisória em relação ao que fora nos séculos XV e XVI” (Carita, 2019:209).

¹⁹Informação extraída da página *web* Descubra a Madeira, da Direção Regional do Turismo e Cultura, disponível em:

<http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/a-madeira/sabia-que%E2%80%A6/celebracao-da-independencia-eua-com-vinho-madeira> . Consultado a 20 de fevereiro de 2021.

²⁰Documento da autoria do Historiador Alberto Vieira, intitulado “As Ilhas e a expansão da cultura e tecnologia da cana-de-açúcar no Atlântico nos séculos XV a XIX”. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/227> - Consultado a 20 de fevereiro de 2021.

Verificou-se com a indústria açucareira o mesmo processo utilizado com a cultura vinícola: quando as pragas devastavam as plantações, os produtores tentavam procurar soluções mais modernas, que passaram, no caso da cana sacarina, pela introdução de variantes mais resistentes da cultura bem como adubos que permitiam, assim, a continuidade das produções. Todavia, verificou-se que os agricultores preferiam o vinho “dado que tudo e todos se direcionavam para a vinicultura” (Carita, 2019:209), deixando a cana para segundo plano: “na Madeira em 1823 [...] só se fabricava uma insignificante quantidade de açúcar e Alfred Lyall [...] acrescenta, reportando-se a 1826, que só laborava então um engenho artesanal de espremer cana.” (Carita, 2019:209).

Com as várias tentativas de retomar, com sucesso esta cultura, surgiu a necessidade de aumentar os engenhos e, em 1851, a ilha já contava com quatro engenhos que, nessa época, eram movidos por animais. O número foi aumentando e daí resultou um número elevado de fábricas de aguardente artesanais. A aguardente, o mel e o açúcar são os derivados da cana-de-açúcar que se passaram a produzir, dando um novo alento à economia. Com a crescente produção criou-se a *Companhia Fabril de Açúcar Madeirense*, liderada pelo visconde de Canavial, que fazia concorrência à fábrica pré-industrial *William Hinton & Son*. O lema da fábrica era “aperfeiçoar o fabrico do açúcar na Madeira, fabricando-o por sua conta ou conta alheia [...] vender e exportar o produto da cana debaixo das formas que mais julgar convenientes” (Carita, 2019:212).

A ambição do visconde de Canavial²¹ levou-o a querer trazer a modernidade para a fábrica, tentando assemelhar-se às inovações praticadas em outros pontos do mundo e, para isso, socorreu-se de “sofisticada aparelhagem, à qual associou diversos aperfeiçoamentos da sua autoria, dos quais registou a patente” (Carita, 2019:212). Apurou-se que as inovações eram infrutíferas e, além disso, a empresa concorrente reivindicou algumas das patentes. Mais tarde, a *Companhia Fabril de Açúcar Madeirense*

²¹Visconde de Canavial viveu a maior parte da sua vida entre a Madeira e Lisboa e conviveu com distintas personalidades, que o inspiraram a seguir diversas causas e ideais, em diferentes fases da sua existência, pelo que acabaria por revelar múltiplas facetas: foi monárquico, integralista, antissemita, regionalista, nacionalista, fascista [...] dedicou grande parte da sua vida à investigação do folclore madeirense, recolhendo elementos etnográficos e registando diversas manifestações culturais do povo, nos seus usos e costumes, nas lendas, nas crenças e superstições, nas danças, nas músicas, no traje, na medicina popular e na culinária. Foi um profícuo promotor da cultura madeirense, tendo dado a conhecer as suas raízes culturais em conferências, e publicado vários estudos de teor etnográfico, na imprensa periódica, em opúsculos e em volume. Na verdade, cedo manifestou interesse pelo estudo dos costumes, do viver e do sentir islenho, sobretudo da população rural madeirense. (Gomes, 2019:696,697) Documento disponível no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira em: <https://ahm-abm.madeira.gov.pt>, intitulado “Visconde do Porto da Cruz: um Estudioso da Cultura” - Consultado a 21 de fevereiro de 2021.

abriu insolvência, pois os gastos foram avultados para instalar e tentar manter a fábrica. Deste modo, a *Hinton & Son* deu continuidade ao seu negócio, mostrando que a Ilha da Madeira estava mais atrasada do que se esperava, a nível de avanços tecnológicos, advindos da modernidade, uma vez que os estrangeiros que vinham para a Madeira tinham mais facilidade em vingar nos negócios, mostrando mestria na compreensão e o uso das inovações.

Enquanto a produção do vinho tentava manter-se a bons níveis de produção e exportação, a filoxera, outra praga, tomou conta das vinhas, deixando espaço para a produção açucareira subir e ganhar posição nos mercados. Os derivados da cana, como é o caso da aguardente acima mencionado, começaram igualmente a ganhar destaque e, além de serem exportados para vários países, como o caso do Brasil, em pouco tempo a população madeirense iniciou o seu consumo. A produção de aguardente relacionou-se a nível interno: “desde logo, com uma realidade que já vinha do século anterior e que tinha a ver com a própria concorrência que se fazia sentir entre os vinhos da costa Sul (de melhor qualidade) e os da costa Norte (de menor qualidade)” (Rodrigues, 2015:212).

Este fabrico servia para futuramente ser introduzida no tratamento do vinho,

interessa esclarecer que desde meados do século XVIII os comerciantes tinham passado a enriquecer o vinho, adicionando-lhe conhaque (a aguardente de França, como era conhecido na Madeira) num processo que se revelava “essencial para a manufactura e maturação de quase todos os vinhos generosos” (Rodrigues, 2015:212).

No entanto, o que se observou foi um desvio na produção para o consumo da população, originando assim um problema social categorizado como grave. No *Elucidário Madeirense*, surge-nos a seguinte afirmação de Fernando Silva e Carlos Meneses:

A Madeira já chegou a ser conhecida pela ilha da Aguardente nome que lhe foi dado por um diploma legislativo, em virtude do grande consumo desse tóxico, que atingiu proporções quasi inverosímeis, sendo verdadeiramente pavorosos os estragos produzidos (Silva & Meneses, 1978:46).

De seguida, é referido que foi feito decreto datado de dia 11 de março de 1911, que visou expropriar grande parte das fábricas de aguardente, dado que o seu consumo era excessivo: “um dos maiores flagelos que tem afligido a Madeira [...] é esse conhecido e terrível cancro social, que tem o nome apavorante de alcoolismo.” (Silva & Meneses, 1978:46). Acreditava-se que o consumo desse “tóxico” atrasava a população a vários níveis, razão pela qual, foram tomadas algumas medidas:

No entretanto é forçoso confessar que as restrições feitas á produção do terrível tóxico e a suspensão imposta ao funcionamento das respectivas fábricas representam um grande e inapreciável serviço prestado a toda a população do arquipélago, cujos benéficos resultados se fazem já notavelmente sentir por toda a parte (Silva & Meneses, 1978:48).

Decorrente da falta de conhecimentos e meios que impediam a ilha de evoluir, e resultante da necessidade de melhorar os mecanismos ou criar dispositivos que aperfeiçoassem o desempenho industrial, surgiram inovações ligadas às infraestruturas. Ainda assim, o atraso nas obras era visível, sobretudo na construção do Porto do Funchal, um espaço crucial para a economia da ilha e para os ilhéus: “O projeto do Porto do Funchal, por exemplo, arrastava-se desde 1770, levando mais de 100 anos para se configurar num exíguo cais, frente à Entrada da Cidade [...]” (Carita, 2019:212).

A criação de associações como a Sociedade Agrícola ou a Associação Comercial do Funchal, denotadas como fulcrais para o desenvolvimento comercial, são exemplos de tentativas de modernização que não se mostraram frutíferas, já que a mentalidade dos ilhéus, quase sempre direcionada para o isolamento, condicionou a criação de um ambiente comum aos comerciantes ou produtores pois estes pensavam que ao aderir às inovações poderiam ser prejudicados em prol dos estrangeiros, ficando sem os seus negócios e posterior sustento.

Embora alguns dos investimentos se tivessem apresentado como improdutivos, outras tomadas de posição mostraram-se no caminho certo para o progresso. A título exemplificativo, surge, em 1846, o estabelecimento dos primeiros postes de iluminação

pública, no Funchal, pela mão do conselheiro José Silvestre Ribeiro²², um enviado do Continente para ajudar a reerguer a Ilha da Madeira. Este passo impulsionou a que mais postes fossem construídos com ajudas monetárias de pessoas consideradas de elite. Através de “pequenos passos”, a sociedade via-se encaminhada para uma abertura ao mundo e à modernidade com a ajuda do conselheiro que, ao chegar à Madeira, se apercebeu de que era necessária uma intervenção profunda na sociedade, pois nessa altura concreta:

A produção do vinho era insignificante. O trigo e o milho produzidos na ilha da Madeira não chegavam para o consumo de tres mezes do anno. E a tudo isso acrescia a moléstia da batata, a qual vinha inutilizar este alimento tão usado pelo povo [...] Immediatamente, em data de 15 de outubro de 1846, dirigi o sr. José Silvestre Ribeiro ao governo um circunstanciado relatorio, ácerca da lamentável situação economica das ilhas da Madeira e Porto Santo, e pedindo providencias, que se tornavam urgentissimas (Cunha, 1893:37).

Outro possível exemplo de abertura ao mundo e de amenização do isolamento é visível nas vias de comunicação, de que pode ser exemplo o telégrafo, inovação assinalada por Helena Marques, na sua obra:

A Instalação do telégrafo por cabo sub-marino fora um acontecimento tão relevante que, cinco anos decorridos, ainda constituía matéria noticiosa. Com efeito, cada telegrama chegado à ilha, reservado o seu conteúdo, era informação obrigatória de primeira 50 página dos jornais. Os Madeirenses amavam o telégrafo com o mesmo sentido de sobrevivência com que amavam os navios. Um e outros constituíam pontes para o mundo (Marques, 2009:22).

A personagem Marcos Vaz de Lacerda explica, em conversa com a sua família que havia lido num jornal, em Capetown, que na América há um novo invento de Edison. O seu filho André pergunta se se tratará do fonógrafo ao que o seu pai replica: “Esse mesmo, André. Trata-se de um fonógrafo de grandes dimensões destinado expressamente à reprodução fidelíssima de música e cantos” (Marques, 2009:57). Este momento

²²“José Silvestre Ribeiro nascera naquella villa [Idanha-a-Nova] em 31 de dezembro de 1807 [...] foi nomeado, por decreto de 5 de setembro de 1846, ajudante e secretario do commissario regio na ilha da Madeira [...] E ainda por outro decreto da mesma data era despachado governador civil daquella ilha [...] ia carregado de obstar á propaganda protestante ali feita pelo inglez dr. Kalley, o que estava produzindo grande excitação e graves perturbações entre os madeirenses” (Cunha, 1893:36, 37).

demonstra, de novo, como as inovações provinham de países estrangeiros, como os Estados Unidos, e que, muitas vezes, demoravam a chegar a Portugal e, ainda mais, à Ilha da Madeira.

O caso da linha-de-ferro é outro dos exemplos que marcam o atraso que existia no espaço insular: “Em 1784 a energia do vapor foi utilizada como meio de tração, com a construção de um modelo de locomotiva movida a vapor. Dessa forma, criou-se uma máquina a vapor móvel em contraposição às anteriores, que eram fixas” (Dathein, 2003:3). Não obstante, na Madeira só em 1893 começou a construção do caminho-de-ferro, localizado no Monte, concluindo-se em 1912, no Terreiro da Luta²³. Serviu a população durante alguns anos, embora não tenha chegado aos nossos dias.

Além da agricultura e dos melhoramentos das infraestruturas e vias de comunicação, houve outros aspetos de relevo neste século que poderão constituir uma tentativa de demonstrar a abertura do Funchal e da ilha à modernidade. Exemplo disso, foi a chegada de um médico escocês à Ilha da Madeira, a 12 de outubro de 1838, Robert Reid Kalley²⁴, tendo permanecido em solo madeirense até meados do mesmo século. Por aspetos relativos à saúde da sua esposa e, com propósitos de exercer atos missionários, Robert Kalley ponderou viajar para um lugar de clima apeteçível, para providenciar cuidados de saúde à sua esposa, para que desta forma, esta o pudesse acompanhar. Nesse sentido, os Kalley decidiram rumar à Madeira por terem conhecimento de que o clima madeirense tinha uma qualidade adjetivada como terapêutica, essencial no combate a diversas doenças de trato respiratório como o caso da tuberculose, doença que devastou muitas famílias: “emprestavam-se aos ares da Madeira virtudes de cura para a tuberculose. O poeta António Feliciano Castilho foi para lá [...] Castilho elogiou a “condição benigníssima” do ar madeirense” (Fernandes F., 2004:19)

Tratando-se de uma pessoa com influência e meios, Robert R. Kalley investiu muito do seu tempo e dinheiro no espaço insular, construindo escolas e contratando

²³A título informativo: “Uma das carruagens do velho Comboio do Monte [...] encontra-se hoje exposta no Museu dos Caminhos-de-ferro de Berlim. Calculava-se, então, que passava pelo Porto do Funchal cerca de 70.000 passageiros por ano, e que 20.000 utilizariam o caminho-de-ferro para visitar o Monte, o que geraria uma receita anual de 20.000\$00 réis.” (Carita, 2019:225)

²⁴“Robert Reid Kalley nasceu em 1809, na Escócia. Estudou Farmácia e Medicina, em Glasgow, donde saiu diplomado em Cirurgia e Farmácia, em 1829, e, doutorado em Medicina, em 1838. No ano seguinte, foi-lhe reconhecida, através de defesa de tese, a competência médico-cirúrgica, pela Faculdade de Medicina de Lisboa e, em 1859, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.” (Oliveira R., 2006:105)

professores, de modo a combater a lacuna na alfabetização de grande parte da população na altura: “era ministrado o ensino elementar, sendo as aulas diurnas, para as crianças, e, nocturnas, para os adultos [...] Calcula-se que, entre 1839 e 1845, tenham sido frequentadas por mais de dois mil e quinhentos alunos” (Oliveira R., 2006:107). Investiu também num pequeno hospital onde intencionava tratar as camadas mais pobres de forma gratuita. O médico transformou também a sua casa num consultório a fim de conseguir alcançar mais pessoas com a sua ajuda. A novidade sobre a chegada e intervenção deste médico espalhou-se e a população encontrava, assim, uma esperança nos avanços que eram prometidos: “Passado algum tempo, o êxito do seu filantrópico trabalho de médico, pedagogo e missionário, granjeou-lhe vastas simpatias por parte dos populares com quem contactava e a quem dispensava desvelada atenção” (Oliveira R., 2006:108).

Com o passar do tempo, Kalley começou a distribuir bíblias aos pacientes que iam a sua casa para consulta e, à *posteriori*, conseguiu que esse livro sagrado fosse divulgado e entregue a mais madeirenses. Conseguiu também convocar reuniões de carácter religioso: “Estas estratégias proselitistas contribuiram para a formação de uma nascente igreja presbiteriana com madeirenses convertidos ao protestantismo, o que provocou a reacção da Igreja Católica, das autoridades da ilha e dos próprios moradores” (Santos, 2017:57). Estes atos provocaram um descontentamento geral junto dos membros da religião católica madeirense porque se aperceberam de que um homem que aparentemente vinha com boas intenções, estava afinal a tentar implementar, através de ações de proselitismo, uma comunidade protestante: “deve-se a este médico escocês a iniciativa de implantar uma comunidade protestante em território português – na ilha da Madeira, entre 1838 e 1846 – e, no Brasil, o estabelecimento da primeira igreja protestante com serviços religiosos em língua portuguesa, entre 1855 e 1876.” (Oliveira R., 2006:105).

Na sequência das atitudes do médico escocês e do descontentamento crescente foram encetadas perseguições e ameaças, “com o consentimento e a instigação do Governador da Ilha e de alguns clérigos católicos, que culminou com o seu encarceramento durante seis meses e a prisão e espancamento de muitos dos seus seguidores” (Oliveira R., 2006:108). Robert R. Kalley viu-se obrigado a abandonar a ilha: “Foi depois perseguido, preso e obrigado a sair da Madeira - tal como aconteceu a pelo menos dois mil madeirenses que tinham abraçado a fé protestante” (Araújo, 2006:1).

No século XIX, a ilha da Madeira tornou-se cada vez mais o “Cais de permanentes chegadas e partidas” (Vieira, 2010:1). O tema da viagem marcou a população dos ilhéus, desde a sua descoberta até aos nossos dias, mas em particular no século que constitui objeto de análise na nossa investigação. Este facto é passível de ser constatado através do impacto da presença de Robert Kalley que, de certo modo, obrigou muitos madeirenses a saírem da ilha devido a questões religiosas. A questão das chegadas e partidas conduz-nos ao tema da demografia. “No início do século XIX, a população da Madeira aproximava-se dos 88 mil habitantes. Desde essa época, a região cresceu de forma continuada até 1950 aproximando-se dos 270 mil residentes” (Oliveira I. T., 2012:7). Durante esses anos, a população madeirense oscilou: “Na segunda metade da centúria, a população do arquipélago aumentou gradualmente, embora com flutuações cíclicas. O ritmo foi reduzido na década de 1850 e primeira metade da seguinte, bem como na de 1880” (Veiga, 2004:31), fenómeno que se poderá justificar pelas inúmeras saídas dos residentes.

Do mesmo modo que inúmeros habitantes deixavam a sua terra natal, também entravam muitos estrangeiros, sobretudo ingleses e alemães, que vinham conhecer uma ilha que começava a ter ecos num patamar internacional, tanto a nível do vinho e da cana-de-açúcar, como também da sua fama em relação aos ares medicinais, tendo, aliás, nessa época que o Turismo Terapêutico começa a ganhar projeção. Acresce outros fatores, tais como o clima propício para o desenvolvimento de variadas culturas. Sucedeu que a presença inglesa veio transformar a sociedade madeirenses oitocentista no sentido em que o poder económico dos britânicos revelava-se superior ao dos madeirenses, razão pela qual:

grande parte das propriedades da ilha da Madeira são inglesas e é numeroso o concurso de famílias daquela nação que vêm todos os anos passar o Inverno – por doença ou por distração – [as] senhoras madeirenses falam todas o idioma inglês, e os homens – não só das classes elevadas, mas os burriqueiros e barqueiros, os caixeiros e até os trabalhadores do campo se entendem no falar com os nossos aliados²⁵ (Carita, 2019:241).

²⁵Esta passagem trata-se de uma citação do Jornalista Francisco Maria Bordalo (1821-1861).

Podemos depreender que o nível de vida dos britânicos seria também superior ao dos madeirenses, dado que estes construíam quintas e investiam muito dinheiro em negócios, o que lhes proporcionava uma vida confortável. Além disso, alguns dos estrangeiros e pessoas influentes que passaram pela Madeira sentiram-se marcados pelas singularidades da ilha, tendo ajudado monetariamente no seu desenvolvimento. As classes urbanas funchalenses poderiam usufruir de uma vida mais despreocupada, quase equiparada à vida dos estrangeiros que por cá passavam e aos padrões sociais europeus, mas tal não acontecia com as classes populares. Enquanto os mais abonados tinham melhores oportunidades na saúde, educação bem como sucesso no meio social, entre outros, os camponeses debatiam-se diariamente com as mais variadas complexidades.

Uma das críticas endereçadas aos madeirenses pelos estrangeiros referia-se ao seu modo de viver na extrema pobreza, algumas vezes apontados como camponeses com falta de capacidade para inovar. Esta ideia sedimenta um dos factos pelos quais, também, o avanço da modernidade era mais lento na ilha: os camponeses traziam consigo e transmitiam às gerações vindouras os conhecimentos das gerações passadas o que, por um lado, se afigurou positivo, pois assim, conseguiram perpetuar, até aos nossos dias, alguns dos costumes e tradições considerados únicos no mundo. Por outro lado, a falta de conhecimentos acerca das inovações e a falta de quem viesse ensinar a operar com novos mecanismos, culminava na estagnação do avanço da sociedade. A esse constrangimento, juntava-se o facto de também haver camponeses que rejeitavam essa abertura ao progresso:

Se o camponês madeirense foi muitas vezes avesso a certas inovações tecnológicas, e efetivamente foi, era porque sabia perfeitamente, e ao longo de uma penosa História, que as mesmas dificilmente seriam a seu favor, mas sim a favor dos senhorios, verdadeiros usufruidores dos proventos finais do seu trabalho. Enquanto se não resolveu a complexa questão da colónia, quase nos finais do século XX, tal não podia deixar de ser a sua posição (Carita, 2019:43)

As famílias do meio rural eram numerosas e cada membro tinha uma função, incluindo as crianças. Como a vida no campo era, por vezes, o único sustento, os pais encontravam nos filhos uma ajuda suplementar para o trabalho e para as tarefas domésticas. As melhorias agrícolas, como foi o caso da evolução na criação de gado, propiciou o aumento da produção de carne e leite, mas levou à escassez de meios para

trabalhar nos campos, visto que os animais eram a força de tração para acomodar a terra para receber as sementes, ou ainda, para transportar o produto final das colheitas.

Embora a produção de carne e do leite bem como de outros alimentos pudesse ter aumentado, as classes mais desfavorecidas não eram os consumidores desses produtos, ou de pelo menos alguns deles, pois o consumidor desse tipo de alimentos encontrava-se nas camadas mais urbanas. As classes mais desfavorecidas consumiam em largas quantidades vegetais diversos, dos quais sobressaía a batata e o inhame. Em relação ao pão e a frutas, os habitantes consumiam os produtos de menor qualidade uma vez que os produtos que se encontrassem em melhores condições eram destinadas para venda, por exemplo, no mercado principal do Funchal. Peixe e carne eram proteínas escassas, porém, a nível de bebidas, a água e o vinho eram os elementos rei nas mesas.

Em relação à indumentária dos madeirenses, as dissemelhanças entre o urbano e o rural eram evidentes. Enquanto no meio urbano as senhoras usavam vestidos, muitas das vezes, provenientes do exterior, adornados com jóias também importadas, os camponeses regiam-se por roupas mais simples, por um lado, por não terem meios de adquirir vestuário de luxo e, por outro lado, por serem roupas que tornavam mais acessíveis as tarefas que desempenhavam no meio agrícola. A título de exemplo, os agricultores usavam roupas mais leves e, por norma, claras, que permitiam, em dias mais soalheiros, um melhor arejamento e menos concentração do calor. Como se pode perceber, através da citação que segue:

em 1847 [...] os camponeses somente vestidos com uma camisa larga, calças de linho igualmente largas, chegando até ao joelho, calçando botas amarelas e curtas, pelo que a maior parte da perna, até cima do joelho, ficava a descoberto. Frequentemente, apareciam descalços. Na cabeça levavam um barretinho muito pequeno em forma de funil, tapando apenas a risca do penteado (Carita, 2019:248).

Uma perspetiva que permite assinalar mais uma das várias marcas da insularidade madeirense que vincam a unicidade do povo ilhéu deste arquipélago. Nos nossos dias, estas vestes já não se usam e foram até adaptadas para serem utilizadas nos bailinhos, em arraiais locais, ou para representar a ilha em prol da cultura e tradições.

É, pois, possível percebermos que apesar de esta época mostrar sinais de prosperidade para a ilha e as suas gentes, resultantes dos avanços da modernidade que vieram trazer novidades a nível tecnológico que veio aperfeiçoar os meios de subsistência e as vias de comunicação, acabou por se verificar que, no entanto, a população vivia em condições abaixo do nível esperado e que atravessava constantes adversidades para conseguir meios de subsistência razoáveis ou para se manter no mercado nacional e internacional.

2- A Fronteira-Mar e a Mobilidade Forçada

Neste capítulo confluem dois temas que nos parecem essenciais para o entendimento daquilo que deve ser a dinâmica estrutural da uma ilha: a delimitação geográfica através da fronteira marítima, com a presença constante do mar, e o impacto que esta presença pode exercer nos habitantes. Intimamente relacionado com o primeiro, as recorrentes partidas e chegadas de residentes e estrangeiros permitem-nos constatar que a mobilidade social é uma característica intrínseca às sociedades insulares: “A construção da sociedade atlântica, a partir do século XV, resultou do movimento de populações provocado pela expansão europeia. As ilhas que, num primeiro momento, havia sido as principais receptoras, assumem [...] a função de centros difusores” (Vieira, 2010:5). Além disso, estes temas assumem uma dualidade, uma das muitas que caracterizam as ilhas, que é neste caso, um possível sentimento de clausura *versus* uma provável sensação de liberdade.

Começando pelo tema geográfico, o da fronteira-mar, sabemos que a Ilha da Madeira é uma pequena porção de terra rodeada pelas águas. A água e o mar têm valores simbólicos que merecem ser destacados, uma vez que também a ilha é sinónimo recorrente de misticismo. Segundo o *Dicionário de Símbolos*, as águas, “essa massa indiferenciada”, como a consideram Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (Chevalier & Gheerbrant, 1982:41):

representam a infinidade dos possíveis, contêm todo o virtual, o informal, o germe dos germes, todas as promessas de desenvolvimento [...] é regressar às fontes, reabastecer-se num imenso reservatório de energia e dele beber uma força nova [...] a origem da vida e o elemento da regeneração corporal e espiritual [...] nas tradições judaica e cristã, a água simboliza em primeiro lugar a origem da criação (Chevalier & Gheerbrant, 1982:41).

Relativamente ao mar, os mesmos autores destacam que é:

Águas em movimento, o mar simboliza um estado transitório entre as possibilidades ainda informais e as realidades formais, uma situação de ambivalência que é a da incerteza, da dúvida, da indecisão, e que pode terminar bem ou mal. Daí que o mar seja ao mesmo tempo a imagem da vida e da morte (Chevalier & Gheerbrant, 1982:41).

Neste sentido, partindo desta perspectiva, podemos dizer que ambos os vocábulos partilham significados semelhantes e, por isso, o elemento marítimo é impactante na ilha e na vida dos ilhéus desde os primórdios da formação das ínsulas. No romance *O Último Cais*, Helena Marques destaca essa importância, com o exemplo da relevância do Porto do Funchal e da azáfama das partidas e chegadas que não só dão movimento ao Porto, como também agitam a vida dos muitos habitantes que depositam nas idas e vindas das embarcações e das gentes, os seus sonhos e desejos de um futuro melhor.

O cais do Funchal passou por longos períodos de construção, pelo que era urgente que esse espaço ficasse finalizado, dada a movimentação que se considerava elevada para a época. D. Maria Amélia, filha de D. Pedro IV de Portugal, que visitou a ilha com a sua mãe, em 1851, reconhecendo a importância do local, decretou, um ano antes da sua chegada, “o maior desembaraço na construção do Cais da Pontinha”, ou seja, na remodelação do mesmo, “para desembarque de Sua Majestade Imperial [recomendando que] a obra seja executada de forma a ficar para sempre” (Carita, 2019:224).

Por conseguinte, surgiu por parte das autoridades locais a necessidade de reabilitar todos os cais madeirenses. José Ribeiro Silvestre, uma das personalidades que ajudou a desenvolver a ilha no século XIX, foi também o responsável pela revisão de todos os cais da Ilha da Madeira como, por exemplo, o cais do Pesqueiro, na Ponta do Pargo, o cais do Paul do Mar e, ainda, o cais da Ponta do Sol, entre outros, espaços esses que mais necessitavam de intervenção. Foi ainda apontada a construção de um novo ancoradouro na baía de Machico.

Este tipo de ações de que o Porto do Funchal e (vários outros) cais madeirenses beneficiaram veio reforçar a posição da ilha em termos internacionais. Resultou disto a vinda de mais pessoas e de mais navios, chegando estas infraestruturas à sobrelotação: “Mesmo nos finais do século XIX, as fotografias da baía do Funchal com várias dezenas de navios ancorados, parece-nos hoje mais um cenário montado para a fotografia que o retrato de uma realidade” (Carita, 2019:225). Com estas chegadas, aumentava também a

economia, pois desta circulação de pessoas e bens geravam-se receitas importantes para o desenvolvimento do espaço insular resultantes da atividade portuária, um importante fator da economia da ilha que viria a acentuar a sua importância na segunda metade do século XIX. É neste sentido que a atividade portuária e consequentes movimentações migratórias na Madeira são um fenómeno que ao longo dos anos tem despertado a atenção por parte de investigadores.

Na obra de Helena Marques, que constitui objeto da nossa atenção nesta investigação, existem vários exemplos que mostram ao leitor a necessidade que o ilhéu sente em viajar, seja viagem/ emigração, em busca de melhores condições de vida, seja viagem lúdica, de aventuras, ou por motivos profissionais, como é o caso do protagonista Marcos Vaz de Lacerda. Como médico ao serviço da marinha, passava muito tempo fora da Ilha da Madeira, contactando com outras realidades. Raquel Passos Villa, sua esposa, considerava-o um privilegiado por poder sair da ilha e da rotina, que para ela era sempre a mesma: “Feliz Marcos que pode fugir [...] E eu? Para mim, que nasci mulher, que quis casar e ser mãe, para mim nada mudou [...] O meu quinhão é esperar. Dentro de casa. Fiando. Ou olhando para o mar.” (Marques, 2009:26).

É possível apercebermo-nos do sentimento de clausura que acompanha muitos dos ilhéus, como já tivemos oportunidade de referir a propósito de Raúl Brandão e que o leitor poderá encontrar representado nas partidas recorrentes de Marcos:

Aqui acabam as palavras, aqui acaba o mundo que conheço; aqui neste tremendo isolamento onde a vida artificial está reduzida ao mínimo só as coisas eternas perduram. Não se pode fugir à monotonia da existência, à solidão que nos cerca, à sólida arquitectura dos montes que apertam e esmagam. Sempre presentes o plano revoltado e amargo das ondas e a povoação isolada e denegrida. Passam-se meses sem notícias do mundo (Brandão, 2002:14).

As saídas são, por isso, um marco intrínseco da história e cultura portuguesas. A ilha da Madeira foi descoberta em 1419, graças ao espírito aventureiro português. E, tal como vieram para a Madeira muitos habitantes de fora para a povoarem, também dela saíram muitos ilhéus para vários pontos do globo:

A partir do início da colonização da Madeira (cerca de 1425), o fenómeno emigratório tem sido, e continua a sê-lo, ainda hoje, uma das constantes da História de Portugal. A difusão portuguesa no Mundo [...] vai do século XVI ao século atual, é processo histórico sem a consideração do qual se nos escapa um dos fatores da estrutura económica-social portuguesa, quer na metrópole quer nas colónias, uma e outras interdependentes (Serrão, 1970:597).

O século XIX marcou uma era de dificuldades político-económicas em Portugal e, sobretudo no seu espaço insular. As sucessivas guerras civis, a luta pelo poder entre absolutistas, apoiantes de D. Miguel, e os liberais, apoiantes de D. Pedro IV, a independência do Brasil com o grito do Ipiranga, que deixou Portugal sem a colónia de maior dimensão, causaram uma disrupção na sociedade portuguesa. Enquanto na Madeira os efeitos do colapso político não se faziam ainda sentir de forma significativa, os efeitos económicos por sua vez foram catastróficos. Acresce o facto de a agricultura, um dos principais motores da economia insular, ter sido prejudicada pelas pragas da filoxera e do oídio, o que levou a população a entrar em desespero, optando por deixar a ilha em busca de melhores opções de vida. Para agravar a situação, nessa época, o registo demográfico indicava que estávamos perante um excesso de densidade populacional:

a cidade do Funchal, cidade enorme para o tamanho da ilha, onde viviam 28.4 por cento dos madeirenses em 1864 e cerca de um terço do total na viragem do século [...] Apesar da desigual distribuição interna das populações no espaço insular, a Madeira apresentava em meados da centúria a segunda maior densidade nacional (135.9 hab./km²), só suplantada no continente pelo distrito do Porto. Em 1900 esse valor ascendia a 184.8 hab./km² 31, embora continuassem a existir áreas interiores praticamente desertas e apesar do elemento perturbador causado pelo fenómeno emigratório (Veiga, 2004:31, 32).

Esta condicionante veio agravar a conjuntura madeirense dado que existia uma população elevada e a ilha estava a ser constantemente atacada por pragas agrícolas e imprecações que dizimavam vidas humanas. A dada altura, a situação política e económica de todas as parcelas portuguesas estava em níveis negativos e, as ilhas sentiam ainda mais esses efeitos colaterais por estarem isoladas. Em meados de 1800, o espaço insular começou a queixar-se da escassez de alimentos resultante, também, da fraca produtividade e do avanço tecnológico tardio ou deficitário. Os elementos acima

mencionados auxiliaram o desencadeamento dos fluxos migratórios: “O fenómeno emigratório é uma das constantes da História de Portugal, desde o 2.º quartel do século XV. Todavia a partir da 2.ª metade do século XIX, [...] a emigração portuguesa, assumiu, [...] aspetos inteiramente novos” (Serrão, 1970:597).

No século XIX, “com a extensão das guerras napoleónicas ao espaço peninsular ibérico e ao Oceano Atlântico, também se verificou um movimento migratório, tanto por motivos sócio-económicos, como por razões políticas” (Rodrigues, 2015:242). Estes movimentos migratórios podem ser encarados de duas formas: a positiva, a emigração voluntária e, a negativa, a emigração forçada, sendo que ambos os formatos poderiam ser de carácter temporário ou definitivo. Um emigrante é um indivíduo que sai da sua pátria rumo a outros destinos, muitas das vezes desconhecidos, para suplantar as mais variadas necessidades pessoais ou familiares. Dada a época em análise na nossa investigação, no século XIX, surgiu a necessidade de distinguir o colonizador do emigrante, pois um colono não ia para outros países com os mesmos objetivos de um emigrante:

emigrante, é género do qual colonizador é espécie [...] o indivíduo que abandona o solo pátrio, com destino a uma colónia, e devido à iniciativa do Estado ou integrado em empresa de âmbito nacional por ele promovida. E chamemos *emigrante* tão-só àquele que resolveu abandonar o País por motivos pessoais, livremente concebidos, independentemente de solicitações oficiais e, até, muitas vezes em oposição a estas (Serrão, 1970:598).

A nível da emigração voluntária, poderemos referir que se relaciona, por exemplo, com a tentativa de acesso a níveis superiores de educação, uma possível evolução na carreira, adquirindo novos conhecimentos advindos do contacto com outras realidades, entre muitos outros tópicos. Conseguimos encontrar na obra *O Último Cais* referências que estabelecem ligações com esta perspetiva. Trata-se do protagonista Marcos Vaz de Lacerda, já referenciado por ser um médico ao serviço da marinha que passava longas temporadas ausente da Ilha da Madeira e, por isso, longe da sua família. Esse tipo de funções ligadas à saúde são encaradas como atitudes nobres, uma vez que muitos dos indivíduos que se tornavam médicos, sobretudo numa época destas, eram requisitados para prestar serviço em pontos de conflitos armados.

Como os avanços tecnológicos relacionados com a agricultura eram tardios e requeriam formação para transmitir e aprimorar os conhecimentos necessários, também os avanços da Medicina no século XIX eram poucos, daí a urgência em formar médicos para acompanharem as tropas nas suas longas viagens. À semelhança de Marcos, o seu filho André vai igualmente optar por sair da madeira, ainda que não para muito longe, com o intuito de se tornar útil em locais com mais necessidade. Quando questionado pelo seu primo, o cónego Nicolau acerca do seu filho querer emigrar, Marcos responde: “não para longe. Um dos professores que o orientam no estágio em Lisboa falou-lhe da grande falta de médicos que se verifica nos Açores e André está tentando fazer uma experiência por dois ou três anos” (Marques, 2009:139,140).

No século XXI, no âmbito da saúde, e a título de exemplo, poderemos destacar o papel ativo da associação Médicos sem Fronteiras. Trata-se de uma associação não governamental e sem fins lucrativos, internacional, composta por um longo corpo de médicos e enfermeiros que visa auxiliar a população mundial, uma causa nobre, destinada, sobretudo, às classes populacionais mais prejudicadas por motivos tais como: guerra, epidemias, fome, catástrofes naturais, entre outros.

Os ilhéus também saíam da Ilha para tentar conhecer o mundo além das suas fronteiras. Isso surge destacado em *O Último Cais*, com a descoberta de novos sítios, a necessidade de querer explorar o desconhecido. Disto pode ser exemplo, num primeiro momento, o avô de Raquel Passos Villa, através das histórias que contava acerca das suas viagens: “André Villa trocara Malta pela Madeira [...] que experiências teria vivido, que passado lhe dera origem, que motivara a sua migração, como seria – pergunta-se Raquel” (Marques, 2009: 25). Posteriormente, é narrada a experiência da neta, que sonhava em sair da ilha nem que fosse uma única vez, para poder sentir o espírito aventureiro que lhe terá sido legado pelo seu avô, sempre motivada pelo desejo de desbravar o desconhecido, tal como o seu avô e, desejosa de investigar o seu passado.

Finalmente, um dia chega a vez de Raquel acompanhar o marido numa viagem. Embora não seja para La Valleta, em Malta, ilha de origem do seu avô, a sua viagem será para Georgetown, capital da atual Guiana que, na época estava sob jugo britânico:

chegou a minha vez de partir e parto com Marcos [...] sonhei toda a vida com a viagem e agora, quando tinha desistido [...] acontece esta maravilha, vou viajar, avô [...] o pacote está ali ao largo, o destino não é Malta mas não faz mal” (Marques, 2009:85).

O país para onde se dirigem Raquel e Marcos situa-se na América do Sul, junto à foz do rio Demerara, espaço vizinho de estados como a Venezuela, o Suriname ou Brasil. No presente da diegese, a Guiana era um dos destinos de eleição para a migração madeirense e, com o passar dos anos, os destinos alargaram-se para outros países, por exemplo, da América do Sul e África.

No que concerne à emigração forçada, poderemos destacar que se interliga com a falta de meios de subsistência, com o desejo de fugir de um espaço aparentemente de enclausura, com a vontade de contactar com outras realidades e espaços maiores que permitam deslocar-se e explorar novos lugares. Acresce os indivíduos que abandonam a sua pátria seja por motivos religiosos, como foi o caso dos episódios conturbados que ocorreram na Madeira com os seguidores de Robert Kalley, que levaram ao exílio e migrações forçadas de alguns milhares de madeirenses, seja por razões relacionadas com guerras, estatutos, raças, catástrofes, entre outros. A título de exemplo, “no caso da Madeira, a migração por razões políticas ganhou algum relevo, não tanto devido a qualquer ameaça directa por parte da França, mas sim por causa da fuga da Corte para o Rio de Janeiro e da tomada da Ilha por tropas britânicas [...] (Rodrigues, 2015:242). No caso concreto da Madeira, os principais motivos que encetaram a saída forçada de muitos habitantes foram sobretudo os relacionados com a falta de meios de subsistência, nomeadamente, a falta de diversos alimentos básicos para o dia-a-dia, sobretudo dos camponeses, que necessitavam de mais nutrientes para poder suportar os trabalhos pesados que enfrentavam diariamente nos terrenos que cultivavam, de sol a sol.

Os movimentos migratórios de maior magnitude ocorreram durante o século XIX, centrando a sua atenção a partir de meados desse século até ao final desta centúria: “A emigração foi uma constante da sociedade madeirense, na segunda metade do século XIX, sendo alimentada pelas incessantes solicitações do mercado internacional de mão-de-obra, assim como pelas difíceis condições de vida dos madeirenses” (Vieira, 2010:1139). Nessa época, os madeirenses saíam, principalmente, para zonas como a Guiana, Cabo em África do Sul ou as Ilhas Sandwich, das quais o Havai faz parte. Com o passar do tempo,

aventuraram-se para locais como Estados Unidos, Curaçau, uma terra de domínio holandês, Angola, Moçambique e para a Venezuela, um dos destinos considerados prediletos do século XX para a emigração madeirense.

À medida que os madeirenses partiam e regressavam, contando as suas experiências aos ilhéus, criando neles o desejo de também partir. Observou-se que a emigração crescia: “Demerara pode ser considerado o principal destino dos emigrantes [...] Apenas entre 1841 e 1889 recebeu 36,724 madeirenses” (Vieira, 2010:1140). Este aspeto começou a gerar preocupação na ilha tendo em conta que se tornava notória a desertificação de alguns pontos do espaço insular devido às inúmeras partidas. Esta consternação é expressada pelo cónego Nicolau, uma das personagens de *O Último Cais* que, em conversa com Marcos, exprime a sua inquietação sobre os fluxos migratórios:

Sabe, primo, que continua a aumentar a emigração para Angola? O Jornal de Moçâmedes noticiava, há dias, a chegada de trezentos e trinta e seis colonos madeirenses, perfazendo um total de setecentos nos últimos seis meses. [...] E também seguiram emigrantes para as ilhas Sandwich e continuam a seguir para o Brasil e para a Guiana Britânica. Marcos, que futuro espera a Madeira se as gerações mais jovens e empreendedoras, de todos os estratos sociais, continuam a abandoná-la? (Marques, 2009:139).

À inquietação, acresciam as dúvidas de como fariam os habitantes para sobreviver fora daquele que seria o seu ambiente natural. Apesar do futuro se afigurar promissor quando partiam, a verdade é que as dificuldades seriam uma constante na vida dos madeirenses tal como na vida de todos os que têm de partir. Muitos dos que deixavam a ilha não possuíam estudos, razão pela qual não se conseguiam expressar verbalmente numa língua que não fosse o Português. O que significa que a língua, um dos principais motores da comunicação, apresentava-se como um entrave para a adaptação. Outro aspeto relacionava-se com a temperatura. Durante todo o ano, a Ilha da Madeira beneficia de um clima ameno pelo que não se verificavam, nem se verificam nos nossos dias, grandes oscilações de temperatura. Nem sempre era essa condição que os emigrantes encontravam nos países para onde se deslocavam, constituindo assim, frequentes vezes, um impedimento que dificultava a adaptação ao novo lugar: “Dos que foram para Demerara muitos morreram devido às condições impróprias em que eram alojados, ao clima e às doenças tropicais” (Caldeira, 2010:38).

A emigração portuguesa para o Brasil é um exemplo das adversidades acima mencionadas, excetuando a barreira linguística, uma vez que ambos os países comungam da mesma língua e partilhavam costumes semelhantes. As adversidades neste caso concreto surgiam relacionadas com o clima e com as atividades laborais, embora os portugueses, nos anos 1800, preferissem trabalhar na área do comércio: “Tradicionalmente os emigrantes portugueses preferiram o comércio” (Cruz, 1986:8), a área que carecia de mais mão-de-obra era o setor agrícola, pois as melhores terras brasileiras estavam ocupadas por plantações de cana, café e cacau, de grandes dimensões.

Os portugueses encontravam no Brasil largas fontes de rendimento, dado que esta terra possuía inúmeras riquezas desconhecidas do povo lusitano. Ainda assim, “Apesar desta situação favorável, as dificuldades climáticas, exageradamente generalizadas por alguns a todo o território, os preconceitos contra os estrangeiros de que estavam imbuídos sobretudo, as camadas menos cultas” (Cruz, 1986:11) resultaram no afastamento a dada altura dos portugueses, o que foi desfavorável para a economia brasileira que dependia nessa altura, quase na totalidade, da escravatura.

A experiência migratória madeirenses nem sempre se pautou pelos contratemplos anteriormente evidenciados e, exemplo disso, é o caso da emigração para o Havai. Este estado americano ficou conhecido na história como parte integrante das Ilhas Sandwich, título atribuído por James Cook, constituído este arquipélago por oito ilhas: Havai, Kahoolawe, Kauai, Lanai, Maui, Molokai, Nihau e Oahu (onde se situa atualmente a capital do arquipélago: Honolulu). Este estado necessitava de mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar e, os madeirenses eram uma mais valia por terem os conhecimentos acerca desse tipo de culturas.

Além disso, o Havai enfrentava um problema: a falta de habitantes e, nesse contexto, os emigrantes madeirenses foram a alavanca que contribuiu para desenvolver a população. Em comum com a Madeira, este arquipélago tem o facto de serem ilhas de origem vulcânica, as paisagens que se complementam através da fauna e flora: “apresentam paisagens de beleza singular, são adornadas pelo mar, pela extensa e abundante vegetação, pela riqueza da fauna e flora e por mágicos pôr-do-sol, fazendo justiça aos que as chamam de Paraíso do Pacífico” (Caldeira, 2010:41). Este espaço insular vivia num estado primitivo por estar longe do continente e, assim sendo, subsistia através de métodos rudimentares, contando com o mar como aliado. Enquanto os homens

se dedicavam à pesca, agricultura e à cozinha, as mulheres dedicavam-se a cuidar e educar as crianças das aldeias assim como à confecção de indumentárias e utensílios necessários no quotidiano, utilizando como matérias primas, a vegetação envolvente.

Com o passar do tempo, o Havai começou a tornar-se mais relevante perante o mundo “A partir de 1785, o Hawaii tornou-se num porto de paragem de descanso das tripulações e reabastecimento dos navios que faziam as rotas comerciais entre a América, a Europa e a China” (Caldeira, 2010:45). Nos primórdios do século XIX, o contacto com estes pontos do globo alargou-se por conta da venda de madeira de sândalo abundante nessa ilha. No entanto, este contacto com o exterior resultou em alterações profundas para os povos havaianos: contraíram doenças como a tuberculose, a disenteria, o sarampo, entre outros, que matou muitos habitantes, deixando a ilha com uma falta de população ainda mais acentuada.

Em 1878, começaram a circular na Ilha da Madeira panfletos sobre as características do Havai: “O panfleto foca similaridades entre o Hawaii e a Madeira, de modo a assegurar ao emigrante uma fácil adaptação [...] O panfleto continua, numa explicação permenorizada dos montantes que cada emigrante poderia auferir nas variadas ocupações” (Caldeira, 2010:71), realçando as particularidades que se equiparavam com o solo português, com vista a convencer a ida dos ilhéus para o estado americano. Nesse ano, chegaram os primeiros madeirenses ao Havai e vários foram os contributos destes ilhéus atlânticos para o erguer de uma sociedade desajustada.

Como a língua constituía uma barreira, “Os portugueses duros no trabalho mas inteligentes na relação, pedem professores para lhes ensinar o inglês e a religião Americana” (Gouveia, 2021:184). Ao se instalarem começaram também a difundir traços da cultura da sua pátria, criando assim uma nova realidade que aliou a cultura madeirense à havaiana, juntando a abertura à modernidade com o modo de viver primitivo que até então existia no Havai. Nos primeiros anos, a maioria dos migrantes eram do sexo masculino e “as mulheres permaneciam na ilha – à espera dos familiares ou à espera de serem “chamadas” (Caldeira, 2012:10). Todavia, verificou-se que as mulheres eram necessárias porque eram mão-de-obra suplementar e multifacetada uma vez que se ocupavam de gerir a casa e as crianças, mas também de gerir os campos nomeadamente, vigiar os trabalhos e controlar os trabalhadores indisciplinados fazendo com que houvesse

harmonia nos campos e felicidade nos lares. Este fator contribuía para que os homens repensassem as suas atitudes, dedicando-se mais ao seu trabalho.

No que concerne à cultura, o povo madeirense terá deixado várias marcas da sua cultura pelos sítios para onde emigrou. No Havai, tentaram perpetuar traços como a língua, costumes e tradições madeirenses, o que se verificou como um sucesso, dado que conseguiram manter essas características quase intactas até ao século XX. Além disso, criaram associações e clubes que visavam preservar e transmitir a cultura madeirense, como foi o exemplo da sociedade de Santo António ou o clube Recreativo Português do Havai. A nível musical, aspeto importante na cultura havaiana, uns dos objetos mais marcantes foi a braguinha e o rajão, uma espécie de viola de pequenas dimensões, que foi introduzida na cultura havaiana, e que fazia o povo admirar-se com o som e dimensões dos objetos:

Segundo a tradição oral e histórica do Havai, teria sido Manuel Nunes a inventar um novo instrumento que ficaria designado até hoje de UKULELE. Este resultou da junção do corpo do pequeno Braguinha com a afinação de cordas soltas do Rajão (as primeiras quatro cordas).²⁶

Podemos, assim, depreender que os movimentos migratórios são uma constante na vida do ser humano, mas que se tornaram mais notórios quando se trata de um habitante das ilhas que, por vários motivos, decide abandonar a sua pátria, seja de forma voluntária ou forçada, seja temporária ou definitivamente. Ficamos a perceber que nessa época a mão-de-obra madeirense e portuguesa era considerada de qualidade, o que conferia prestígio à nação lusitana e às suas gentes. É através desta temática que nos propomos prosseguir com uma análise mais detalhada de *O Último Cais*, de Helena Marques, obra através da qual pretendemos salientar algumas das características identitárias que a autora aponta sobre a Ilha da Madeira, procedendo a uma posterior análise das mesmas, para melhor compreendermos a sociedade e marcas da cultura madeirenses dessa época.

²⁶Informação extraída de um artigo da página *online* da Cultura Madeira, gerida pela Secretaria Regional do Turismo e Cultura com o título “Braguinha e Rajão no Havai”. Disponível em: <https://cultura.madeira.gov.pt/sabias-que-1/120-braguinha-e-raj%C3%A3o-no-havai.html> – consultada a 13 de março de 2021.

3- Marcas da Insularidade

A Insularidade pode ser reconhecida através de um conjunto de características com as quais um povo se identifica, destacando-se dos demais: “a noção de insularidade não é apenas um conceito geográfico, mas também, e objetivamente, um estado de espírito” (Espínola & Cravidão, 2014:438). Esta terminologia, que parte do campo da geografia, consiste na congregação de várias temáticas tais como cultura, política, religião, sociedade, entre outras, que uma vez aliadas, ajudam a identificar singularidades de um povo. Disso pode ser exemplo a obra em análise, que centra a sua ação na Ilha da Madeira, como poderemos comprovar ao longo deste capítulo e da nossa investigação. Através das descrições detalhadas que Helena Marques oferece ao leitor, é possível visualizar-se as terras, as chegadas e partidas dos navios e a dinâmica diária das gentes. A autora dá, assim, vida ao conceito de visibilidade, considerado importante para a literatura, destacado por Italo Calvino:

Se incluí a visibilidade em minha lista de valores a preservar foi porque estamos correndo o perigo de perder uma faculdade humana fundamental: o poder de focar visões de olhos fechados, de fazer brotar cores e formas de um alinhamento de caracteres alfabéticos negros sobre uma página branca, de pensar por imagens. (Calvino, 1990:112).

O Último Cais é uma narrativa que, através de uma analepse, revela parte do diário de bordo de Marco Vaz de Lacerda, médico ao serviço da marinha, objeto que serve como ponto de partida para a construção do seu romance. Nas primeiras páginas, o relato descrito pelo protagonista mostra as viagens que realizou e os lugares por onde passou até regressar a sua casa, na Madeira. A emigração, tema que abordámos no subcapítulo anterior, revela ter sido uma constante com mais impacto na vida dos ilhéus do que na vida dos continentais. Este fator, que pode ser encarado de forma positiva ou negativa, deixa transparecer algumas preocupações, relacionadas com as embarcações e com o estado do mar.

Disso também nos dá conta Carlos Cristóvão, através do conto “As Ondas e o Vale”, ao centrar a sua ação na então vila de Machico, atual cidade, localizada na zona este da ilha da Madeira. O referido conto, embora de pequenas dimensões, retrata o

quotidiano de uma família menos abastada assim como a realidade envolvente. Destaca a pesca como um dos principais meios de subsistência dos habitantes desse concelho e, por conseguinte, as dificuldades sistemáticas que os pescadores enfrentavam em alto mar, sobretudo nos dias tempestuosos: “o mar grita cavernosamente e estertoreja [...] parecem vibrar lugubrememente em uma tragédia chacinante, porque quando começa a tempestear, um pressentimento de desgraça está em cada coração” (Cristóvão, 1962:133). Trata-se da realidade que acompanhou a população madeirense, sobretudo nos séculos XIX e XX. *O Último Cais* revela também essa vertente mais perigosa das viagens marítimas, como se poderá ler no momento em que Marcos Vaz de Lacerda e a sua mulher, Raquel Passos Villa, partem para Georgetown: “Os primeiros dias de viagem decorrem com turbulências, mar cavado e vento rijo, Raquel não enjoa mas não consegue equilibrar-se nos balanços do navio” (Marques, 2009:88).

Mas não só dos perigos do mar sofre um ilhéu. Também o acesso aos terrenos para a agricultura constitui um perigo a que o povo se sujeitava, dado o relevo acidentado da Ilha da Madeira. Os camponeses tentavam aproveitar ao máximo os “retalhos cultivados” dos terrenos mesmo que isso implicasse colocar em causa a sua vida para conseguir aceder aos locais de cultivo. Um esforço que não passa despercebido a Helena Marques, quando afirma:

[Luciana] fixou a vista e descobriu vários retalhos cultivados numa falésia que lhe parecera vertical e inacessível [...] e pensou nos homens e crianças que morriam para descer àqueles socalcos e amanhã-los, para subir e trazer as suas pequenas, inestimáveis colheitas. (Marques, 2009:166).

Essas plataformas de difícil acesso tornavam custoso irrigar terrenos. Por esse motivo, os habitantes pensaram em mecanismos para transportar a água, sobretudo da zona norte, onde a água era mais abundante embora menos utilizada, para a zona sul que carecia de melhoramentos nas condições de irrigação agrícola²⁷. Neste sentido, criaram-se “As levadas da Madeira [que] são como as artérias, que do coração das ribeiras vão

²⁷Na Madeira, os camponeses apelidam os socalcos de poios. Estamos perante uma marca da regionalidade que surge realçada no Dicionário *Falares da Ilha*: “Poio, Pedaco de terra de cultivo. – Tenho uns três poios de terra na minha fazenda” (Caldeira, 1961:106). Este dicionário de termos madeirenses explica o significado de várias palavras ou expressões e, de seguida, exemplifica com frases, como se inserem as mesmas.

irrigar todas as partes deste corpo rochoso, onde uma nesga de terra se sustenta apoiada num muro de pedra solta” (Santos, 2017:54), que nos nossos dias, dão não só continuidade às necessidades agrícolas, já que “este recurso mantém ainda hoje um papel primordial em torno da organização das práticas e dinâmicas associadas ao regadio” (Fernandes, 2012:1), como também representam um marco da insularidade madeirense, que atrai muitos turistas. Dado que se localizam em zonas altas e, em muitos dos lugares atravessam a natureza, estas levadas propocionam a realização de caminhadas, uma experiência diferente para os que visitam a ilha e decidem caminhar por esses trilhos.

No entanto, ao pensar que estava um problema resolvido, os habitantes, acabaram por criar novos problemas devido aos confrontos recorrentes pela luta destas águas. Com o estabelecimento destas levadas, foi necessário criar a posição de levadeiro, um indivíduo encarregado de restabelecer a ordem e dividir de forma justa e equitativa a água pelos regantes. Esta profissão era considerada de relevo no meio rural e, por vezes, acarretava inúmeros perigos:

De casa saíam às duas da madrugada, para, por veredas pisadas a chão de terra chegarem a meio da tarde ao local onde trabalhariam, onde permaneciam duas, três semanas [...] João Rebeca [...] viu, ou sabe como ele diz, que “mais de trezentos homens morreram” na obra de levarem água por montes altaneiros e vales profundos (Santos, 2017:32)²⁸.

Apesar de estarem numa posição considerada importante, o que se verificava, por vezes, era que os habitantes revoltavam-se contra com o levadeiro. Exemplo dessas divergências podem ser encontradas já em meados do século XX, através de um evento que ficou conhecido como “Revolta das águas na Ponta do Sol”. Consistiu num conflito entre os habitantes, acerca de águas mal distribuídas, que originou a necessidade de chamar um guarda que, perante a confusão instalada, acabou por disparar e acertar numa

²⁸Na obra *Levadas da Madeira*, Thierry Proença dos Santos alia o texto à imagem, de forma a dar a conhecer ao leitor a dinâmica envolvente em relação às águas e levadas da Madeira. Deste modo, os testemunhos que esta obra agrega, tal é o caso do excerto utilizado, revelam-se importantes para percebermos o modo como as pessoas geriam as suas vidas no meio rural.

das regantes, que mais se manifestava, tendo esta acabado por não resistir aos ferimentos²⁹.

Perante os perigos, quer no mar ou em terra, os ilhéus não tinham como pedir auxílio em situações de emergência, uma vez que as vias de comunicação no século XIX em nada se comparam às vias de comunicação do século atual. A ilha, por si, encerra já a ideia de isolamento. Porém, dentro do espaço ilhéu existiam locais mais isolados do que outros. Por norma, a zona norte era a parte menos habitada e, por isso, a mais isolada e a que tinha menos contacto com a zona sul ou com a zona centro, o Funchal. Ainda assim, havia zonas em que tudo tardava a chegar, como é o caso do Curral das Freiras, zona de difícil acesso como se poderá comprovar em *O Último Cais*: a autora refere que as “freiras fugindo de corsários para um vale remoto que ficou conhecido, desde então, por Curral das Freiras” (Marques, 2009:173). Existe uma lenda que se relaciona com o nome atribuído àquele local remoto. Julga-se que, por volta de 1560, durante um dos vários ataques de corsários, à cidade do Funchal, na época comuns, as freiras do Convento de Santa Clara, situado no centro da ilha, viram-se obrigadas a fugir para um local isolado entre as montanhas, que pudesse ser o esconderijo ideal para evitar os saqueamentos e as agressões. O Curral das Freiras é um dos poucos locais da ilha de onde não se avista o mar, daí ser categorizado como um local mais protegido também devido ao seu difícil acesso.

Apesar do isolamento característico da ilha, em meados dos anos 1800, os madeirenses dispunham de mecanismos, como o telégrafo, o *Diário de Notícias*³⁰, e as cartas como meio de comunicarem ou de se manterem informados sobre o mundo envolvente. Nessa época, o telefone já tinha sido inventado embora ainda não existisse na Madeira: “E a Madeira ainda sem telefones! Que atraso...” (Marques, 2009:115), e Catarina, uma das personagens do romance em análise e uma das primeiras mulheres a exercer Medicina na Madeira, exprime a sua preocupação pela falta deste meio de comunicação: “Na verdade, um telefone no hospital fazia-nos bastante jeito, não só para os doentes nos falarem de suas casas, mas até para comunicarmos uns com os outros

²⁹“Esse evento pautou-se por um levantamento popular, que se insurgiu contra o desvio da água de rega da Levada do Moinho por parte da Junta Geral do Distrito para a Levada Nova da Ponta do Sol” (Fernandes, 2012:1).

³⁰“É um jornal diário que foi pela primeira vez publicado no dia 11 de Outubro de 1876 na cidade do Funchal, ilha da Madeira, tendo como impulsionador o cónego Alfredo César de Oliveira [...] O Diário de Notícias da Madeira é o maior jornal diário regional português, com grande expansão entre as comunidades de emigrantes na África do Sul, Venezuela, Brasil e Estados Unidos.” (Henrique, 2010:23,24).

dentro do edifício” (Marques, 2009:115). Em resposta, Luciana, prima de Marcos Vaz de Lacerda, replica que se nos Estados Unidos da América já faziam testes para conseguir que as linhas telefónicas alcançassem mais de mil quilómetros, não entendia o porquê de na Madeira não se conseguirem cobrir algumas centenas de metros. Esta frustração ilustrada por Luciana traduz-se num espelho das ânsias da sociedade da época que, ao obterem conhecimento das inovações que se desenvolviam no estrangeiro, não entendiam porque estas demoravam tanto a chegar à ilha.

De igual modo, o atraso relacionado com o envio de bens alimentares alguns tão básicos como legumes frescos ou massas e arroz, bem como outros produtos que chegavam à ilha devia-se ao facto do transporte dessas mercadorias ser feito por barco, desde Portugal Continental até ao Funchal, dando a ver a dependência da Ilha em relação à capital portuguesa. Nos nossos dias, o Porto Santo pode ser considerado ainda um exemplo de dependência em relação à Madeira pela sua condição de dupla insularidade. Todos os dias sai do Funchal o *Ferry Boat* Lobo Marinho, rumo ao Porto Santo, e nele seguem, a título de exemplo, vários jornais que diariamente trazem novidades à população bem como bens alimentares. Por essa razão, os Portossantenses não têm acesso a notícias em formato papel, se o barco não chegar até lá.

Pela voz de Luciana é sublinhado o necessário papel da carta escrita. Dada a inexistência de telefones ou, como nos nossos dias, de telemóveis inteligentes com câmara que permitem fazer vídeochamadas que auxiliam a esbater a distância, o meio mais comum de comunicação, na sociedade oitocentista era a carta. As gerações de descendentes que conseguiam reunir as cartas trocadas tinham em suas mãos uma narrativa de memórias dos seus antepassados, uma vez que nas cartas as pessoas relatavam as suas experiências e confidenciavam os seus segredos. Os descendentes conseguiam, desse modo reconstituir alguns dos caminhos percorridos pelos seus familiares no passado e, através destes mecanismos, contactar com o passado e trazê-lo ao presente, traço que Helena Marques realça com o romance que constitui objeto da nossa atenção. No século XXI, este hábito acabou por se perder e, na atualidade, o envio e receção de cartas é muito menos expressivo.

Na obra, Luciana mostra a Catarina, através de uma notícia, um *ranking* de países e a quantidade de envios de cartas, no qual Portugal surge numa posição inferior à de muitos outros países europeus:

Ouve esta e diz-me lá se não tenho razão quando falo em progresso nacional: A última estatística da União Postal³¹ atribui a cada habitante de Portugal quatro cartas por ano; em Espanha, a relação é de seis [...] Dinamarca, quinze; [...] Suíça, vinte e cinco; e Grã-Bretanha, quarenta e um. Tenho ou não razão? (Marques, 2009:115).

Como conseguimos observar, Portugal era um dos países que menos enviava cartas. Os meios de comunicação eram escassos ou então demoravam a trazer ou a levar novidades, razão pela qual, os ilhéus arranjavam outras formas para poder socializar. Podemos dizer que nesta época se dava primazia aos contactos presenciais, dadas as circunstâncias. A nível social, a população juntava-se através das várias festividades existentes durante o ano na ilha, mas fora desses acontecimentos, também arranjavam formas mais lúdicas de socializar. Os jogos representavam uma oportunidade para estabelecer relações, como poderemos comprovar através do seguinte excerto: “prazeres são os jogos, o xadrez, o dominó, o loto, o bilhar” (Marques, 2009:30). Além destes convívios sociais, havia várias épocas, ao longo do ano, que tinham importância para os ilhéus, por se tratarem de festividades religiosas, com grande impacto na sociedade. Dessas comemorações destacam-se o Natal e a Páscoa, bem como os eventos a estes associados.

Na ilha da Madeira as celebrações do Natal remontam ao início da história da existência deste espaço insular: “É a principal festa da tradição madeirense e é celebrada desde o início do povoamento”³². Quando os indivíduos abandonam a sua pátria rumo a novos locais, é comum, como pudemos observar no capítulo anterior, que alguns elementos da cultura pátria se mantenham e, por isso, todos os que viajaram até à Madeira deixaram um pouco das suas tradições, contribuindo deste modo, para o emergir de uma

³¹“Em 9 de outubro de 1874, com o Tratado de Berna (assinado por 22 países, incluindo Portugal), foi fundada a então designada União Geral dos Correios. Esta organização intergovernamental assumiu a sua atual designação, União Postal Universal (UPU), em 1878, constituindo-se em 1948 como instituição especializada das Nações Unidas. Criada para incentivar a colaboração e o desenvolvimento no sector postal internacional, as atividades da UPU centram-se na promoção da cooperação, de forma a catalisar o desenvolvimento postal, e na qualidade dos serviços postais. A UPU, atualmente constituída por 192 Países, tem vindo a promover a renovação e adaptação constantes do sector postal aos desafios verificados ao longo dos anos [...]” Informação extraída da plataforma *online* da ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações), disponível em: <https://anacom.pt/render.jsp?categoryId=8005&channel=text> – Consultado a 27 de março de 2021.

³²Informação extraída da página *online* do Aprender Madeira, da entrada “Natal”, por Sílvia Gomes. Disponível em: <http://aprendermadeira.net/article/natal> - Consultado a 23 de março de 2021.

cultura resultante do cruzamento de traços culturais de várias nacionalidades. Assim, a cultura madeirense é também um resultado dos testemunhos daqueles que passaram pela ilha e que assim contribuíram para o enriquecimento da cultura insular.

Também o tempo do advento, que compreende todas as comemorações existentes em dezembro e janeiro, constitui outra das marcas de insularidade da Madeira. O início destas festividades dá-se com “nove missas em honra da Virgem Maria, denominadas popularmente de Missas do Parto”³³, e o seu término é marcado pelo dia seis de janeiro, com o dia dos Reis Magos, embora em muitos lugares da Madeira, o ciclo natalício só termine no dia de Santo Amaro, a quinze de janeiro, num dia conhecido como o “varrer dos armários”. Esta ideia consiste em limpar a casa e desmontar todas as decorações natalícias. Nas escolas primárias também se celebra a tradição, em que os alunos criam vassouras com pequenos paus de madeira e com tiras de papel de jornal, para auxiliarem, ainda que de modo lúdico, nas limpezas das suas habitações.

Durante a época do Natal ou a Festa como é conhecido na Madeira, várias são as fases de preparação, em que toda a família se une em prol destas celebrações e a cada um cabe uma função. Essas rotinas consistem em preparar a casa através das limpezas, decorações, construção e montagem de pinheiros e seus respectivos enfeites assim como a instalação do presépio, designado pelos madeirenses de “lapinha”³⁴. A confeção das mais variadas iguarias e a reunião de familiares e amigos em convívios mais íntimos ou sociais acompanham a preparação da festa.

Em *O Último Cais*, através de Raquel Passos Villa é possível reconstituir-se os costumes natalícios vividos em contexto islenho, onde se destaca a época do Natal e se realçam as rotinas e o sentimento que se vive nesta altura:

Os bolos de mel, tão indispensáveis como o presépio, eram feitos no dia da Imaculada Conceição: [dia oito de dezembro] batidos à mão, misturando um alqueire de farinha de trigo com quilos de manteiga, mel de cana, açúcar, fermento de padeiro, especiarias da Índia, nozes, amêndoas e passas de Corinto, frutas cristalizadas e vinho da Madeira.

³³*Idem.*

³⁴ “É com este termo que na Madeira se designam os «presépios», que desde séculos tão generalizados estão entre nós [...] Deve ser o diminutivo de «lapa» com o significado de furna, gruta ou cavidade aberta em um rochedo, por analogia ou semelhança com o local do nascimento do Divino Redentor. É possível que em outros tempos conservassem essa analogia ou semelhança, mas ao presente e na generalidade, as «lapinhas» madeirenses são armadas sobre uma mesa, tendo como centro uma pequena escada” (Silva & Meneses, 1978:422).

A massa escura, macia e perfumada, era bem alisada [...] a dona da casa [...] traçava sobre a massa dois sulcos profundos em forma de cruz, enfiava dois dedos num quadrante e três noutro, e dizia «Nosso Senhor te abençoe e te faça crescer em nome das Suas cinco chagas.» (Marques, 2009:23).

Com o aproximar do final do ano chega outra comemoração relevante para os ilhéus. Falar das celebrações de Ano Novo é também mencionar a Ilha da Madeira como destino para os turistas assinalarem esta festividade. Esta celebração faz parte dos marcos culturais da ilha, embora não seja uma marca que se realçasse no século XIX, pelo menos não com o impacto que tem nos nossos dias. É uma época do ano conhecida por atrair inúmeras pessoas das mais variadas nacionalidades, que se juntam em pontos estratégicos do Funchal, para assistirem a um dos fogos de artifício mais coloridos, demorados e dispendiosos do mundo. Na noite do dia 31 de dezembro é possível observar-se ao longo de vários espaços, sobretudo as ruas do Funchal, um espírito de confraternização entre todos, mostando a hospitalidade do povo para com quem visita a ilha. Este evento tem, ainda, a função de promover a nível mundial a Ilha da Madeira³⁵.

A Páscoa é outra das festividades religiosas considerada das mais importantes e impactantes para a sociedade madeirense. A época quaresmal inicia-se com o carnaval e vai até ao domingo de Pentecostes³⁶. É um período marcado pela penitência e humildade, valores tidos para a religião como fundamentais, sobretudo numa época que marca a morte de Jesus Cristo. Para os católicos, o consumo de carne deve ser evitado, particularmente, na Sexta-feira Santa, dia que assinala a passagem do filho de Deus para a casa do Pai. Helena Marques destaca esta data na sua obra ao descrever o ambiente quaresmal como uma das festividades mais sérias e plenas de devoção do ano:

[...] era Quaresma, que não deviam cantar mas, antes, meditar nos padecimentos e na morte de Nosso Senhor Jesus Cristo? [...] a atmosfera penosa da Quaresma, os jejuns e as abstinências, as

³⁵ “Um milhão de euros é o montante habitualmente gasto na Madeira todos os anos neste espectáculo mas este é um ano com poucos turistas e o vírus continua a rondar. [...] O fogo-de-artifício tem várias dimensões. É verdade que vamos ter muito menos turistas, mas o espectáculo é também para os madeirenses e tem um grande peso promocional.” (Henriques & Berenguer, 2020:1).

³⁶ Trata-se de uma celebração que ocorre num domingo, cerca de cinquenta dias após o domingo de Páscoa, assinalando a interação do Espírito Santo com os seguidores de Jesus Cristo, que tinham abandonado Israel. Esta ideia surge destacada na bíblia, em João 14:16,17: “E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre: O Espírito de verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê nem o conhece; mas vós o conheceis, porque habita convosco, e estará em vós.” (Dias, 2015:1642).

proibições de jogar dados ou cartas, os altares cobertos de roxo, as gentes vestidas de luto pesado, os apelos da Igreja ao sacrifício, à renúncia, à penitência (Marques, 2009:36, 37).

Uma das marcas desta tradição é a visita pascal denominada de “Visita do Espírito Santo”, evento particular da cultura e identidade madeirense considerado único em todo o mundo. A cada domingo, após o domingo de Páscoa, um grupo de pessoas cujos membros mudam todas as semanas, percorre as casas dos fiéis para recolher a “esmola” (quantidade monetária que cada um quiser oferecer à igreja local). Esses dias são assinalados como dias de festa em que se fazem convívios familiares e sociais, e em que se prepara a casa para receber o “Espírito Santo”. O grupo é constituído por músicos, um elemento que carrega a bandeira do “Espírito Santo”, uma pessoa que entrega uma lembrança para assinalar aquele dia e que se encarrega de levar a “água benta” para abençoar as pessoas e os seus lares e, por norma, duas “saloiias”³⁷.

Segundo Helena Rebelo, “Não se sabe desde quando existe a tradição das saloiias associada à festividade do Espírito Santo no Arquipélago da Madeira” (Rebelo, 2019:767). Mas crê-se que a origem desta função remota aos tempos da Rainha D. Isabel, esposa de D. Dinis. Presume-se que esta tradição tenha sido trazida para a Madeira na época dos Descobrimentos com o Infante D. Henrique, e que as cores vermelho e branco utilizadas nas vestimentas e nas bandeiras, associadas ao “Divino Espírito Santo” se relacionam com a Ordem de Cristo, mandada fundar por D. Dinis. Esta consiste num símbolo composto por duas cruces, a vermelha, que representava a ordem dos Templários, e a branca, que indicava a inocência dos portugueses.

É comum os habitantes fazerem diversas festas por ano, em honra de muitos dos símbolos religiosos nos quais depositam a sua fé, fazendo agradecimentos ou cumprindo promessas. Exemplo disso é a festa da Nossa Senhora do Monte, considerada a padroeira da Ilha da Madeira, celebrada no Funchal, no dia 15 de agosto. Também a festa da Nossa Senhora da Piedade, que acontece no mês de setembro, na zona do caniçal, município de Santa Cruz, reúne milhares de pessoas junto ao mar. Ostentando a estátua da Santa, procedem a uma procissão de barco, em embarcações decoradas das mais variadas formas e cores. A festa do Senhor dos Milagres, comemorada um pouco por toda a ilha, atrai

³⁷“Criança que, envergando o traje regional, acompanha as insígnias do Espírito Santo nos peditórios para a respetiva festa, cantando hinos, acompanhadas dum orchestra. – Ê’ vou acompanhar o Divino Espírito Santo, de salôia” (Caldeira, 1961:118).

centenas de ilhéus ao concelho de Machico, a fim de participarem em procissões que são conhecidas e consideradas como umas das mais importantes da ilha, por serem um meio de penitenciar ou uma forma de “pagar promessas”.

Para melhor clarificar esta ideia, recorreremos uma vez mais ao conto *As Ondas e o Vale*, onde Carlos Cristóvão relata o episódio de naufrágio de um pescador, nos Açores, que mais tarde se descobriu que era João do Pico, “o barco de pescadores madeirenses que pescavam perto da ilha do Pico anda perdido há três dias” (Cristóvão, 1962:136). Maria do Pico (mulher do pescador) promete que, se este regressar são e salvo, irá toda a procissão de joelhos: “Valeu-lhe a fé. Entregou-se a ela e fez então uma promessa ao Senhor dos Milagres, à porta da capelinha junto ao mar: - Se ele voltar vou de joelhos na procissão. E o marido voltou.” (Cristóvão, 1962:137).

Um outro traço da devoção que os ilhéus madeirenses prestam a Deus e aos santos relaciona-se com a toponímia, de que pode ser exemplo a Freguesia de Santo António, a Freguesia de Santa Maria Maior, a Freguesia de São Vicente, Freguesia de São Jorge, Freguesia de Santo António da Serra (Conhecida por Santo da Serra), a Rua e ribeira de Santa Luzia, Rua de São Francisco, a calçada de Santa Clara, o sítio de São Tiago, o sítio de São João, entre outros.

Em *O Último Cais*, é feita referência a uma procissão considerada desconhecida para os continentais: “Frederico Magalhães comentara, justamente, que conhecia as procissões da Quaresma e da Páscoa [...] mas em Procissão do Voto nunca ouvira falar em Lisboa” (Marques, 2009:41). Contudo, para os habitantes da ilha transparece louvor. Constança explica que a Procissão do Voto remonta a 1521, quando a peste começou a ceifar vidas e obrigou as autoridades a isolar muitos habitantes e a enterrar outros tantos. Passado algum tempo, e apesar das medidas tomadas para conter a propagação, “O capitão donatário, Simão Gonçalves, mais os juízes [...] reuniram-se na Sé e houveram por bem determinar a escolha de um padroeiro e advogado da cidade devastada” (Marques, 2009:42). Escreveram nomes como Nosso Senhor Jesus Cristo, Virgem Santíssima, S. João Baptista bem como dos restantes apóstolos e, de seguida, procederam à escolha, que indicou que S. Tiago Menor seria o escolhido para padroeiro da cidade funchalense³⁸.

³⁸Nos nossos dias, este culto mantém-se e, em 2021, assinalam-se, segundo a Diocese do Funchal, 500 anos de história da Procissão do Voto: “A Diocese do Funchal preparou um programa comemorativo para

Estes factos recorrentemente utilizados pela ficção permitem demonstrar que a religião tende a ser uma força que condiciona ou motiva a sociedade e os seus comportamentos. Também na obra em análise, a religião assume um papel fulcral na sociedade sublinhado através da personagem do cónego Nicolau, primo de Raquel Passos Villa. Esta personagem acompanha a família em quase todas as ocasiões e serve o seu propósito de conselheiro e orientador da fé. Quando se fala em Ilha da Madeira, no seu achamento e povoamento,

a referência à presença da Igreja não poderia faltar, e não falta, surgindo logo nas primeiras obras onde se focam tais matérias. Ainda no século XVI, quer Jerónimo Dias Leite, [...] quer Gaspar Frutuoso, nas Saudades da Terra, referiram a presença de clérigos, aludiram à “traça” dos primeiros templos e desenharam as biografias dos prelados titulares da mitra do Funchal (Trindade, 2012:15).

A representação da paróquia, perante a sociedade, assume-se como uma entidade de poder que controlava a população. Sob a alçada de um pároco, a vida social era administrada pelos representantes de Deus na terra. À medida que a população madeirense crescia e, tendo em conta que o Funchal ia ganhando com o passar dos séculos, o título de cidade cosmopolita, a visão sobre a religião foi-se alterando e adaptando ao evoluir da sociedade e das suas gentes. No século XIX e, como consequência da presença inglesa da sua influência na Madeira, começou a verificar-se a existência de manifestações anglicanas e/ou protestantes, como foi o caso do médico Robert Kalley, que já tivemos oportunidade de referir no capítulo dois, subcapítulo um: “A Sociedade Oitocentista”. Os membros da religião católica permitiam a existência de indivíduos de outras religiões, o que marcou, de novo, um passo vanguardista por parte da Madeira em relação às outras sociedades, a nível mundial. O que espoletou conflitos entre os cristãos e protestantes parece ter sido o facto de os protestantes tentarem converter os madeirenses à sua religião, retirando, desta forma, poder ao clero.

assinalar os 500 anos do voto a São Tiago Menor, padroeiro da Diocese do Funchal. [...] No dia 1 de maio terá lugar na igreja paroquial de Santa Maria Maior [...] as laudes, seguidas da procissão do voto até à igreja da Sé”. Informação extraída de uma notícia do *Jornal da Madeira* de dia 11 de março de 2021. Disponível em:

www.jm-madeira.pt/religiao/ver/121491/Varias_iniciativas_marcam_comemoracoes_dos_500_anos_do_voto

Consultado a 29 de março de 2021.

Outro fator que veio colocar em dúvida o poder do clero em Portugal Continental e nas ilhas relacionou-se com a guerra liberal, pois a Igreja Católica via em “D. Miguel o anjo exterminador e nos liberais a reencarnação de Belzebú. (Pita, 2012:18)”. Com a vitória dos liberais, a Igreja viu reduzido o seu poder uma vez que o Estado cessou as Congregações Religiosas, adquirindo os seus bens. No entanto, o Estado salientou que a Igreja poderia criar congregações que visassem ensinar ou auxiliar a nível social a população. Neste sentido nasce “Damas da Caridade (1876, no Hospício D. Maria Amélia), Associação Protectora dos Pobres (1889), Lactário / Assistência a Crianças Fracas (1908, entregue à Congregação da Apresentação de Maria em 1925) [...]” (Pita, 2012:18). Sendo o espaço islenho um lugar confinado pela fronteira-mar, a religião parecia não perder importância ou poder, na mesma proporção que em outros espaços.

Assim sendo, a população madeirense era adjectivada de povo fervoroso em termos religiosos, que além de dedicar muitos dias do ano a cultos e festas em prol de figuras religiosas, também regia a sua vida em função das leis cristãs, tentando respeitar o máximo que podiam as ordens divinas. No presente da diegese, a religião estava no comando da sociedade e, como não existia ainda a instituição de “registo civil”, era através da Igreja que se registavam nascimentos, batismos, casamentos e funerais. Os casamentos e funerais eram eventos de magnitude elevada para este povo dado que, e novamente realçando a ideia de ser um espaço pequeno em que pareciam todos estar de algum modo interligados, tudo se sabia e tudo se queria saber “já que todos fazem parte da vida em sociedade, e nas ilhas, mais do que noutra local, as pessoas alimentam-se umas das outras até aos limites da sociedade e da decência” (Marques, 2009:111). A este propósito, salienta-se na obra de Helena Marques o funeral de Raquel Passos Villa e o casamento de uma das suas filhas, Benedita:

A casa do Vale Formoso foi preparada a preceito, Margarida declarara ao irmão que a festa era indispensável e Marcos não a contradissera, casamentos, nascimentos, funerais, a vida das famílias tece-se com o amor e a morte, Marcos sabe-o demasiado bem (Marques, 2009:133).

Apesar de Marcos Vaz de Lacerda passar grande parte do ano fora da Madeira, o reencontro com a sua mulher, Raquel, aquando do penúltimo regresso à Madeira viria a resultar numa gravidez que, segundo o protagonista não deveria ter acontecido visto que, para Raquel, poderia ser fatal dado os problemas graves que tivera aquando da última gravidez. Feliz e grávida Raquel partiu com o seu esposo para Georgetown na ânsia de

querer ver o mundo. Porém, acabaria por ter de aguardar longe da ilha pelo nascimento do seu bebé para então poder regressar. Aconteceu que Marcos tinha razão e a sua esposa não resistiu após dar à luz uma menina, a quem deram o nome de Clara, por ter sido concebida na madrugada em que Marcos regressou à ilha, quase um ano depois de ter partido, numa noite de luar: “Marcos embarcou com Peregrina no primeiro navio que seguia para o Funchal. Levava consigo um berço e um caixão” (Marques, 2009:99).

Na Madeira, o ritual fúnebre era longo, o que significava que e as pessoas podiam “fazer o luto” durante décadas, manifestando-o de diversas maneiras: usando roupas de cores escuras, ou optando por não terem mais nenhum parceiro durante o resto da sua vida. Em casa era comum nos dias posteriores a um funeral não se abrir as janelas nem se cantar nem ouvir música.

O episódio do funeral de Raquel permite ao leitor refletir sobre os ritos praticados na Madeira e ainda, refletir sobre o comportamento da sociedade, tendo em conta a sua envolvência neste tipo de acontecimentos. Disto nos dá conta ao leitor, Helena Marques, quando refere que:

O cemitério encheu-se, parecia que o Funchal viera despedir-se maciçamente de Raquel Passos Villa, de Raquel Vaz de Lacerda, estavam as famílias de um lado e de outro, os primos próximos e distantes, os criados, os vizinhos e os conhecidos, os colegas de Marcos, os cônegos do cabido da Sé, as freiras dos colégios onde eram educadas as meninas da família, e os curiosos, os inúmeros curiosos que frequentam funerais e casamentos com a mesma irreprimível e legítima apetência de entretenimento com que frequentam o teatro, a ópera ou os concertos [...] (Marques, 2009:110, 111).

Através deste excerto parece-nos importante afirmar que esta ocorrência espelha o modo como a sociedade insular se comporta numa situação semelhante, almejando por um acontecimento social que venha quebrar o constante isolamento. Assim, uma cerimónia fúnebre era também um pretexto para toda a comunidade se reunir, fosse para prestar homenagem ao defunto ou para saciar a curiosidade. Estas ações levaram Catarina, amiga da família, a pensar “se toda aquela magnificência se destinava realmente a homenagear Raquel ou era apenas exibição” (Marques, 2009:100).

No casamento de Benedita, a situação foi quase idêntica à do funeral da sua mãe, embora as cerimónias fúnebres fossem pautadas por sentimentos de respeito e compaixão pelo próximo e, no casamento, o ambiente fosse de celebração e felicidade, sentimentos antagónicos tendo em conta cada uma das referidas situações. Era comum fazerem-se cortejos no dia do casamento, seguindo os noivos e seus pais em carros de bois, um dos meios de transporte característicos da Madeira, nessa época. A população seguia-os ou aguardava nas bermas dos caminhos pela passagem dos carros de bois. Para Benedita, o importante era resguardar-se: “As ruas encheram-se de gente para ver a noiva, é sempre assim. Benedita procura a protecção das cortinas brancas do carro” (Marques, 2009:133). Enquanto decorria o cortejo, na casa do Vale Formoso, a residência desta família, ultimavam-se os preparativos para a festa. A casa estava completamente decorada “Os jarrões da Companhia das Índias encheram-se de ramos de ameixeira em flor” (Marques, 2009:133) e a mesa estava pronta para receber os convidados após o término do cortejo,

dezenas de travessas cobrem a longa toalha de damasco entre taças de flores e candelabros de prata, vieram lagostas do Porto Moniz, perdizes da Serra de Água e doçaria da Confeitaria Felisberta (Marques, 2009:134).

Um dos motivos pelo qual a população seguia, de forma ímpar, estes acontecimentos deve-se ao facto de uma pequena percentagem da população ser abastada, como era o caso das personagens desta família, razão pela qual, o povo aproveitava qualquer pretexto para se envolver na vida social juntamente com os mais ricos. Estes episódios contribuem também para acentuar a disparidade de classes sociais existentes no presente da narrativa. Enquanto as camadas mais elevadas da sociedade ocupavam os seus dias com atividades mais lúdicas, com estudos ou trabalhos relacionados com o comércio local ou internacional, as camadas mais pobres estavam confinadas na sua maioria, a atividades ligadas à agricultura e à pesca, bem como à lida doméstica ou a servir nas casas das famílias mais abastadas.

Em todos estes eventos familiares, o cónego Nicolau era presença assídua. Para além de ser familiar de Raquel, cumpria o seu dever religioso de acompanhar e aconselhar a família. Nicolau seguiu André, o avô de Raquel, na função de educador dos três irmãos que tinham perdido os pais numa idade muito jovem. Decorrente dessa situação, a relação

que existia entre Raquel e o cónego era de uma profunda admiração e respeito e, por isso, este era presença assídua na casa do Vale Formoso.

Embora o percurso de vida do cónego tenha sido marcado por tragédias, visto que perdeu a mulher e a filha devido à epidemia de cólera, mantinha-se firme e pronto para apoiar os outros. Neste sentido, os irmãos de Raquel, André e Paulo, admiravam o papel que o seu primo desempenhava na família, “O cónego sempre lhes pareceu eterno, um rochedo, grande bloco de basalto indestrutível” (Marques, 2009:103). Além disso, por ter sido várias vezes confrontado com a morte em seu redor, Nicolau teve um papel decisivo no acompanhamento de Marcos que se encontrava devastado pela morte da sua esposa, estando sempre ao lado do seu primo antes, durante e após as cerimónias fúnebres.

Quando referimos o papel da Igreja Católica como entidade reguladora da sociedade, sobretudo no século XIX, julgamos pertinente referir que associado a esta ideia, surge o papel das mulheres na sociedade, visto serem um alvo maior de controlo quando comparadas com os homens. Nessa época, cabia aos homens gerir a nível económico os lares, tratando de saírem de casa e de se ocuparem das tarefas que trouxessem o sustento às suas famílias: “N’*O Último Cais*, são os homens que gerem os negócios da família e as enriquecem economicamente, como Marcos, que é médico no Hospital e é ainda voluntário nos navios da Marinha” (Costa, 2013:196). As mulheres eram responsáveis por gerir a casa e os filhos, ficando estas, muitas das vezes, confinadas ao ambiente caseiro. No meio rural, observava-se que as mulheres tinham menos oportunidades de aceder ao nível laboral ou educacional quando comparado com a facilidade que tinham as mulheres citadinas, sobretudo, por causa das suas reduzidas posses.

Helena Marques apresenta-nos, ao longo de *O Último Cais*, diferentes perfis de mulheres, destacando as que se afiguram mais rebeldes, com o intuito de assinalar a mudança de consciência que se veio a verificar no final do século XIX e início do século XX, relativamente à causa feminina. Segundo Monica Rector, as personagens femininas de maior destaque na obra, são:

Raquel, a personagem principal, é a mulher feliz, que deixou de ser Penélope; Constança é a infeliz, que se recolhe após um casamento frustrado, é a morta-viva; Maria e Marta são duas solteironas por opção;

sua mãe, Maria Alexandrina, é a mulher-parideira; Catarina Isabel é a mulher profissional, nos primórdios do trabalho feminino; Violante é a mulher estéril apesar do amor; Benedita é a conservadora por escolha própria; Charlotte é a sufragista comedida; Clara é a mulher-cândida, que reúne em si a paz e a harmonia; e, por fim, Luciana, a mulher-livre, que anuncia a mulher do século XX. (Rector, 2004:94).

Em *O Último Cais* é estabelecida uma relação entre a personagem de Raquel e Penélope, uma figura da mitologia grega que espera o regresso do seu marido, herói da guerra de Tróia, Ulisses. Raquel é, à semelhança de Penélope, a esposa que fica em casa, aguardando o ansiado retorno do seu marido, que neste caso concreto, tem a função de acompanhar a marinha como médico e, por isso, ficar longos períodos longe da sua casa, da sua família e da sua amada. A personagem feminina, emprestando a sua voz a outras mulheres, questiona-se de forma frequente quando será a sua vez de partir e de poder experienciar o mundo tal como muitos o podem fazer: “E eu? O meu quinhão é esperar. Dentro de casa. Fiando. Ou olhando o mar. Sorri, apesar de tudo” (Marques, 2009:26). Quando Helena Marques refere que Raquel deixou de ser Penélope, esta ideia refere-se ao mito de Penélope, mito esse que integra a obra *Odisseia*³⁹, de Homero e que tem como herói, Ulisses que é o marido da personagem que passava os dias no seu lar, a fiar, tal como Raquel faz referência⁴⁰.

Apesar da referência a Penélope, Raquel, em *O Último Cais*, é uma das personagens que representam uma consciência vanguardista para a época e que desde cedo, se revelou ciente dos seus comportamentos e vontades. O seu principal desejo era ver o mundo e contactar com o seu passado. No entanto, fica em casa, cuidando dos filhos, à espera de que Marcos regressasse das suas viagens, à semelhança de Penélope que

³⁹A *Odisseia* é um cânone da literatura e foi escrita por Homero que se estima ter vivido no século VIII a.C. Na altura a transmissão de informação era oral e, por isso, só mais tarde foi transposta para rolos, o meio de escrita da época. Ainda existem fragmentos da obra perdidos. Em 2018 foi encontrada uma placa de Argila, em Olímpia, que contém 13 versos do poema. Estima-se que seja datada do século III d.C. Informação extraída do *Público*.

Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/07/11/culturaipilon/noticia/extracto-da-odisseia-de-homero-encontrado-na-grecia-1837612> - consultado a 7 de abril de 2021.

⁴⁰Ulisses, o herói, e marido de Penélope, teve de partir para a Guerra de Tróia, e por isso, a sua esposa ficou sozinha durante muitos anos, sem saber do paradeiro do seu marido. Perante a falta de informação e dadas as circunstâncias, o pai de Penélope sugeriu que a filha casasse novamente e, por causa da insistência, a filha aceitou um novo pretendente sob a condição de apenas casar quando terminasse de tecer uma colcha. Para demorar o máximo de tempo possível, ela tecia durante o dia e desfazia o trabalho durante a noite, na esperança de nunca conseguir terminar o seu trabalho até Ulisses retornar a casa. Passados muitos anos, disfarçado de mendigo para não ser reconhecido, Ulisses conseguiu retornar ao seu lar e ficar junto da sua esposa e filho. Informação extraída do programa da RTP “A Odisseia de Homero”, episódio 1. Disponível em: <https://www.rtp.pt/programa/tv/p30143/e1> - Consultado a 5 de agosto de 2021.

aguardava pela vinda do marido da guerra. Quando viajou pela primeira vez ao lado de Marcos, Raquel entendeu que “é autêntico, já não sou Penélope, já não sou a que fica fiando e tecendo, chegou a minha vez” (Marques, 2009:85). Além disso, esta entidade ficcional representa também o sacrifício das mulheres, na tentativa de serem mães, já que na época retratada pela obra, era comum as mulheres sofrerem complicações durante o parto. Embora o parto de Raquel se tenha tornado um pesadelo para a família pelo seu trágico desfecho, representou também uma benção, pois da morte de Raquel deu-se o nascimento de Clara, dando a ver o eterno retorno da natureza e assim da vida.

Quando Raquel entra em trabalho de parto e se percebe que o momento será mais complicado do que o esperado, discutem-se os poucos avanços da medicina em relação à obstetrícia: “a urgência de ser descoberta uma droga que desencadeasse o mecanismo a expulsão [...] Mas a ciência médica ainda não fizera a descoberta, o bebé não descia, Raquel enfraquecia cada vez mais.” (Marques, 2009:98). Apesar do desfecho trágico, é de sublinhar a nobreza de sentimentos da personagem, que se sacrificou para dar continuidade à vida e ao futuro. Afundado no desespero, Marcos acaba por se fechar numa bolha de sofrimento, durante um longo período. Apesar de tentar refazer a sua vida ao lado da prima Luciana, o protagonista anseia pelo “último cais”, que será, neste caso específico, a última etapa terrena e a possibilidade de reencontrar a sua amada, como se pode constatar no seguinte momento da narrativa: “estendia-se ao sol olhando os barcos através dos seus potentes binóculos, velho marinheiro na ponte de um navio ancorado, à espera de chegar ao seu último cais” (Marques, 2009:11). Na narrativa, esta circunstância é assinalada ao som da *Heróica*, de Beethoven: “Deixou de ser participante para tornar-se espectador [...] pensa ainda, num último assomo de humor e interesse, que encontrará Beethoven no Paraíso” (Marques, 2009:189).

Maria Alexandrina é outro exemplo de uma mulher que viveu em constante submissão ao marido, o que a levou à exaustão. Estava sistematicamente a engravidar e só confiava nas filhas Marta e Maria, para a auxiliarem aquando da chegada de um novo bebé à casa do Torreão: “Outro bebé nasceu no ano seguinte e no outro e no outro, até que desasseis irmãos encheram a grande casa, subvertendo totalmente a infância das duas mais velhas” (Marques, 2009:64). Maria Alexandrina representa a mulher que não vive feliz no seu casamento, pois sentia-se na obrigação de obedecer aos desejos do seu marido o que, por vezes, poderia conduzir a atitudes abusivas. Tentava escapar às vontades do marido, dado que os médicos avisavam que ela tinha de fazer pausas entre as várias

gravidezes, já que poderia vir a ser fatal para ela ou para os futuros filhos. As filhas também não entendiam o porquê de o pai não respeitar o tempo necessário que o corpo da mãe precisava para recuperar de cada vez que dava à luz um filho e isso gerava discórdia e angústia na família. Pela voz da narradora Helena Marques podemos antever a sua perspectiva sobre a condição das mulheres que:

eram usadas e abusadas, deixavam-se usar e abusar, consideravam ter nascido com esse destino e ser o acto sexual um prazer privativo dos homens [...] o mais vulgar era só se sentirem felizes nas primeiras maternidades, depois iam-se progressivamente instalando o medo, o cansaço, a vontade de fugir, não sabiam para onde, debatiam-se numa desesperada constatação de impotência (Marques, 2009:117).

Decorrente desta experiência de vida, Marta e Maria mantiveram-se longe do casamento e de qualquer relação física por temerem o cenário doloroso que sucedia habitualmente com as mulheres, e de que é exemplo Maria Alexandrina. Estas personagens afirmam-se independentes, por viverem sozinhas, sem uma companhia e sobretudo por serem independentes financeiramente já que desempenhavam a profissão de professoras: “Assumem a sua emancipação no mundo laboral e na vida pessoal, perante os comentários da sociedade” (Costa, 2013:198), talvez como uma forma de repudiar o papel feminino na época.

Constança, tia de Marcos Vaz de Lacerda, vive em constante angústia, marcada por um casamento de curta duração, sendo das figuras femininas mais afetadas pelo malogro do seu casamento. Em jovem, a tia Constança recebia pretendentes na sua casa, mas nenhum agradava a seu pai ou a ela e, por isso, convenceu-o de que o ideal seria ela escolher o seu futuro marido. Frederico de Magalhães foi o homem com quem a personagem decidiu casar, sendo esta união por amor e não por imposição, algo que não acontecia na maioria dos casos. Porém, este homem escondia que já tinha constituído família em Lisboa. Essa descoberta fez-se através de uma carta “chegada da capital [...] [que] revelava que Frederico de Magalhães era casado, com residência [...] em Lisboa, onde sua mulher se encontrava, viva e de boa saúde, cuidando dos quatro filhos do casal” (Marques, 2009:44).

Após este acontecimento, que teve grande repercussão na sociedade madeirense, Constança isolou-se na Quinta das Tílias e iniciou o seu luto em vida por uma relação e

união matrimonial fracassadas. À medida que os dias iam passando, tornava-se mais fria e distante de todos: “limitou-se a secar por dentro, a azedar no olhar e nos gestos. Revestiu-se de uma carapaça espinhosa” (Marques, 2009:45). Decorrente dessa experiência, a personagem escolheu não refazer a sua vida, isolando-se cada vez mais, “talvez por vergonha da sociedade que a recriminaria” (Costa, 2013:197). As pessoas de classes menos favorecidas, que recebiam esmola de Constança, após a missa a que costumava ir na capela das Babosas, apelidavam-na de “morta-viva”, como se pode constatar no seguinte excerto: “quando saía da missa das seis horas, na Capela das Babosas, em madrugadas frias de molhados nevoeiros, chamavam-lhe a morta-viva” (Marques, 2009:45). Havia uma pessoa que a personagem via com frequência quando saía da missa, a quem chamava de “abandonado”. Certo dia, o abandonado faleceu e Constança visitava constantemente a sua sepultura na tentativa de apaziguar a sua dor, visto que tentava encontrar naquele jazigo a presença de Frederico de Magalhães. Procurava, desse modo, completar o luto do malogro da sua relação. Este seu comportamento valheu-lhe também o apelido de maluca.

Luciana, em *O Último Cais*, é outra das personagens femininas criadas por Helena Marques que rompe com estereótipos na medida em que revelava ter um pensamento e comportamento vanguardistas e uma opinião sobre os homens que inquietava os costumes morais da sociedade. Foi, à semelhança de Constança, vítima de um matrimónio infeliz, pois casou com um noivo muito mais velho, escolhido pelo seu pai. Luciana descobre que o seu marido tinha necessidade de ter relações físicas constantes e, por essa razão, recorria às criadas da casa para satisfazer os seus prazeres carnavais. Luciana não se sentia feliz na vida íntima e a revolta tomava conta de si: “Não. Nunca chegou a ser bom. Para quantas mulheres será bom?” (Marques, 2009:119).

Como não se sentia feliz nessa relação, Luciana tentava não engravidar, recorrendo a métodos naturais, provenientes de conhecimentos ancestrais. Quem preparava esses métodos era uma criada que havia trazido da casa de seu pai, para viver com ela na Calheta, concelho onde ficou a residir após o casamento. Neste sentido,

a criada abria-se em receitas de antes e depois, chás que provocavam o fluxo menstrual e infusões para lavagens, Luciana aplicava-as todas, mesmo quando a sua utilidade era manifestamente duvidosa” (Marques, 2009:117).

Mais tarde, quando se tornou amiga de Catarina Isabel, percebeu que nesta altura, a medicina ainda não dispunha de mecanismos para travar a fecundidade e que, por isso, nenhum daqueles métodos utilizados seria fiável. O matrimónio foi-se desgastando e Luciana conseguiu libertar-se do jugo do marido após o seu falecimento. O seu carácter explosivo, revolucionário e independente levou-a a mudar-se para o Funchal para aí se fixar, sentindo-se finalmente livre de qualquer amarra de uma relação infeliz: “Estou viúva, rica, voltei para a minha casa do Funchal, tudo pode ainda acontecer – até mesmo tirar a limpo essa pequena dúvida de carácter íntimo” (Marques, 2009:119). Acabaria por se apaixonar por Marcos Vaz de Lacerda, entretanto viúvo, apesar de saber que o seu primo só pensava em Raquel mesmo após a sua morte. Luciana tentaria na mesma permanecer a seu lado, sabendo que nunca seria verdadeiramente amada por Marcos, submetendo-se assim a outro conflito emocional:

[Luciana] sabe que nunca o conquistou nem nunca o possuiu, Marcos deixou-se amar, sorveu nela o apaziguamento e a paz, a companhia e o prazer, Marcos amou-a mas dentro das limitações estritas que lhe consentia a fidelidade a Raquel. Estremece de mágoa e desalento, Raquel nunca desapareceu, ela sempre soubera, de resto, que Raquel estaria presente, não adianta procurar culpas [...] (Marques, 2009:181).

Também Catarina Isabel é uma personagem de relevo na obra de Helena Marques pois é uma jovem que se destaca na escola pelas suas classificações, e que consegue tornar-se médica, um feito raro para a época, dado que eram os homens que detinham o acesso à educação e a profissões tidas por nobres: “de tudo se ouviu no Funchal, onde meninas de desasseis anos não costumavam competir com rapazes, sobretudo em matéria de estudos” (Marques, 2009:121). Trata-se de um marco apontado por Helena Marques que vem enaltecer um facto real que se relaciona com as primeiras mulheres a se formarem em Medicina na Ilha da Madeira, no início do século XX.⁴¹ Catarina Isabel simboliza o início do esbater de diferenças entre homens e mulheres, uma vez que começou a competir no universo profissional masculino que era, na época, muito rígido e seletivo, facto assinalado na obra por Luciana: “Minha cara, não te basta seres a primeira médica

⁴¹Inferimos que Helena Marques transpôs para a ficção um facto real: as primeiras mulheres a serem ordenadas médicas pela Escola Médico-Cirúrgica do Funchal em 1902. Tratou-se de Palmira da Conceição e a sua irmã Henriqueta Gabriela, que passaram em todos os exames com distinção, “Concluíram o curso na Escola Médico Cirúrgica do Funchal aproximadamente 250 graduados, entre as quais se destacaram duas médicas (Henriqueta Gabriela de Sousa e Palmira Conceição de Sousa)” (Silva C. , 2021:17).

madeirense” (Marques, 2009:116). Para além de ser um feito termos a primeira mulher médica madeirense, que teve a ousadia de competir num mundo de domínio masculino, julgamos pertinente destacar o papel desta mulher médica: o de ser também conselheira e ouvinte das mulheres madeirenses que encontravam em Catarina uma fonte de segurança para poderem expor, sem preconceito, os seus problemas mais íntimos, fossem eles relacionados com a sexualidade feminina, que era um tabu no presente da diegese ou fossem eles interligados com conflitos matrimoniais, tais como abusos ou infidelidades. Crescia na sociedade madeirense uma nova consciência e, apesar da população estar dividida em relação ao avanços da comunidade, a meta alcançada por Catarina Isabel mereceu diversos elogios: “Os meus Parabéns. Já vai sendo tempo de as mulheres serem tratadas como mulheres” (Marques, 2009:122), afirma o cónego Nicolau.

Sublinhe-se que o século XIX marca o despertar para uma maior consciência em relação ao papel da mulher e, nesse campo, Helena Marques destaca algumas das lutas levadas a cabo por feministas em prol de um mundo melhor. É salientada a luta antiesclavagista que ia ganhando poder muito lentamente: “Em 1848? Há quase quarenta anos? E ainda sem resultados!” (Marques, 2009:120). Realça-se ainda o direito das mulheres ao voto que, segundo Luciana, era outro atraso da sociedade “E isto do acesso ao voto é uma verdadeira revolução, Luciana, mexe com estruturas milenárias, não se pode atingir com facilidade” (Marques, 2009:120).

Assim sendo e, porque neste caso são as mulheres que tendem a ser, frequentes vezes, os seres mais prejudicados ou criticados pela sociedade, julgamos ser útil incluir nesta investigação a visão de Rosi Braidotti, sobre o conceito de “diferença”. Braidotti sublinha no seu ensaio “A Diferença Sexual Como um Projeto Político Nómada”, que o conceito de diferença discutido por várias pensadoras, em todo o mundo, adquiriu contornos de discórdia isto porque, a noção de diferença passou a ser vista como o contrário de igualdade, propondo binómios como sexo/género e homem/mulher. Quer isto dizer que começaram a considerar o feminino como um ser universal, pondo de parte questões como raça, cor, etnia, sexo, entre outros. A controvérsia começa quando se categoriza a mulher como sujeito único:

[...] a compreensão de um sujeito feminino universal em oposição ao masculino, desconsiderando outros marcadores da diferença e da experiência das mulheres, como raça, etnia, classe, idade. Essa concepção foi alvo de muitas críticas, sobretudo, por feministas de cor,

lésbicas, judias e de grupos minoritários, que não compartilhavam da experiência do feminismo branco, de classe média e heterossexual (Furlin, 2014:2).

Neste contexto, Braidotti sugere que não se reflita sobre a Mulher com uma identidade única, mas que pensemos em Mulheres como uma entidade múltipla. As Mulheres são seres que dão a ver a diversidade, no sentido em que temos a mulher branca, a mulher negra, a mulher italiana, a mulher inglesa, a mulher judia, a mulher madeirense, entre outras. O que significa que não se deve categorizar a Mulher, pois isso seria elevar a universal apenas uma Mulher, inferiorizando todas as outras e, sobretudo, as que pertencem a grupos minoritários, no qual poderíamos incluir as mulheres camponesas madeirenses, por exemplo. Como é referido por Braidotti,

As novas teóricas dos anos 90 estão, conseqüentemente, a trabalhar com a multiplicidade de variáveis que definem a subjetividade feminina: raça, classe, idade, preferências sexuais e estilos de vida, como grandes eixos de definição da identidade (Braidotti, 2002:158)

O conceito de diferença teve contornos díspares ao longo dos anos. Quando se percebeu que era um fator de exclusão surgiu a necessidade de provar e afirmar que a diferença não é algo pejorativo, já que permite conhecer diferentes tipos de diversidade que se podem complementar uns aos outros. Esta urgência partiu de mulheres que se sentiam fragilizadas de algum modo pelas imposições da sociedade. Destacando a epígrafe de Herberto Helder, em *O Último Cais*, “Começa o tempo onde a mulher começa”, Helena Marques procura não só enaltecer a beleza da Ilha da Madeira e das suas gentes, mas também valorizar ainda o percurso feminino ao longo dos anos, sobretudo no século XIX, numa época em que o pensamento crítico acerca da posição da mulher perante a sociedade ganhava outros contornos. É a partir dessas mulheres que vivem alheadas do mundo, como é o caso de algumas mulheres madeirenses, por habitarem numa porção de terra rodeada por água, que se vai originar a necessidade de mudança, pois é através do retrato de minorias ou eventualmente de seres mais fragilizados que urge mudar mentalidades. É neste sentido que a obra de Helena Marques vem intervir no pensamento da sociedade com questões intemporais.

No caso concreto, a autora narra percursos históricos de personagens femininas que fugiram à regra, que se destacaram de outras presenças, nas comunidades em que se inseriram. Estas personagens femininas retratadas em *O Último Cais* são figuras moldadas pelo tempo e pelo espaço em que se inserem, tendo em conta as condicionantes persistentes de viver numa ilha. Algumas dessas entidades ficcionais são também o espelho de uma sociedade mais abastada com mais recursos e, deste modo, com mais acesso à educação, factor que permite ter um pensamento crítico mais aberto, constituindo-se assim, a racionalidade, um instrumento de luta. É ainda atribuída, a Helena Marques, a capacidade de conseguir transpor factos históricos para a ficção, e de ainda transportar “ a sua análise para o universal e para o intemporal, pelo que as lutas femininas da obra ainda permanece com actualidade e poderiam (poderão) localizar-se em qualquer espaço” (Costa, 2013:205).

O século XIX ficou marcado por uma mudança de mentalidades que foi além das lutas femininas, abrangendo também uma tomada de consciência da comunidade a nível político. Como tem sido mencionado ao longo desta investigação, esta época foi assinalada por uma instabilidade política que dividiu o país entre liberais e absolutistas. Apesar dos liberais terem ganhado e de esta facção se identificar por ideais aparentemente mais benéficos para a população, o povo português ansiava pelo momento em que a República chegasse. Nesse sentido, sobretudo as camadas populacionais mais cidadinas, como é o caso da família de Marcos e Raquel, adquiriam, na altura, tendo em conta as oportunidades de ensino que tiveram, uma consciência mais preparada para refletir sobre o ambiente envolvente: “Marcos, as pessoas finalmente acordam. Depois da Revolução Francesa e apesar da sua actual falência, os ideais republicanos não podem morrer.” (Marques, 2009:96).

Apesar das camadas populacionais menos abastadas não terem por vezes facilidade para entender e discutir política de forma desenvolvida, existia um sentimento de descontentamento e impotência face à figura máxima do poder em vigência. Na obra, é descrito que “Não consta que el-rei, lá em Lisboa, esteja preocupado com o desemprego e a miséria que grassam no reino” (Marques, 2009:138). A sociedade tecia duras críticas a D. Carlos I, rei de Portugal entre 1889 e 1 de fevereiro de 1908 aquando do seu regicídio. Quando chegou ao poder, “há muito que em Portugal se ansiava e se discutia a necessidade de uma força de repusesse o ânimo da nação.” (Silva I. C., 2019:65). À medida que avançavam os anos, o descontentamento geral aumentava, pois algumas das

decisões que o rei tomava não eram bem vistas, sobretudo quando o assunto se relacionava com a presença inglesa. No início do reinado, o rei viu-se confrontado com uma crise diplomática que ficou conhecida por “o ultimato inglês”⁴², que veio opor Inglaterra a Portugal. O rei acabou por ceder visto que o reino português era dependente a nível de apoios financeiros do reino da Grã-Bretanha.

Em *O Último Cais*, é referida a preocupação na mudança de regime pelo facto de a população do espaço insular tender a ser a mais prejudicada, visto estar mais longe do continente, ou seja, mais distante de onde se tomavam as decisões e, assim, de onde se produziam mais os efeitos dessas medidas. Na ilha tudo chegava mais tarde e tudo acontecia ou se desenvolvia também a um ritmo mais lento. Por exemplo, o 25 de abril foi um evento que não foi vivenciado de forma tão efervescente como foi em Lisboa, lugar onde se concentrava o poder e onde se sedimentou a Revolução dos Cravos. À semelhança dos continentais, os ilhéus não se identificavam com a falta de ação do rei perante as necessidades da sociedade, fossem elas as crises na agricultura, a falta de emprego ou o diminuto acesso à educação:

[Luciana] Sem dúvida, mas se a monarquia não promove a educação, se não aumenta o número de escolas, se não incentiva e financia os estudos dos mais pobres, há que fazer cair a monarquia – ou nunca mais haverá homens capazes de ler, reflectir e julgar (Marques, 2009:165).

Somando todos estes fatores, o reinado de D. Carlos acabaria por perder a popularidade que conhecera no seu início. Em fevereiro de 1908, o rei e o seu filho, Príncipe Luís Filipe, foram assassinados enquanto a comitiva real passava na Praça do Comércio, situada em Lisboa. O sucessor ao trono, D. Manuel II com 18 anos, não tinha qualquer experiência política o que deixou o trono português numa posição de vulnerabilidade. Enquanto o jovem rei tentava comandar o país, os membros de partidos republicanos aproveitavam para avançar com os seus ideais e, cerca de dois anos mais tarde, a monarquia seria derrubada, dando lugar à Implantação da República, a 5 de

⁴²Momento marcante na história portuguesa, a 11 de janeiro de 1890 decorrente do fracasso do projeto “mapa cor-de-rosa”, que foi uma tentativa de Portugal em expandir os seus territórios africanos. O que se verificou foi um descontentamento por parte da Inglaterra, que exigiu através de um ultimato, a retirada das tropas portuguesas entre as regiões de Moçambique e Angola evitando assim essa expansão territorial. Informação extraída da página *online* do Parlamento.

Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Ultimato-britanico.aspx> - consultado a 12 de abril de 2021.

outubro de 1910⁴³. Apesar de ser um momento pelo qual os portugueses ansiavam, de forma geral, o que se verificou foi uma instabilidade política que persistiu nos anos seguintes até cerca de 1926, com vários governos a serem eleitos num curto espaço de tempo, até António de Oliveira Salazar assumir o controlo do poder, dando início a uma nova era governamental em Portugal.

Os ilhéus abordavam as temáticas políticas sob várias perspetivas e em diversos contextos, sendo o mais comum o diálogo através do ajuntamento de pessoas. Na época, chegaram a ser criados clubes e associações onde se discutiam esses e outros assuntos da sociedade. A Farmácia Ribeiro era, à luz de *O Último Cais*, um desses locais no Funchal, onde as pessoas se juntavam. Marcos chega a referir que:

o cónego [Nicolau] era acérrimo defensor da república e era membro assíduo da tertúlia da Farmácia Ribeiro, para onde me arrastava de vez em quando. Depois da morte do cónego, mantive o hábito mais por gosto da companhia” (Marques, 2009:164).

Estas relações sociais eram importantes na medida em que permitiam um maior contacto entre indivíduos, visto que, no século XIX, não existia tantas ocupações, razão pela qual a população dava primazia aos contactos presenciais como mecanismos lúdicos ou de difusão de pensamentos e saberes.

Uma outra forma de a população ocupar o tempo é representada na obra pelos eventos esporádicos que decorriam no Funchal, como é o caso das sessões de Ópera que tinham como objetivo trazer novidades à ilha por meio das artes, para tirar este espaço da monotonia habitual que seria a dinâmica social quando não aportavam os esperados navios: “[Benedita, Dr. Bradshaw e Rodolfo] falam da companhia de ópera que veio trazer o *Rigoletto*⁴⁴ ao Funchal e das excelentes récitas que tem proporcionado a uma cidade sitiada pelo mar e dependente dos navios para quase tudo” (Marques, 2009:174). Estes eventos decorriam em diversos espaços, normalmente no Funchal. Tratando-se de

⁴³Informação extraída da notícia do *Diário de Notícias*: “Aconteceu em 1908 - Morte de D. Carlos e do príncipe herdeiro” (2/02/2020). Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-fev-2020/morte-de-d-carlos-e-do-principe-herdeiro-11776208.html> - Consultado a 12 de abril de 2021.

⁴⁴*Rigoletto* é uma peça da autoria de Francisco Maria Piave sobre uma peça de Victor Hugo “Le Roi s’Amuse” (esta peça estreou em 1832, sendo proibida de voltar a ser apresentada por se considerar de conteúdo imoral). Estreou no teatro “La Fenice” em Veneza, a 11 de março de 1851.

Informação extraída da página online da RTP. Disponível em: https://www.rtp.pt/antena2/argumentos-de-operas/letra-v/giuseppe-verdi_117_126 - Consultado a 12 de abril de 2021.

ópera ou peças de teatro, seria comum serem apresentadas no Teatro Baltazar Dias, um monumento centenário localizado no centro do Funchal.⁴⁵

Outro dos lugares onde habitualmente se concentravam os ilhéus e os estrangeiros era o café Golden Gate, onde se reuniam sobretudo as camadas mais ilustres da sociedade madeirense e todos os que pela Madeira passassem, fosse por motivos de emigração, comércio ou turismo. Apelidado pelo escritor Ferreira de Castro, na sua obra *Eternidade*, de uma das esquinas do mundo, pois era “um dos mais dobrado, em todos os dias do ano, pelo espírito cosmopolita do século”⁴⁶, o Golden Gate continua a ser frequentado ainda no século XXI. Também Raul Brandão, em *As Ilhas Desconhecidas*, se refere a este espaço considerado emblemático e parte integrante da história da Madeira, como um lugar de constante movimento que retrata o dia a dia de uma população à qual acresce, ainda, o deambular de indivíduos das mais variadas nacionalidades:

Sentado à porta do Golden Gate, ouço o apito do vapor, e já sei o que se vai passar: muda a armação como um cenário de mágica. Surgem homens com grandes chapéus de palha para vender bordados, colares falsos de coral, cestos de fruta; iluminam de repente as lojas, e segue o desfile de tipos – pretas de Cabo Verde com foulards vermelhos na cabeça, mulheres planturosas, alemães maciços, portugueses esverdeados e febris que regressam das colónias, velhas inglesas horríveis que vêm não sei donde e partem não sei para onde, desaparecendo para sempre no mistério insondável do mar (Brandão, 2002:86).

Os espaços que acabamos de enumerar eram, de forma geral, visitados por pessoas de classe média alta ou por estrangeiros com poder económico, não podendo as camadas menos abastadas da ilha frequentar estes eventos por não acompanharem os padrões sociais mais elevados e por não possuírem rendimentos. Não obstante, as classes sociais

⁴⁵Sob o comando de Eugénio Cotrim e o italiano Luigi Manini, o Teatro Baltazar Dias foi construído em 1888 e conta com elementos arquitetónicos e decorativos que remontam aos tempos do teatro grego, considerado o berço da representação. O nome do espaço resulta de uma homenagem a um dramaturgo cego nascido na Ilha da Madeira no século XVI de seu nome Baltazar Dias. Informação extraída da plataforma *online* Madeira. Tão tua, da Secretaria Regional do Turismo e Cultura, disponível em: <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/o-que-fazer/cultura/pesquisa/teatro-municipal-baltazar-dias> - Consultado a 12 de abril de 2021.

⁴⁶Informação extraída do *Funchal Notícias*. Disponível em: <https://funchalnoticias.net/2016/11/23/historiador-alberto-vieira-lembra-que-nao-e-correto-chamar-ao-golden-a-esquina-do-mundo-e-que-raul-brandao-referiu-se-a-ele-antes-de-ferreira-de-castro/> com o título “Historiador Alberto Vieira lembra que não é correto chamar ao Golden a esquina do mundo e que Raul Brandão referiu-se a ele antes de Ferreira de Castro”, por Emanuel Silva - Consultado a 12 de abril de 2021.

menos abastadas também tinham os seus convívios sociais, ainda que em ambiente totalmente diferente. O meio agrícola era um desses palcos, onde se juntavam famílias na lavoura dias inteiros em busca do sustento e, enquanto trabalhavam discutiam diversos assuntos interligados com os problemas que enfrentavam no quotidiano. O bordado era outro motivo para o ajuntamento, de mulheres. Enquanto bordavam, profissão que desenvolviam em casa, procuravam contribuir monetariamente para a economia da casa. Além disso, havia transmissão de conhecimentos através desta prática uma vez que as mulheres mais velhas ensinavam às mais novas a técnica do bordado ao mesmo tempo que comentavam sobre assuntos familiares, íntimos e da vida da Ilha.

O bordado Madeira é uma das atividades identitárias e culturais do espaço insular a par com a cultura do vinho, banana, cana-de-açúcar e muitos outros elementos que se distinguem como marcas identitárias da Madeira, espaço que difere dos demais. Este reconhecimento já se expandiu além fronteiras e, atualmente, esta técnica é apreciada em inúmeras partes do mundo. A personagem Raquel, em *O Último Cais*, disse dá conta ao fazer alusão aos momentos em que a tia do seu marido bordava: “A tia Constança borda os eternos filés” (Marques, 2009:78), enquanto conversa com os seus sobrinhos. Apesar de provavelmente não o fazer em busca de rendimentos, esta atividade era transversal a todas as idades e classes da sociedade, dado que os conhecimentos eram transmitidos de geração em geração. Inicialmente, “era uma atividade dominada pelas damas das classes mais abastadas, bem como das religiosas dos conventos”⁴⁷ e, com o passar do tempo, alargou-se a mulheres de todas as camadas sociais e idades, o que permitiu também desenvolver e melhorar esta arte que se afirmou perante o mundo a partir da segunda metade do século XIX. Gaspar Frutuoso⁴⁸ salienta, em *Saudades da Terra* que:

as delicadas mulheres da Ilha da Madeira, que além de serem [...] discretas, e virtuosas, são extremadas na perfeição delles, e em todas as invenções de ricas cousas que fazem, não tão somente em pano com

⁴⁷Informação extraída da plataforma *online* Bordado Madeira, da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Disponível em: <https://bordadomadeira.com/bordado-madeira/historia-e-tradicao> - Consultado a 13 de abril de 2021.

⁴⁸Gaspar Frutuoso é considerado o “pai” da história açoriana. Julga-se que tenha nascido em Ponta Delgada em 1522 e falecido em 1591. Deixou-nos o seu testemunho de viagem ao escrever a obra *As saudades da terra* em que aborda vários aspetos das ilhas açorianas e madeirenses. Informação extraída da página *web* de Cultura do Governo dos Açores.

Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9828> – Consultado a 13 de abril de 2021.

polidos labores”, referindo-se aos bordados madeirenses (Frutuoso, 1873:920).

O bordado é o resultado final da arte de decorar uma base que pode ser têxtil, usando tecidos tais como linho, seda, algodão, entre outros, e serve para fazer peças de vestuário, bem como elementos decorativos para as casas como toalhas de mesa, lençóis, lenços e *naperons*, chamados os “caminhos de mesa”, um tipo de decoração, cada vez mais em desuso. No mundo inteiro há diferentes tipos de bordados e crê-se que, aquando do descobrimento da ilha, já o bordado era praticado em Portugal, acreditando-se que foi trazido pelos colonos. O que difere o Bordado Madeira de outros bordados é a fuga à regra. O desenho era caracterizado como livre, da autoria das bordadeiras, com desenhos originais que eram feitos diretamente sobre os tecidos escolhidos e, posteriormente, bordados com as linhas de cores necessárias. Regiam-se pelos brancos, azulados e cremes e, mais tarde, nos séculos XX e XXI, por cores mais variadas: “Ponto matiz, ponto corda, ponto garanito, ponto sombra e ponto bastido, primeiro com linhas azuis, brancas e cinzas, e mais tardiamente, usando os beges, fazem parte apenas da fase quase final do processo de produção, culminando em autênticas obras de arte” (Silva, 2018:1).

Esta marca do artesanato madeirense conseguiu conquistar o seu lugar inclusive no mundo da moda, além fronteiras. Exemplo disso foi a parceria estabelecida com a marca internacional americana *Chanel*. Em outubro de 2014, com palco em Paris, uma das mais importantes passerelas do mundo da moda, a marca Bordal estreou-se com modelos simples de gola a pedido da marca americana. É referido que um dos motivos pelas quais, nos nossos dias, os bordados se distinguem mundialmente relaciona-se em primeiro lugar com o seu prestígio e, depois, com o trabalho feito nas redes sociais e em páginas *web*, mecanismos dinamizadores e difusores de informação, que permitiram à marca madeirense auferir mais rendimentos e atingir ainda mais o reconhecimento internacional, representando a cultura madeirense além dos limites impostos pelo mar⁴⁹. Dentro das fronteiras portuguesas também se processaram vários eventos em que a Bordal participou, tal como, em 2018, uma parceria estabelecida com Filipe Faísca, um reconhecido *designer* de moda português. A convite do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, Filipe Faísca viajou até à Ilha da Madeira para poder estudar

⁴⁹Informação extraída da página *online* da RTP.

Disponível em: <https://www.rtp.pt/madeira/economia/bordado-madeira-associa-se-a-chanel> 521.
Consultado a 13 de abril de 2021.

e avaliar as características dos bordados madeirenses. Durante este processo foi possível o *designer* ficar a conhecer mais aspetos da cultura e das gentes do espaço insular, uma vez que conversou com bordadeiras para melhor compreender o processo criativo.⁵⁰

Este elemento identificador da cultura madeirense não é o único que sobressai tanto a nível nacional como a nível internacional. Ancorado a esta temática surge o clima, valorizado em diferentes vertentes, factor que se relaciona com o turismo, um elemento primordial da economia madeirense. A fauna e a flora são ainda outros tópicos merecedores da nossa atenção, nesta investigação, uma vez que este tema ligado aos dois mencionados anteriormente, constituem um grupo de características que colocam a ilha numa posição de destaque, permitindo a vinda de milhares de pessoas anualmente, atraídos pela beleza das paisagens e do modo de vida madeirenses.

A ilha da Madeira beneficia de temperaturas amenas durante quase todo o ano, não se observando grandes oscilações entre a temperatura diurna e noturna ou na temperatura anual, o que é apelativo para quem quer visitar o espaço islenho. Disso nos dá conta Helena Marques, ao referir que os ilhéus apreciavam o clima madeirense: “[Luciana] gostara de viver na Calheta, o clima era óptimo, muito seco, e o casarão das Giestas dispunha de todo o conforto possível” (Marques, 2009:163), mas quem vinha por algum motivo a este espaço insular exaltava de igual forma essa característica. Um exemplo do valor que é atribuído ao clima madeirense prende-se com uma conversa entre Harry Bradshaw e Benedita, filha de Raquel. Harry Bradshaw e a sua esposa são velhos amigos de Marcos Vaz de Lacerda e de Raquel Passos Villa e, estavam de passagem pela madeira vindos da Guiana Britânica, local onde acompanharam a gravidez e a fatalidade que ocorreu a Raquel. Harry afirmou que “A Madeira é o local ideal para fazer a transição dum clima equatorial para os frios ingleses.” (Marques, 2009:175), quando Benedita perguntou se iam permanecer na ilha. O casal queria regressar a Inglaterra, decidindo fazer uma paragem pela ilha de temperaturas amenas, como forma de fazer a transição dos climas quentes da Guiana para os conhecidos climas frios ingleses. Esta característica continua a ser uma das várias pelas quais os turistas escolhem a ilha da Madeira como destino de férias para descanso, ou como um local novo para partir em aventuras de exploração.

⁵⁰Informação extraída da página online do jornal *Portugal Têxtil*.

Disponível em: <https://www.portugaltexil.com/filipe-faisca-borda-tradicao/> - Consultado a 13 de abril de 2021.

Este tema poderá, por sua vez, conduzir-nos à temática do turismo, um dos pilares de muitas sociedades ao redor do mundo e, sobretudo, de sociedades insulares como a da Ilha da Madeira: “Portugal considera o turismo como um setor estratégico no desenvolvimento da sua economia, sendo a Madeira uma das principais áreas recetoras de turistas do país.” (Rodrigues, 2016:70). No caso concreto da Madeira, o turismo é considerado a principal força motriz económica da sociedade insular, na medida em que os condicionamentos gerados pelo isolamento levam à carência económica, necessitando o povo de encontrar soluções que venham colmatar esse efeito.

No século XIX, o vinho e a cana-de-açúcar começaram a ter mais sucesso dentro e fora do solo português e a exportação começou a aumentar significativamente. De igual modo, o bordado que ganhou maior dinamização no final desse século, começou a atrair mais curiosos para a ilha. O contributo dos ingleses e alemães mostrou-se imprescindível, pois foram, no caso específico, famílias provenientes de Inglaterra e Alemanha que contribuíram para que o bordado evoluísse e chegasse à comercialização internacional: “É Miss Elizabeth Phelps, filha de um importante comerciante britânico, quem primeiramente abre as portas de sua casa para criar uma escola de bordado. Mulheres jovens e mais velhas, começam assim a aprender a técnica e a arte de bordar e urdir” (Silva, 2018:1), e ao mesmo tempo partilhar em conversas, histórias de vida de cada uma.

Na época retrada em *O Último Cais*, chegar à ilha da Madeira só era possível através da via marítima, por barco, visto que o meio aéreo só começou a ser possível na primeira metade do século XX. Dentro da ilha, as travessias entre locais faziam-se através de vários métodos: a pé, burro ou mula, carros de bois, palanquim ou ainda de barco entre concelhos. Os automóveis ainda não tinham chegado à Madeira em meados de 1800, sendo que o primeiro carro que chegou a Portugal foi pela mão do conde Jorge de Avilez, em 1895, “indiciando-se assim que o automóvel deverá ter feito pouco mais do que a sua viagem inaugural”, dado que como era um meio novo, apresentava ainda alguns erros a corrigir (Rodrigues J., 2012:57)⁵¹.

As camadas menos abastadas da sociedade madeirense deslocavam-se a pé, ou recorriam aos animais como força de tração, utilizando burros, mulas ou bois. Além de servirem de transporte para os humanos, estes animais auxiliavam ainda nas tarefas

⁵¹A título informativo, aos poucos começavam a chegar mais carros a Portugal, mas só na década de 60 do século XX é que se verificou um aumento significativo no ramo da importação automóvel.

agrícolas, transportando os alimentos dos campos necessários para as vendas nas cidades. As camadas mais abastadas da sociedade eram transportadas por norma em carros de bois de melhor qualidade ou decorados conforme a ocasião, ou em palanquins, meio de transporte que se extinguiu no século XIX. Em *O Último Cais* faz-se referência aos animais como meio de transporte. Exemplo disso são as personagens Luciana e Filomena que “montaram as mulas que aguardavam” (Marques, 2009:166), ou Benedita e Afonso durante o cortejo do seu casamento em carros de bois “são uma curiosa variante de trenós com caixa de vimes fechada por cima e aberta aos lados, os boieiros⁵² vestidos de linho branco incitam os animais na subida íngreme” (Marques, 2009:133).

É ainda referido, na obra, as travessias marítimas que ligavam os vários concelhos da zona sul, no sentido este-oeste e vice-versa. O objetivo deste barco, além de transportar pessoas, era o de levar mercadorias em grandes quantidades dos concelhos do campo para a cidade, a fim de as vender, e da cidade para o campo com o intuito de abastecer a população: “o barco fizera escalas na Ribeira Brava e na Ponta do Sol, Luciana começava a sentir-se cansada [...] chegaram por fim à Calheta, Ferdinando ajudou-a a descer para o bote, os remadores fizeram-se à praia” (Marques, 2009:166). Durante a viagem, Filomena, a mulher encarregada de servir Luciana, abismou-se com o Cabo Girão, o mais alto promontório da Europa, localizado no concelho de Camâra de Lobos, enquanto Luciana contemplava com atenção e admiração aquele local: “acudiram-lhe à memória os ensinamentos do colégio, o mais elevado promontório da Europa, quinhentos e oitenta metros acima do nível do mar” (Marques, 2009:166).

No campo dos transportes temos ainda o palanquim para transportar as pessoas de elite da sociedade e a rede, modelo semelhante que transportava os menos abastados ou os doentes. Ambos eram suportados pela força de homens que, por vezes, poderiam carregar a pessoa durante horas até ao destino, como foi o caso de doentes do campo que foram transportados nas redes para o Funchal para serem vistos pelo médico escocês Robert Kalley. O palanquim ou rede, frequentes vezes comparado à liteira, consistia numa estrutura em madeira com tecido ou uma rede para que uma pessoa pudesse ser transportada quase numa posição horizontal, com dois transportadores: um homem em cada extremidade do palanquim ou rede.

⁵²“Boieiro ou Boeiro, Condutor de bois, das zorras ou dos carros de bois” (Caldeira, 1961:19).

Quando se fala do início do turismo na Madeira, a opinião dos historiadores divide-se entre o século XV/XVI e o século XIX, pois nos séculos XV e XVI crê-se que as viagens tinham como destino a exploração territorial e o comércio, enquanto no século XIX o foco destinava-se a lazer, ou no caso concreto da ilha da Madeira, fins medicinais relacionados com a qualidade terapêutica do ar. Julgamos pertinente referir que foi no século XIX que a imagem da Madeira mais se difundiu e se internacionalizou além fronteiras graças ao contributo de figuras ilustres da sociedade portuguesa e internacional que passaram pelo espaço insular. Julio Diniz, Antero de Quental, John dos Passos, a ex-imperatriz do Brasil, D. Amélia de Bragança, a princesa Carlota da Bélgica ou a imperatriz Sissi da Áustria são algumas das personalidades de relevo da sociedade que passaram pela Ilha da Madeira, na sua maioria em busca dos ares considerados medicinais para combater doenças pulmonares, como o caso da tuberculose, de que padeciam. É a partir deste acontecimento que a Madeira ganha, no século XIX, o atributo de destino de turismo terapêutico: “O Funchal encontrava-se também muito bem apetrechado de farmácias, assim como de hospitais, aptos a fazerem face a qualquer eventualidade das doenças pulmonares.” (Carita, 2019:273).

Começou-se a divulgar a ilha através de cartas e guias que num primeiro momento se destinavam aos doentes, na tentativa de atrair para o espaço insular mais pessoas que viessem comprovar as capacidades curativas do clima da Madeira para lidar com as doenças pulmonares. A curiosidade apontava também para pessoas saudáveis que, ouvindo falar dos ares madeirenses aliados à beleza da ilha, queriam visitá-la.

Em *O Último Cais* são feitas algumas referências à fauna e flora que distinguem a Madeira de outros espaços. No que concerne à fauna, é feita uma referência às mantas, uma ave de rapina que embora não sendo exclusiva do Arquipélago da Madeira, é lá que se observa com maior incidência: “[Filomena] Olhe as mantas, menina, olhe as mantas” (Marques, 2009:166). As mantas pertencem a um grupo de interesse especial, ou seja, são espécies que não estão em perigo de extinção ou vulneráveis, mas que requerem uma atenção redobrada devido “à sua singularidade, valor científico, ecológico e cultural” (Faria & Jardim, 2006:12). Esta ave habita junto a falésias, sobretudo costeiras, daí ter sido avistada perto do Cabo Girão, uma zona de falésia na costa sul madeirense.

Consideram-se sob perigo, por exemplo, a osga das Selvagens, a freira da Madeira ou o pombo trocaz, que são, respetivamente, réptil e aves, estando atualmente sob supervisão das entidades competentes. Um réptil que é muito conhecido no

arquipélago é a lagartixa da Madeira, cujo habitat é generalizado nestas ilhas, sendo estes répteis frequentes vezes avistados em terrenos agrícolas como vinhas ou bananais, em casas rurais e até mesmo em centros urbanos. Existem em grandes quantidades e, embora seja uma espécie protegida, é considerada um problema pelo que muitas pessoas recorrem a venenos ou armadilhas para diminuir o seu número.

Relativamente à flora, salienta-se no romance de Helena Marques a diversidade de flores e plantas que existe no Arquipélago da Madeira, (algumas de origem endémica e outras trazidas aquando das viagens marítimas portuguesas), através de um jardim em que Constança observava o crescimento das flores: “Constança regressou lentamente ao jardim onde gerberas, rosas, agapantos e manhãs-de-páscoa se abriam ao sol de Março, filtrados pelas copas de carvalhos e abacateiras e de uma altíssima araucária que se avistava,” (Marques, 2009:35) e de uma estufa na qual Raquel passava os seus dias, atarefada: “Na estufa de begónias, Raquel executa os gestos necessários com a certeza fiel do hábito, rega, tira as folhas velhas, estaca as plantas mais altas” (Marques, 2009:81). Sublinhe-se a este propósito a Floresta Laurissilva, uma zona que cobre grande parte da costa e o interior norte da ilha, e que é uma grande reserva natural que está protegida, atualmente, por diversas entidades (como a Rede Natura 2000). Estende-se ao longo de 15 mil hectares, o equivalente a cerca de 20% do território da ilha⁵³.

Os turistas que então chegavam ao espaço islenho ficavam habitualmente instalados em quintas que eram publicitadas para serem alugadas por pessoas mais abastadas, dado que, nessa época, as quintas equivaliam a moradas de indivíduos relevantes para a sociedade, sendo que nos nossos dias são espaços onde vivem e trabalham camponeses. Entretanto, com o aumento da afluência de passageiros à ilha houve a necessidade de criar hotéis, nascendo por mão de ingleses, “George Somers Clarke (1841-1926) e John Thomas Michletwaite (1822-1888)” (Carita, 2019:219), o Reid’s New Hotel que mais tarde passou a Reid’s Palace Hotel, como surge na obra de Helena Marques e, que, atualmente, é o Belmond Reid’s Palace: “Os Passos encontravam-se hospedados no Reid’s Hotel, o melhor dos palaces da Madeira” (Marques, 2009:183). Por norma, só as pessoas mais abastadas a nível nacional ou internacional é que ficavam hospedadas nestes lugares, ficando o conceito de quinta, que até então era sinónimo de

⁵³Informação extraída da página *web* do IFCN (Instituto das Florestas e Conservação da Natureza), pertencente à Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas. Disponível em: <https://ifcn.madeira.gov.pt/18-sem-categoria/152-laurissilva.html> - consultado a 13 de abril de 2021.

espaço eloquente, direcionado mais para os camponeses, com o passar dos anos, tendo em conta a evolução hoteleira na Madeira.

A família Passos referenciada na obra como primos de Raquel Passos Villa, refere-se a uma família real, oriunda da Ponta do Sol. John dos Passos, que na época se encontrava de visita à ilha, proveniente dos Estados Unidos, procurava saber mais do seu passado, traço importante para muitas das personagens de *O Último Cais*, inclusive para a autora do romance. John dos Passos vinha com o intuito de “visitar a pequena vila da Ponta do Sol, na costa ocidental da ilha, donde partira seu pai, Manuel, rumo aos Estados Unidos, setenta anos atrás” (Marques, 2009:183). Ao visitar o concelho mais pequeno da ilha bem como outras paisagens envolventes, John dos Passos deparou-se com a beleza múltipla que existia na Madeira e acabou por escrever alguns textos sobre este espaço. Hoje em dia, a casa que pertenceu ao seu pai é o local onde está instalado o Centro Cultural e Auditório John dos Passos, na vila da Ponta do Sol, uma construção anexa à casa da família Passos que funciona como núcleo museológico e biblioteca Dra. Carmo da Cunha Santos⁵⁴.

Através de memórias de Marcos que remontam aos tempos de infância é-nos possível imaginar algumas das atividades que os locais faziam em contexto de lazer e que, também, os turistas podiam igualmente desfrutar: “piqueniques no Chão dos Louros ou na Ribeira das Cales, uma louca escalada do Pico Ruivo com os irmãos de Raquel, mergulhos no mar bravio do Porto do Moniz, uma fascinante caminhada pela neve nos cumes do Areeiro” (Marques, 2009:20). Nos dias que correm e para quem tem o espírito mais aventureiro é possível fazer-se descidas de cesto⁵⁵ com início da zona da igreja do monte, mais conhecidos como Carreiros do Monte, ou então as conhecidas levadas, onde se fazem caminhadas por trilhos que acompanham o curso das águas por entre a natureza “Imagine o leitor uma rocha negra e alcantilada, coberta de velhos troncos de urze e outras

⁵⁴Esta passou a ser a designação da Biblioteca John dos Passos, a partir de 2016, após o falecimento da Dra. Carmo da Cunha Santos. O Governo Regional decidiu reconhecer o trabalho que esta personalidade desenvolveu, ao longo de 30 anos, na parte cultural, da Ilha da Madeira. É a ela que se deve a existência e manutenção da então atual Biblioteca Dra. Carmo da Cunha e Santos. Informação extraída da notícia “Biblioteca do Centro John dos Passos terá o nome “Dra. Carmo da Cunha Santos”, por Emanuel Silva, ao *Funchal Notícias*, em 21 de março de 2016. Disponível em: <https://funchalnoticias.net/2016/03/21/biblioteca-do-centro-john-dos-passos-tera-o-nome-dr-a-carmo-da-cunha-santos/> - Consultado a 24 de junho de 2021.

⁵⁵“A profissão de carreiro e as descidas em carro de cesto do Monte ao Livramento, no Funchal, remontam ao século XIX. Durante décadas foi um negócio familiar, mas por fim abriu-se à sociedade.” Informação extraída do *Público*, da autoria da Lusa, com o título “Carreiros da Madeira levam carros de cesto a Lisboa” disponível em: <https://www.publico.pt/2015/09/20/local/noticia/carreiros-da-madeira-levam-carros-de-cesto-a-lisboa-1708398> - consultado a 13 de abril de 2021.

plantas inacessíveis à vista [...] e por entre as quais se debruçam várias golfadas de água” (Santos, 2017:74). É possível praticar alguns desportos radicais como parapente, canoagem ou escalada.

Do turismo e da emigração para a Madeira resultaria uma abertura ao mundo, tornando-se o Funchal numa cidade cosmopolita, tendo esses factos produzido diferentes efeitos no modo de vida dos madeirenses. Essa abertura viria a permitir uma transmissão mútua de culturas, enriquecendo tanto a cultura de quem fica como a de quem vai. A Madeira é um exemplo do cruzar de culturas e este aspeto remonta ao período dos Descobrimentos, quando os portugueses levavam objetos que identificavam a pátria lusitana e traziam dos novos lugares por onde passavam objetos dessas outras culturas. Exemplo disso são “Os jarrões da Companhia das Índias” (Marques, 2009:133), que são mencionadas na obra que consitui objeto da nossa investigação.

A presença dos Ingleses na Madeira foi outra das influências que marcou a cultura madeirense ao longo de muitos anos, sobretudo com a transmissão de saberes. Com a revolução industrial houve a necessidade de progredir nos diferentes setores da sociedade e os ingleses que estavam mais evoluídos a nível económico e tecnológico acabariam por trazer os seus conhecimentos para o espaço insular por considerarem que seria um bom investimento, tendo em conta que a imagem da ilha cada vez mais se popularizava a nível mundial. Comerciantes mais abastados traziam consigo novos mecanismos agrícolas que, apesar de terem demorado para ser implementados, devido à resistência dos camponeses madeirenses em acompanharem, num primeiro momento, os avanços, acabariam por ter sucesso com o passar dos anos. É também notória a presença inglesa nos desportos, tais como o *croquet* mencionado em *O Último Cais*: “Tantas vezes tinham jogados juntos e com Margarida, Rodolfo, André e Paulo. Jogo tolo, o *croquet*, mas divertido, com os tacos a baterem na bola e a bola a passar sob os arcos até tocar o sininho no arco final” (Marques, 2009:30).

O facto de o número de migrantes ingleses crescer na Madeira levou a que a população da ilha soubesse falar mais e melhor a língua inglesa, sobretudo as camadas mais abastadas da sociedade madeirense, uma vez que contactavam com frequência com o exterior, razão pela qual a presença inglesa também se fez sentir na área da educação. Exemplo disso é a preocupação de Marcos em que se ensine inglês à pequena Clara, a filha mais nova:

Marcos trazia, por vezes, livros novos chegados de Inglaterra, quase sempre histórias infantis que Miss Bell [...] lerá em voz alta para habituá-la [a Clara] à língua inglesa. Os mais fascinantes foram, sem dúvida, *Alice's Adventures in Wonderland* e *Through the Looking Glass* (Marques, 2009:155).

Conhecer várias línguas, ou pelo menos a inglesa ou francesa, era objetivo dos madeirenses, sobretudo os que tinham melhor acesso à educação, como é o caso de Raquel ou de Marcos: “Como muitos madeirenses, Marcos Vaz de Lacerda era um razoável poliglota: dominava o inglês e o francês e lia bem o alemão, embora o falasse com alguma dificuldade” (Marques, 2009:12).

Através desta análise de algumas das marcas de insularidade madeirense, apresentadas ao longo da narrativa de *O Último Cais*, foi-nos possível perceber de que modo interagiam as pessoas e como viviam no seu quotidiano a nível familiar e laboral, destacando aspetos identitários do quotidiano insular considerados únicos no mundo. Permitiu-nos ainda perceber algumas das diferenças entre o século XIX e o XXI, sabendo que o século XIX foi uma época que implicou mudanças na sociedade e no pensamento crítico. Constatamos, assim, que o século XXI é um continuar dessas mudanças e, sobretudo, um melhoramento da imagem da Madeira. Nos nossos dias, a imagem do Arquipélago da Madeira vai ainda mais além do que no presente da narrativa em análise, pois através de outras referências como a gastronomia⁵⁶ ou de personalidades reconhecidas mundialmente, como é o caso de Cristiano Ronaldo, Fátima Lopes, ou Nini Andrade Silva, o nome Madeira é, assim, ainda mais impactante no mundo, o que confere mais prestígio a este espaço insular.

Ao longo dos anos, o Arquipélago da Madeira tem somado diversos prémios e galardões que sublinham a singularidade e importância deste conjunto de ilhas situado a meio do atlântico. A Madeira foi eleita, o “Melhor Destino Insular do Mundo” (World’s Leading Inland Destination) em 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2010 pelo *World Travel Awards*. Ainda, nos mesmos anos foi eleita “Melhor Destino Insular da Europa”. As comemorações de final de ano madeirenses são reconhecidas mundialmente e, por

⁵⁶Os turistas parecem dar cada vez mais importância à gastronomia dos sítios que visitam e, na Ilha da Madeira existem pratos típicos que fazem as delícias de quem visita o espaço insular. Exemplo disso é: a espetada em pau de louro; o bolo do caco com manteiga de alho; o filete de espada com banana; picado de diferentes carnes; bifés de atum em cebolada com milho cozido ou frito; poncha, a célebre bebida madeirense que tradicionalmente é feita com limão e aguardente de cana, entre outras iguarias.

esse motivo, o Guinness World Records, uma entidade que atesta os melhores recordes alcançados a nível mundial, destacou os oito minutos de fogo-de-artifício, de 2006 para 2007, intitulando o momento de “Maior Espétaculo Pirotécnico do Mundo”⁵⁷.

A Madeira é ainda reconhecida como Património Mundial da Humanidade tendo por base as paisagens que se consideram como um dos maiores atrativos turísticos. Em 1999, a UNESCO reconheceu a floresta laurissilva como Património Mundial Natural da Humanidade. Em 2009, o Centro Mundial de Excelência de Destinos, organismo que está sob alçada da Organização Mundial do Turismo, atribuiu ao destino Madeira, o grau de Excelência de Qualidade. O Funchal também já foi galardoado por se destacar na promoção da mobilidade sustentável e, o concelho de Santana foi distinguido com o título de “Reserva da Biosfera”, pela UNESCO, em 2011⁵⁸. Estas são algumas das distinções atribuídas à ilha da Madeira ao longo de várias décadas, desde o final do século XXI até à atualidade, as quais enchem de orgulho os ilhéus que se empenham para dar continuidade ao legado do nome Madeira⁵⁹.

⁵⁷Todos os dados referentes aos títulos que a Ilha da Madeira ganhou, extraídos do Diário de Notícias. Disponíveis em:

<https://www.dnoticias.pt/2020/11/27/240613-madeira-eleita-pela-6a-vez-como-melhor-destino-insular-do-mundo/>

<https://www.dnoticias.pt/2018/12/23/181952-fogo-de-artificio-do-final-do-ano-na-madeira-com-novo-recorde-de-pecas-disparadas/>

<https://www.dnoticias.pt/tag/geral/reserva-da-biosfera/> - Consultados a 7 de maio de 2021.

⁵⁸As informações referentes aos prémios foram extraídas da página *online* Madeira. Tão Tua, pertencente à Secretaria Regional de Turismo e Cultura. Disponível em: <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/a-madeira/distincoes> - consultado a 16 de abril de 2021.

⁵⁹Este é um fator que contribuiu para sustentar a obra de Helena Marques, justificado pela autora quando afirma que a Insularidade e a vida na Ilha da Madeira constitui a “matéria-prima” dos seus livros.

Conclusão

A Ilha, enquanto espaço real e/ou mítico assume várias perceções de acordo com a visão do Ilhéu, dando por isso origem à Nissologia e à Insularidade. Através desta investigação procurámos aprofundar os conceitos de Nissologia, Ilha, Insularidade, Ilhéu, (entre outros) e o modo como estes se relacionam. Ambos os conceitos permitem traçar a presença de uma identidade das Ilhas, mostrando a sua singularidade, sem que haja sobreposição em relação a outros espaços, tendo em conta que cada espaço é singular e possui características identitárias próprias.

A comunhão das diferentes áreas que surgiram ao longo desta investigação, tais como geografia, economia, política, demografia, sociedade, história, entre outros, possibilitaram-na chegar a um possível resultado de que, cada ilha é um microcosmos que, embora, podendo estar ligada politicamente a uma massa continental, apresenta diferenças que caracterizam esses espaços como únicos. O facto desses microcosmos estarem cercados pelo mar deixa antever que o isolamento é uma característica permanente que, ainda assim não impede o ser humano de evoluir. Nesse sentido, é também decorrente desse isolamento que se intensifica o sentido de existir uma possível identidade cultural própria e, por isso, distinta das demais. Estes conceitos podem conduzir-nos à temática da identidade insular e à nas suas diferentes vertentes. Este aspeto não seria possível de ser corroborado se não introduzíssemos nesta obra que no nosso parecer coloca em prática e comprova as ideias teóricas que foram abordadas previamente.

De modo a melhor podermos compreender a operacionalidade dos conceitos teóricos problematizados, optámos por utilizar *O Último Cais*, de Helena Marques. Assim, a partir desta obra, pudemos antever no caso concreto, como se percebe a Ilha da Madeira, a sua identidade cultural e as suas gentes. Nesse sentido, podemos afirmar que a Ilha da Madeira apresenta características ímpares retratadas através de algumas das suas atividades, tais como a agrícola ou o bordado Madeira, singular no mundo, que permitiu levar a Madeira além fronteiras, arrecadando mérito e prestígio. Acresce a presença constante do mar na vida de uma ilha bem como a dualidade que assume: a do seu fechamento, mas também a de abertura da ilha ao mundo. Como pudemos observar no presente da diegese, é o mar que traz notícias e passageiros à ilha, esbatendo a barreira

marítima, mas levando por outro lado, muitos dos habitantes para novos lugares, em busca de mais e melhores oportunidades do que aquelas que pareciam vedadas na Ilha.

Através da nossa investigação, conseguimos ainda perceber o impacto que a religião tem e o modo como era também uma força reguladora da sociedade da Madeira, que seguia de perto as suas gentes e as aconselhava. A força da fé é ainda visível nas festividades, como era o caso do Natal e da Páscoa na Madeira, que mostram aspetos culturais únicos, ou dos rituais fúnebres, que juntavam a sociedade madeirense por ser um meio pequeno onde tudo se difundia, com rapidez, apesar dos meios de comunicação na época serem escassos.

A obra de Helena Marques também nos permitiu entender como o século XIX foi um século de lutas, nomeadamente, a abolição da escravatura, um flagelo sobre o qual a autora reflete ao longo do romance, a mudança da mentalidade política devido ao descontentamento ilhéu face ao poder da metrópole e, ainda a tomada de consciência do papel das mulheres na sociedade, sublinhado por Helena Marques na sua escrita e nesta obra particular. A autora enfatiza, na ficção, a luta feminina pelos direitos, que viria a conquistar no século XIX, através das personagens de Raquel, Luciana, Maria Alexandrina, Marta e Maria, de Carlota e de Constança, dando a ver que a mulher madeirense tem a capacidade de enfrentar os infurtúnios da vida e seguirem firmes, sendo ainda capazes de se destacar na sociedade, ao assumir posições algumas reservadas apenas a homens.

Através desta dissertação, procurámos compreender como os estudos insulares tendem a ganhar importância no campo da investigação e que a Madeira, à semelhança de outras ilhas, tem as suas particularidades, algumas, ainda talvez por identificar, razão pela qual merece ser alvo de atenção e de estudo. É neste sentido que os estudos e publicações têm um papel fulcral que é o de auxiliar a manter viva a cultura e identidade de um lugar, neste caso particular, de ilhas enquanto lugares isolados dos continentes.

Tentámos comprovar com a nossa investigação que a Ilha da Madeira possui uma identidade insular ímpar em relação às demais, que se destaca pela sua geografia “Do vale à montanha e do mar à serra”⁶⁰, pelas suas águas desbravadas “Que se fez ao mar em

⁶⁰Hino da Região Autónoma da Madeira, disponível na página web do *Diário da República*: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/460829/details/normal?q=decreto+regional+hino+regi%C3%A3o+aut%C3%B3noma+madeira> – Consultado a 5 de agosto de 2021.

vagas procelosas”⁶¹. O seu clima, as suas atividades e a perseverança do povo ilhéu, “Entre a rocha dura te lavrou a terra/ Para lançar, do pão, a semente”⁶², essas gentes, povo humilde que “de ti [da Madeira] se mostram orgulhosos”⁶³, cada vez mais, parecem contribuir para que, tal como indica o hino que representa a Região Autónoma da Madeira, “Por esse Mundo além/ Madeira teu nome continua”⁶⁴. *O Último Cais* acaba por ser um romance que assinala a singularidade da Madeira, dando continuidade ao seu nome, isto porque, como refere Helena Marques:

A Ilha da Madeira é fundamentalmente a grande personagem do meu livro. Nele tento explicar, também às pessoas o que é viver numa ilha... uma coisa bastante complicada, que marca profundamente quem passou por uma experiência dessas. Viver numa ilha não é viver num continente (Marques, 1992:3).

⁶¹*Idem.*

⁶²*Idem.*

⁶³*Idem.*

⁶⁴*Idem.*

Bibliografia

Baldacchino, G. (2006). *Extreme Tourism: Lessons from the world cold water*. Oxford: Elsevier.

Baldacchino, G. (2007). Introducing a world of islands. Em G. Baldacchino, *A World of Islands* (pp. 1-29). Charlottetown: University of Prince Edward Island.

Baldacchino, G. (2008). Studying Islands: On Whose Terms? *Island Studies Journal*, vol.3, nº1, pp. 37-56.

Braidotti, R. (2002). A diferença sexual como um projeto político nómada. Em G. Macedo, *Género, Identidade, Desejo. Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo* (pp. 143-160). Lisboa: Cotovia.

Branco, J. F. (2014). Antropologia e a insularidade madeirense. Alguns parâmetros. Em J. E. Franco, & A. C. Trindade, *Que saber(es) para o século XXI? História, cultura e ciência na Madeira* (pp. 95-107). Lisboa: Esfera do Caos.

Brandão, R. (2002). *As Ilhas Desconhecidas - Notas e Paisagens*. Braga, Porto: Edições Vercial.

Cabral, M. (2010). *O Conto Literário de Temática Açoriana: A ilha, o mar e a emigração*. Universidade de Aveiro: Aveiro.

Caldeira, A. (1961). *Falares da Ilha*. Funchal: Editorial Eco do Funchal.

Caldeira, S. (2010). *Da Madeira para o Havai: A emigração e o contributo cultural madeirense*. Funchal: Secretaria Regional de Educação e Cultura; CEHA.

Caldeira, S. (2012). A mulher nas mobilidades - O caso do Hawaii. *Newsletter nº15, outubro*. Funchal: CEHA.

Calvino, I. (1990). *Seis propostas para o próximo milénio*. Lisboa: Teorema.

- Camões, L. d. (2000). *Os Lusíadas*. Lisboa: Insituto Camões.
- Candeias, A. (2005). Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal. *Análise Social*, vol. XI, pp. 477-498. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Carita, R. (2019). *História da Madeira Vol.5 Século XIX- O Caminho do Liberalismo*. Funchal: Imprensa Académica.
- Chevalier, J., & Gheerbrant, A. (1982). *Dicionário dos Símbolos*. (C. Rodriguez, & A. Guerra, Trads.) Lisboa: Teorema.
- Costa, J. C. (2013). *O Último Cais*, de Helena Marques: Imagens da mulher madeirense do século XIX. In Pinheiro, C. Emmonts, M. Franco, M. & Beja, M. *Mulheres: Feminino, Plural* (pp. 195-206). Funchal: Nova Delphi.
- Cristóvão, C. (1962). As ondas e o vale. In N. Veríssimo, *Narrativa literária de autores da Madeira SÉC.XX*. Funchal: Eco do Funchal.
- Cruz, M. A. (1986). Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil. *Revista de História*, nº7, pp. 7-134. Porto: Universidade do Porto.
- Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. (Ribeiro, V. Trad.) São Paulo: Verbum.
- Cunha, J. G. (1893). *O Conselheiro D'Estado Extraordinario José Silvestre Ribeiro*. Fundão: Typographia da Beira Baixa.
- Dathein, R. (2003). *Inovação e Revoluções Industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX*. Porto Alegre, Brasil: DECON/UFRGS.
- Dias, A. I. (2015). *A Bíblia Sagrada*. Utah, EUA: Intellectual Reserve, Inc.
- Diegues, A. C. (1998). *Ilhas e Mares simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec.
- Ecclesia, A. (2019). A participação nas missas do parto «é transversal a toda a sociedade madeirense» - Bispo do Funchal. *Jornal da Madeira*, 1.

Espínola, P., & Cravidão, F. (2014). A ciência das ilhas e os estudos insulares: Breves reflexões sobre o contributo da geografia. *Sociedade e Natureza*, v.26, n°3. Brasil: Universidade Federal de Uberlândia.

Faria, B. F., & Jardim, R. (2006). *Fauna e Flora da Madeira: Espécies endémicas ameaçadas vertebrados e flora vascular*. Funchal: Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

Fernandes, F. (2004). *Madeirenses Errantes*. Lisboa: Oficina do Livro.

Fernandes, F. (2012). Breves notas sobre relações sociais em torno da água de regadio num espaço rural madeirense. *Newsletter n°15, outubro*. Funchal: CEHA.

Ferreira, H. (2015). Metamorphoses: towards a materialist theory of becoming. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v.3, n°1, pp. 393-397. Minho: Universidade do Minho.

Frutuoso, G. (1873). *As saudades da terra*. Funchal: Typ. Funchalense.

Furlin, N. (29 de maio de 2014). A diferença sexual em Rosi Braidotti: uma ferramenta útil para compreender a construção de sujeitos femininos de saber em estruturas académicas masculinas. . In A. Lima, & A. Araújo, *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. (pp. 1-14). São Paulo: Universidade Estadual de Londrina.

Giddens, A. (1995). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta .

Gomes, S. (2019). Visconde do Porto da Cruz: Um estudioso da Cultura. *Arquivo Histórico da Madeira*, pp. 695-712. Funchal: Arquivo e Biblioteca da Madeira.

Gouveia, J. C. (2021). Robert Kalley: o homem e o seu legado transatlântico. Ad Aeternum - *Revista de Teologia*, n°1, pp. 172-186. Lisboa: Universidade Lusófona.

Henrique, C. S. (2010). *O Diário de Notícias e o Diário de Notícias da Madeira: o agendamento de ambos os jornais*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Henriques, E. B. (2009). *Distância e Conexão*. Lisboa: IAC- Instituto Açoriano de Cultura; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Lisboa, A. d. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, vol.II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Editorial Verbo.

Lowental, D. (1961). Geography, Experience, and Imagination: Towards a Geographical Epistemology. *Annals of the Association of American Geographers*, vol.51, n^o3, pp. 241-260.

Lustosa, I. (2007). *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras.

Machado, J. P. (1959). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. II. Lisboa: Editorial Confluência.

Marcos, R. (2006). Companhias Portuguesas de Comércio anteriores ao século XVII. *Revista da FDUP*. Porto: Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Marques, H. (29 de março de 1992). *O Último Cais*: A serenidade da escrita. Diário de notícias, caderno 2, 2-4.

Marques, H. (3 de novembro de 1993). Helena Marques, autora de *O Último Cais*. Notícias da Madeira.

Marques, H. (2005). O fim do caminho. In A. I. Moniz, D. Pimentel, & T. P. Santos, *e depois? sobre a cultura na Madeira*. Funchal: Universidade da Madeira.

Marques, H. (2009). *O Último Cais*. Alfragide: Leya.

Moles, A. (1982). Nissonologie ou science des îles. *L'espace géographique*, n^o4, pp. 281-289. França: Belin.

Moniz, A. I. (2009). Memória e identidade cultural. 'O Última Cais' de Helena Marques. In M. Muniz, M. Ribeiro, & S. Santana, *Anais do XXII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa*. Salvador da Baía.

Moniz, A. I. (2015). Da ilha ao mundo: a escrita de Helena Marques. In N. Veríssimo, & T. d. Santos, *Universidade da Madeira: 25 anos*. Funchal: Universidade da Madeira.

More, T. (2001). *Utopia*. Brasil: Ridendo Castigat Mores.

Moura, V. G. (2013). *A Identidade Cultural Europeia*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Oliveira, Á. (2016). À procura da noção de ilhéu. In R. Carneiro, O. Almeida, & A. d. Matos, *A Condição de Ilhéu*. Lisboa: CEPCEP- Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

Oliveira, I. T. (2012) População e Demografia na Madeira - Séculos XIX e XX. *Newsletter n°15, outubro*, p. 31. Funchal: CEHA.

Oliveira, R. (2006). Dr. Robert Reid Kalley e o estabelecimento do Presbiterianismo em Portugal e no Brasil. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões, n°9*, pp. 103-123. Lisboa: Universidade Lusófona.

Pimenta, F. T. (2019). A Questão Autonómica na Madeira: Elementos para uma Reflexão. *Arquivo Histórico da Madeira, Nova série, n°1*, pp. 659-694. Funchal: Arquivo e Biblioteca da Madeira.

Pita, G. d. (2012). A Igreja Católica na Madeira do Liberalismo ao Estado Novo. *Newsletter n°15, outubro*, p. 18-20. Funchal: CEHA.

Proshansky, H. (1978). The city ante self-identity. *Environment and Behavior, vol.10, n°2*, pp. 147-169.

Ratter, B. (2018). *Geography of Small Islands: Outposts of Globalisation*. Switzerland: Springer.

Rebelo, H. (2019). Uma questão de património linguístico madeirense: saloia/saloio. *Arquivo histórico da Madeira, nova série n°1*, pp. 759-780. Funchal: Arquivo Regional e Biblioteca da Madeira.

Rector, M. (2004). O ciclo de vida e morte em Helena Marques. *SCRIPTA, v.8, n°15*, pp. 92-105.

Rodrigues, E. (2016). A aliança indissociável entre o turismo cultural e o turismo em espaço rural na Madeira. *Tourism & Management Studies*, pp. 70-77. Algarve: Universidade do Algarve (ESGHT).

Rodrigues, J. (2012). *A implantação do automóvel em Portugal (1895-1910)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Rodrigues, P. M. (2012). Madeirensidade: Breves reflexões em torno de um conceito identitário a repensar. *Newsletter nº15, outubro* - CEHA, pp. 3-4.

Rodrigues, P. M. (2015). *Estudos sobre o Século XIX na Madeira - Política, Economia e Migração*. Funchal: Imprensa Académica.

Rodrigues, P. M. (2015). Madeirensidade: um contributo para uma reflexão necessária. In Veríssimo, N. & Santos, T. d. *Universidade da Madeira: 25 anos*. Funchal: Universidade da Madeira.

Santos, L. (2017). Um Escocês Protestante no Mundo Luso-Brasileiro: Robert Reid Kalley na Ilha da Madeira e no Rio de Janeiro (1838-1859). *Lusitânia Sacra*, pp. 55-72. Brasil: Universidade Federal do Maranhão.

Santos, M. S. (2002). O pesadelo da amnésia colectiva : um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Cadernos de Sociomuseologia: Museu e políticas de Memória, nº19*. Edições Universitárias Lusófonas.

Santos, T. P. (2017). *Levadas da Madeira*. Funchal: Associação Académica da Universidade da Madeira.

Saramago, J. (2013). *O conto da ilha desconhecida*. Alfragide: Caminho.

Serrão, J. (1970). Conspecto histórico da emigração portuguesa. *Análise social, nº8*, pp. 597-617. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Silva, C. (2021). O Ensino de Arte Obstétrica na Escola Medico-Cirurgica do Funchal . In J. Fonseca, *Archives of anatomy, vol 10, nº1*. Lisboa: Instituto de Anatomia da Universidade de Lisboa.

Silva, C. P. (2018). Bordado da Madeira, contando histórias e tradições, ponto a ponto. *Revista Rua*, agosto, p. 1. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Silva, I. C. (2019). D. Carlos I (1889-1908): epílogo da monarquia em Portugal? *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, maio, pp. 63-86. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Silva, P. F., & Meneses, C. A. (1978). *Elucidário Madeirense*. 3 volumes, 4ª edição, Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Trindade, C. (2012). História Religiosa da Madeira- Estado da questão. *Newsletter nº15, outubro*, pp. 15-18. Funchal: CEHA.

Tuan, Y.-F. (1983). *Espaço e Lugar: A Perspetiva da Experiência*. (L. d. Oliveira, Trad.) São Paulo: Difel.

Veiga, T. R. (2004). *A População Portuguesa no século XIX*. Porto: Edições Afrontamentos.

Vieira, A. (2003). *A Vinha e o Vinho na História da Madeira, Séculos XV A XX*. Funchal: CEHA.

Vieira, A. (2010). *Madeira- um Cais de Permanentes Chegadas e Partidas*. Funchal: Anuário do CEHA.

Vieira, A. (2014). *A Junta Geral do Distrito do Funchal (1835-1892) e (1901-1976)*. Funchal: Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes; CEHA.

Vieira, A. (2015). As Ilhas e a expansão da cultura e tecnologia da cana-de-açúcar no Atlântico nos séculos XV a XIX. *Labor e Engenho*, p. 20. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas.

Vieira, A. (2015). *Da História das Ilhas à Nissologia e Novíssima História*. Funchal: CEHA.

Vieira, A. (2015). *História do Vinho Madeira: o vinho madeira, a independência dos Estados Unidos da América e os presidentes*. Funchal: CEHA.